



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2015



Furnas



ÍNDICE

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS	4
Os negócios de Furnas	6
Visão, Missão e Valores	7
Furnas em números	10
Contexto de mercado	11
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	14
ESTRATÉGIA E GESTÃO	16
Investimentos	19
Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – P&D+I	21

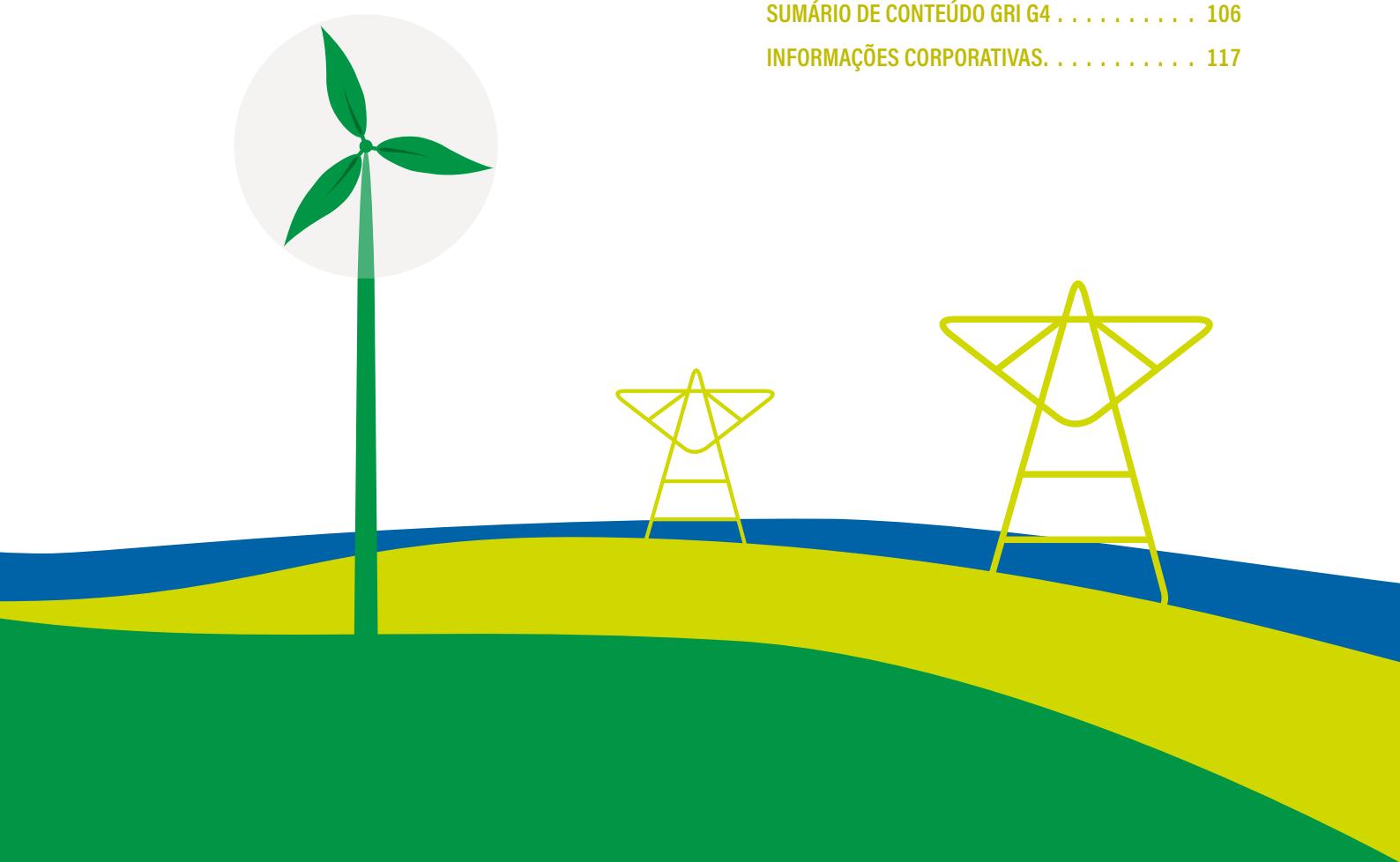
GOVERNANÇA CORPORATIVA	22
Governança das SPEs	26
Comportamento ético	26
Gestão de riscos	28
Relações com as partes interessadas	31
DESEMPENHO OPERACIONAL	36
Geração	37
Transmissão	38
Novos negócios	38
Comercialização de energia	40

Capa: UHE Furnas (MG)



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	42
Resultados	43
Demonstração do Valor Adicionado	46
GESTÃO DE PESSOAS	48
Gestão de fornecedores	55
DESEMPENHO SOCIAL	56
DESEMPENHO AMBIENTAL	64

ANEXOS	71
Ativos de Furnas	72
Composição acionária das SPEs	76
Indicadores GRI	81
Indicadores Aneel	92
Siglas e acrônimos	100
BALANÇO SOCIAL ANUAL 2015	102
SOBRE O RELATÓRIO	104
SUMÁRIO DE CONTEÚDO GRI G4	106
INFORMAÇÕES CORPORATIVAS	117





FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS



Com operações em geração, transmissão e comercialização de energia, Furnas Centrais Elétricas está presente em todas as regiões do Brasil, com instalações em 15 estados e no Distrito Federal. A Empresa é uma sociedade anônima de economia mista federal, de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras.

[GRI G4-3, G4-4, G4-6, G4-7, G4-8]

Seus ativos de geração e transmissão são próprios ou construídos em parceria com a iniciativa privada, por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs)¹. No final de 2015, mantinha um parque gerador integrado por 20 usinas hidrelétricas, 2 térmicas e 3 parques eólicos que totalizavam 15.581 MW de potência instalada, sendo 11.161 MW referentes à parcela de Furnas. No segmento de transmissão, os ativos compreendem 24.154 quilômetros de linhas, dos quais 4.247 quilômetros em parceria, e 70 subestações, com capacidade de transformação total de 119.118 MVA, já incluídos 15.750 MVA referentes a 20 subestações construídas por meio de SPEs. [GRI EU4, G4-4]

Em 2015, gerou 40.174 GWh de energia, dos quais 18.908 GWh em usinas próprias e 21.266 GWh nos empreendimentos mantidos em parceria, e comercializou 42.367 GWh. Investiu no ano R\$ 1.652 milhões, dos quais R\$ 729 milhões em empreendimentos próprios e R\$ 923 milhões por meio de SPEs. [GRI EU2]

O desempenho de Furnas ao final do exercício evidenciou EBITDA ajustado individual de R\$ 1,799 bilhão e resultado líquido negativo da ordem de R\$ 70 milhões, 83% inferior ao apurado em 2014. Apesar de ainda não ser positivo, ficam evidenciados os esforços de recuperação dos impactos ocasionados pela prorrogação das concessões sob o novo regime econômico instituído pela Lei 12.783/2013.

Furnas encerrou 2015 com 3.548 empregados efetivos, 1.178 não efetivos e 422 estagiários, no total de 5.148 colaboradores. [GRI G4-9]

¹ As Sociedades de Propósito Específico (SPEs) são parcerias contratuais estabelecidas entre Furnas e empresas de capital público ou privado para a implantação e gestão de empreendimentos.



Troféu Transparência

Reconhecimentos em 2015

SELO PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA

A Empresa recebeu pelo quinto ano o reconhecimento por promover a igualdade entre mulheres e homens no ambiente do trabalho. O selo é concedido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR).

TROFÉU TRANSPARÊNCIA

Pela quinta vez – sendo o quarto ano consecutivo –, Furnas conquistou o Prêmio Anefac-Serasa Experian – Troféu Transparência, concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade, na categoria Empresas de Capital Fechado. O reconhecimento foi pela qualidade das demonstrações financeiras no exercício de 2014.

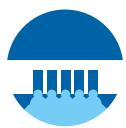
SELO OURO DO PROGRAMA BRASILEIRO GHG PROTOCOL

O inventário de gases de efeito estufa da Empresa recebeu o selo ouro, pelo terceiro ano consecutivo. Esse é o mais alto reconhecimento concedido pelo Programa Brasileiro GHG Protocol e demonstra a integralidade e a transparência nas informações do inventário de emissões e o compromisso em combater os efeitos das mudanças climáticas.

15
estados brasileiros
e mais o Distrito
Federal têm
instalações
de geração ou
transmissão de
energia de Furnas

OS NEGÓCIOS DE FURNAS

GERAÇÃO



HIDRELÉTRICAS

20 usinas,

sendo 4 próprias, 6 sob administração especial (afetadas pela Lei nº 12.783/2013), 2 em parceria com a iniciativa privada e 8 em regime de SPE, com potência instalada total de 14.842,5 MW.



EÓLICAS

3 parques,

com potência instalada total de 187,04 MW, mais 1.215 MW em construção.



TERMELÉTRICAS

2 usinas,

com potência instalada total de 530 MW.

Entraram em operação em 2015 duas das cinco máquinas da Usina Hidrelétrica Teles Pires (1.819,8 MW de capacidade total) e a 35ª das 50 turbinas da Usina Santo Antônio (3.568,8 MW de capacidade total). A Usina São Manoel (700 MW), também em regime de SPE, encerrou o ano de 2015 com 36,8% da obra construída, com previsão de entrada em operação em 2018. [\[GRI G4-13\]](#)

TRANSMISSÃO



LINHAS DE TRANSMISSÃO

24.154 km

de linhas, dos quais 4.247 quilômetros via participação em SPEs. Com tensões de 138, 230, 345, 500, 750 e ±600 kV, as linhas passam por 15 estados e pelo Distrito Federal. Incluem o Sistema de Transmissão de Itaipu (cinco linhas, com 900 quilômetros entre os estados do Paraná e de São Paulo).



SUBESTAÇÕES

70

instalações, com capacidade de transformação total de

119.118 MVA

(15.750 MVA em 20 subestações em participação)

Os ativos de transmissão foram acrescidos em 2015 por duas novas linhas e duas subestações que ampliaram em 13,7 quilômetros a extensão e em 160 MVA a capacidade de transformação. No ano, tiveram início as obras da linha de transmissão em corrente contínua de 800 kV que ligará a Usina de Belo Monte, na Amazônia, à Região Sudeste, com mais de 2 mil quilômetros de extensão.

[\[GRI G4-13\]](#)

SERVIÇOS DE O&M

HIDRELÉTRICAS

Usina Três Irmãos, com capacidade de 807,5 MW, no Rio Tietê, estado de São Paulo, que é operada em parceria com a empresa Triunfo. O contrato foi firmado em 2014 pelo prazo de 30 anos. Em 2015, gerou 1.274,6 GWh.

PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS (PCHs)

Em 2015, Furnas foi designada pelo Ministério das Minas e Energia como responsável pela prestação de serviços de geração de energia das Pequenas Centrais Elétricas (PCHs) Ervália e Coronel Domiciano, totalizando 12,01 MW de potência instalada.

Desde o ano anterior também executava o mesmo serviço nas PCHs Neblina, Sinceridade e Dona Rita, no total de 10,3 MW de potência. As cinco usinas, todas no estado de Minas Gerais, foram leiloadas no final de 2015 e passarão a ser operadas pela Cemig a partir de julho de 2016. Em 2015, geraram 10,7 GWh.

VISÃO, MISSÃO E VALORES

[GRI G4-56]

VISÃO DO FUTURO

Ser o maior e mais bem-sucedido agente brasileiro no Setor de Energia Elétrica.

MISSÃO

Atuar com excelência empresarial e responsabilidade socioambiental no Setor de Energia Elétrica, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.



Subestação de São José (RJ)

VALORES

A atuação e gestão de Furnas devem obedecer aos seguintes preceitos:

Valorização das pessoas, reconhecendo que a força de trabalho é um dos ativos mais valiosos

Trabalho em rede, com pluralidade e cooperação

Foco em resultados, levando em conta, em todas as ações, o impacto na Empresa

Adaptabilidade, desenvolvendo capacidade para as mudanças no ambiente de negócios

Sustentabilidade, atuando com responsabilidade econômica, social e ambiental

Transparência, através da interação permanente com a sociedade para o atendimento de suas necessidades e divulgação dos resultados empresariais

Empreendedorismo, atuando pró-ativamente para superar os desafios

PRESENÇA DE FURNAS

Sistemas de geração e transmissão

[GRI G4-8]

USINAS EM OPERAÇÃO [GRI EU1]

Hidrelétrica	MW
Simplício	305,7
Itumbiara	2.082,0
Marimbondo	1.440,0
Furnas	1.216,0
L.C.B. Carvalho (Estreito)	1.050,0
Batalha	52,5
M. de Moraes (Peixoto)	476,0
Corumbá	375,0
Porto Colômbia	320,0
Funil	216,0
PCH Neblina	6.468
PCH Sinceridade	1.416
PCH Dona Rita	2.410
PCH Ervália	6.970
PCH Coronel Domiciano	5.040
Subtotal	7.555,5
Termelétrica	MW
Santa Cruz	500
Campos (R. Silveira)	30
Subtotal	530
Total	8.085,5

Parceria/SPE

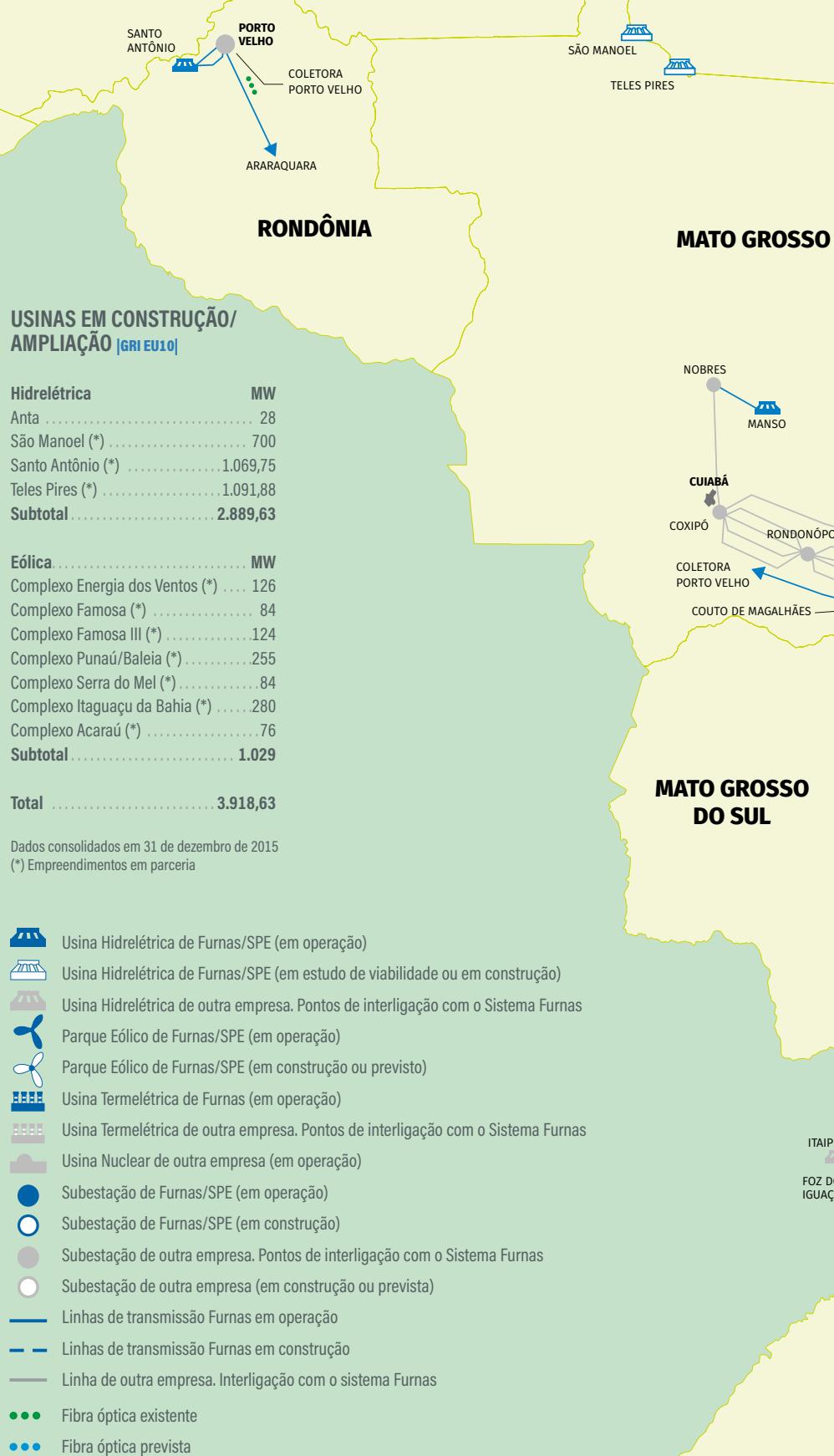
Hidrelétrica	MW
Serra da Mesa	1.275,0
Manso	212,0
Peixe Angical	498,75
Baguari	140,00
Retiro Baixo	82,00
Serra do Facão	212,58
Foz do Chapecó	855,00
Santo Antônio ¹	2.498,55
Teles Pires ²	727,92
Três Irmãos	807,50
Subtotal	7.309,30
Eólica	MW
Rei dos Ventos I e III (*)	118,57
Miassaba 3 (*)	68,47
Subtotal	1.029
Total	7.496,34

¹ UHE Santo Antônio em operação parcial.

Capacidade total é de 3.568,3 MW

² UHE Teles Pires em operação parcial.

Capacidade total é de 1.819,8 MW





FURNAS EM NÚMEROS

[GRI G4-9]

Indicadores consolidados	2011	2012	2013	2014	2015
FINANCIERO (R\$ milhões)¹					
MARGENS (%)					
Receita operacional líquida	7.049	7.266	4.292	6.182	6.368
EBITDA ajustado	1.647	1.952	-89	1.047	1.799
Resultado líquido	260	-1.306	-818	-406	-70
Valor adicionado a distribuir	2.596	1.727	2.308	2.888	3.884
Investimentos em novos empreendimentos	988	1.148	945	849	729
Investimentos em participações societárias	1.031	1.473	1.127	1.459	923
OPERACIONAIS					
Geração					
Em operação (MW) - total	9.593	9.844	10.366	10.887,5	11.161,2
Hidrelétricas próprias	7.175	7.175	7.509	7.533,2	7.533,2
PCHs (prestação de serviços)	-	-	-	10,3	22,3
Hidrelétricas em parceria (parcela Furnas)	766	766	766	766,3	766,3
Hidrelétricas em SPEs (parcela Furnas)	690	941	1.129	2.002,4	2.174,4
Térmicas próprias ²	962	962	962	530	530
Eólicas em SPEs	-	-	-	45,8	45,8
Em construção (MW) - total	2.260	2.009	697	1.859,5	3.253,6
Hidrelétricas próprias	386	386	53	-	-
Hidrelétricas em SPEs (parcela Furnas)	1.674	1.423	446	1.179,4	1.007,2
Eólicas em SPEs (parcela Furnas)	200	200	198	652,1	620,65
PCH própria (Anta)	-	-	-	28	28
Energia gerada (GWh)	37.988	41.820	35.371	42.186	40.174
Hidráulica (100% própria e parcela da participação em SPEs)	37.807	41.216	32.780	38.947	36.944
Térmica própria	181	604	2.591	2.727	2.798
Eólica	-	-	-	512	432
Transmissão					
Extensão das linhas (km) [GRI EU4]	19.420	19.420	19.868	24.140	24.154
Subestações próprias	46	46	47	48	48
Subestações em parceria	2	2	2	2	2
Subestações em SPEs	6	6	14	18	20
Capacidade instalada de transformação (MVA)	104.122	106.897	109.865	118.243	119.118
Comercialização					
Energia comprada (GWh)	16.973	17.654	4.159	3.332	3.536
Energia vendida (GWh)	54.892	56.569	42.231	40.561	38.831
SOCIOAMBIENTAIS					
Nº de empregados efetivos	4.860	4.567	3.547	3.517	3.548
Nº de empregados não efetivos	1.541	1.515	1.339	1.330	1.178
Investimento social externo (R\$ milhões)	38	40	32	29	31
Investimento ambiental (R\$ milhões)	69	60	132	80	89

¹ Dados de 2011 e de 2012 ajustados de acordo com o IFRS, com equivalência patrimonial das Sociedades de Propósito Específico (SPEs). [GRI G4-22]² Potência da UTE Santa Cruz foi reduzida de 932 MW para 500 MW, em 2014, correspondendo esta redução à suspensão temporária, pela Aneel, das Unidades Geradoras 3 e 4.

CONTEXTO DE MERCADO

Cenário macroeconômico

O Brasil vivenciou em 2015 um cenário adverso, reflexo de condições macroeconômicas e políticas desfavoráveis, impulsionado por preços mais baixos de *commodities* no mercado internacional e pela desaceleração do crescimento da economia chinesa, dentre vários fatores.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Produto Interno Bruto (PIB) recuou 3,8% no acumulado de 2015 e o desemprego chegou a 6,9% em dezembro de 2015, em comparação a 4,3% no mesmo mês do ano anterior.

A inflação acumulou 10,67% em 2015. O Banco Central elevou os juros para 14,25% em julho e os manteve estáveis pelo resto do ano – em 2014, a taxa Selic havia encerrado o ano em 11,8%.

O déficit primário consolidado do setor público alcançou o valor recorde de R\$ 111,2 bilhões, ou 1,88% do PIB (0,57% em dezembro de 2014). O déficit

em conta corrente, por sua vez, diminuiu em decorrência do câmbio mais depreciado e da contração da atividade. O déficit nas contas externas caiu de 4,3% do PIB em 2014 para 3,3% do PIB em 2015. O dólar valorizou-se 47% em comparação ao real em 2015, encerrando o ano em R\$ 3,90. As reservas internacionais acumulavam US\$ 370 bilhões.

Cenário energético

O consumo de energia no Brasil recuou 2,1% em 2015 e totalizou 464,7 mil GWh, de acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Houve forte declínio nas indústrias (-5,3%) em decorrência do cenário econômico desfavorável ao longo do ano.

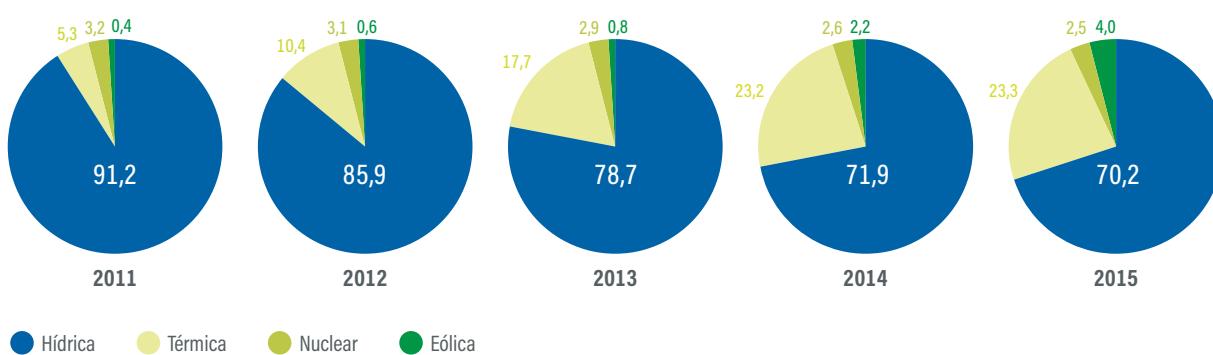
Influenciado especialmente pela alta das tarifas e pelo quadro econômico, o consumo residencial também registrou decréscimo, de 0,7% – a maior redução anual desde 2004. A classe de comércio e serviços, que representa 19,5% do mercado, foi a única a apresentar resultado positivo (+0,6%), mas ainda abaixo do desempenho registrado nos últimos cinco anos (média anual de 6%).

A energia gerada no Sistema Interligado Nacional (SIN) recuou 0,6% no ano, para 533.925 GWh (537.227 GWh em 2014), segundo o Boletim de Monitoramento do Sistema Elétrico, do Ministério das Minas e Energia. As fontes hidrálicas responderam por 70,2%, percentual que chegou a 91,2% em 2011. A geração térmica foi equivalente a 23,3% do total; nuclear, 2,5%; e eólica, 4,0% (respectivamente 5,3%, 3,2% e 0,4% em 2011).

Cenário regulatório

Dois temas de grande impacto marcaram o ambiente regulatório em 2015: perdas financeiras dos geradores de energia elétrica decorrentes da exposição ao Mercado de Curto Prazo, reflexo da condição hidrelétrica adversa enfrentada desde o ano anterior, e renovação/licitação de concessões vincendas. Os tópicos envolviam revisão da garantia física dos empreendimentos hidrelétricos, o déficit na geração das hidrelétricas, conhecido pela sigla GSF (*Generation Scaling Factor*) e a consequente repactuação do risco hidrológico.

Evolução da matriz elétrica brasileira (%)





UHE Serra do Facão (GO)

Repactuação de Furnas

Em dezembro de 2015, Furnas optou pela repactuação do risco hidrológico de suas usinas no Ambiente de Contratação Regulada. O pedido foi atendido pela Aneel para as UHEs Manso, Simplício, Batalha, Peixoto (Mascarenhas de Moraes) e Serra da Mesa (Despacho nº 160/2015, de 20 de janeiro de 2016).

O produto escolhido foi o SP100, com pagamento do prêmio de risco de R\$ 9,5/MWh. Com o resarcimento referente aos efeitos da repactuação no ano de 2015, o pagamento do prêmio obteve a postergação de 4 anos e 6 meses.

Risco hidrológico

A Lei nº 13.203/2015 (oriunda da MP 688/2015) estabeleceu as condições para a transferência do risco hidrológico dos geradores de energia elétrica para os consumidores, por meio das bandeiras tarifárias. Esse risco ocorre quando a falta de água impede a geração da energia comprometida nos contratos firmados nos Ambientes de Contratação Regulada e Livre (ACR e ACL). Para cumprir suas obrigações, a geradora precisa comprar energia no mercado à vista, com preços mais altos.

A transferência aos consumidores se dará mediante o pagamento de prêmio de risco e a cessão dos direitos e obrigações dos geradores que desistirem de ações judiciais requerendo a isenção ou mitigação de riscos hidrológicos. No ACR, os geradores puderam optar entre três classes de produtos: P (o gerador permanece com a propriedade da energia secundária); SP (a energia secundária também é transferida ao consumidor); e SPR (além da energia secundária, transfere ao consumidor o risco de redução da garantia física). Nos produtos S e SP o percentual de transferência de risco para o consumidor varia de 0% a 11% e no SPR é fixado em 11%. No ACL, a repactuação se dará pela contratação de 5% a 11% da garantia física em energia de reserva.

Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste (Fesc)

Em 3 de novembro de 2015, foi publicada a Lei 13.182/2015, que autoriza Furnas a participar do Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste (Fesc) destinado a empreendimentos de energia elétrica. Os recursos deverão ser investidos em empreendimentos de geração e transmissão, respeitando o mínimo de 50% nessas duas regiões, por meio de SPEs nas quais Furnas tenha participação acionária de até 49% do capital.

A Lei estabelece também que a concessão da UHE Itumbiara será prorrogada pelo prazo de até 30 anos, a partir de 27 de fevereiro de 2020, afastando assim a antecipação prevista pela Lei 12.783, de 2013. Deverão ser realizados leilões para a venda da garantia física da usina, com contratos de suprimento tendo início em janeiro de 2016, 2017 e 2018, e término em 26 de fevereiro de 2035.

Os recursos do Fesc virão de aportes de Furnas, oriundos da diferença entre a receita dos contratos serem firmados e o valor que exceder a Receita Anual de Geração (RAG) calculada pela Aneel. O valor a ser aportado ao fundo será de 88% da diferença entre 27 de fevereiro de 2020 a 26 de fevereiro de 2030 e de 100% de 27 de fevereiro de 2030 a 26 de fevereiro de 2035.

CADEIA DO SETOR ELÉTRICO

GERAÇÃO

O Brasil encerrou o ano de 2015 com 4.467 empreendimentos de geração de energia elétrica, totalizando 140.858 MW de capacidade instalada, sendo 65,1% de fontes hídricas, 28,1% de térmicas, 5,4% de eólicas, 1,4% nuclear e 0,01% de solar. A energia gerada no Sistema Interligado Nacional foi de 533.925 GWh.

(Fonte: Boletim de Monitoramento do Sistema Elétrico, do Ministério das Minas e Energia).

TRANSMISSÃO

O sistema opera a infraestrutura de transporte de energia em tensões elevadas (acima de 138 kV) desde as usinas geradoras até as subestações de conexão com as redes locais de distribuição. No final de 2015, era composto por 129.258 quilômetros de linhas, com a atuação de 77 concessionárias.

(Fonte: Boletim de Monitoramento do Sistema Elétrico, do Ministério das Minas e Energia).

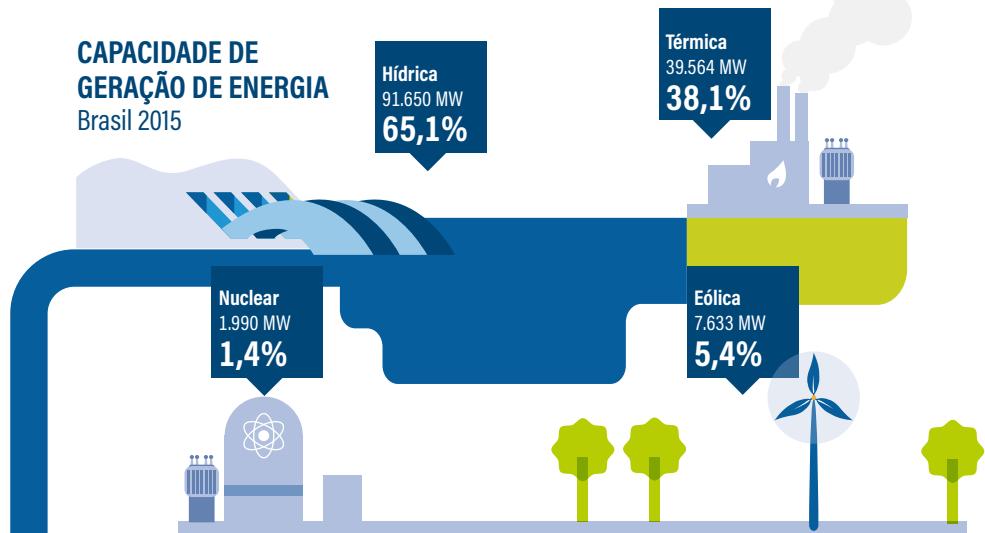
COMERCIALIZAÇÃO

Furnas comercializa energia em dois Ambientes de Contratação: Regulada (ACR), com agentes de geração e de distribuição de energia; e Livre (ACL), com geradores, distribuidores, comercializadores, importadores e exportadores, além dos consumidores livres e especiais.

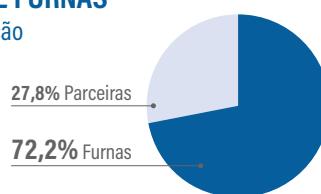
No mercado livre, ou ACL, as operações de compra e venda ocorrem por meio de contratos bilaterais com condições livremente pactuadas.

Furnas comercializa grande parte de sua energia no ACR, por meio de leilões públicos operacionalizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Como concessionária de serviço público de geração sob controle federal, tem seus contratos firmados obrigatoriamente em leilões ou chamadas públicas realizadas pela própria Empresa ou por terceiros.

CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE ENERGIA Brasil 2015



INFRAESTRUTURA DE GERAÇÃO DE FURNAS Ativos de geração



11.161,17 MW

Capacidade equivalente a
7,9% do país.

Em 2015, gerou
40.174 GWh,
correspondente a 7,5% do total

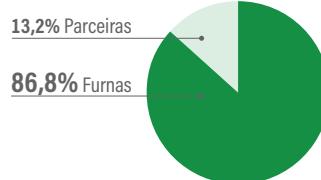
INFRAESTRUTURA DE TRANSMISSÃO DE FURNAS Linhas de Transmissão



24.154 km

18,7%
da rede total do Sistema
Interligado Nacional (SIN)

SUBESTAÇÕES



70

subestações (SEs)

119.118 MVA

Capacidade total de transformação

**FURNAS
COMERCIALIZOU
42.367 GWh**
de energia em 2015

DISTRIBUIÇÃO

Em 2015, existiam no Brasil 63 concessionárias distribuidoras, responsáveis pelo atendimento a 79 milhões de unidades consumidoras, das quais 64,7 milhões são residências. (Fonte: Aneel)
Furnas não atua nesse mercado.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

[GRI G4-1]

Recuperação é a palavra-chave para o desempenho de Furnas em 2015, ano que marcou a Empresa pela superação dos impactos da mudança do modelo regulatório e retorno ao crescimento. De modo a dar consistência ao compromisso com a sustentabilidade e preparar Furnas para o futuro, foi dado prosseguimento às iniciativas de otimização dos processos dentro do Plano de Reestruturação Organizacional, com ganhos em eficiência e produtividade que se refletiram em toda a Empresa.

Com as medidas implementadas, obteve-se redução de custos operacionais e aumento das receitas, proporcionando maior geração de caixa no exercício, no patamar verificado antes da prorrogação das concessões. Ainda que o resultado final tenha sido diretamente impactado pelo registro de provisões referentes aos investimentos em participação, atendendo a critérios conservadores de avaliação, o prejuízo de

2015 foi um ano de recuperação para Furnas, com otimização de processos e ganhos de eficiência e produtividade que se refletiram em toda a Empresa

R\$ 70 milhões registrado no exercício de 2015 evidencia melhoria significativa em relação à perda de R\$ 406 milhões registrada no ano anterior.

A partir da consolidação de uma nova forma de gestão em todas as suas atividades, seja no pilar social, no ambiental ou no econômico, Furnas demonstra solidez para continuar no caminho do crescimento sustentável. Para 2016, o prognóstico aponta para um cenário de retorno à lucratividade, sobretudo em razão do recebimento da indenização de R\$ 13 bilhões por ativos de transmissão

não amortizados ou não depreciados, homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Isso representará importante injeção de recursos para investimento em nossos projetos de geração e transmissão de energia. O reconhecimento do órgão regulador premia o trabalho de uma equipe de 200 pessoas que se dedicou em tempo integral, durante vários meses, para recuperar a contabilização do passado, capacitar Furnas para obter ganhos financeiros nos futuros ciclos de revisão tarifária e agregar valor à Empresa.

Seguimos investindo em modernização e reforço do sistema de transmissão – obras que receberam R\$ 396 milhões no ano e somam R\$ 1,8 bilhão desde 2011, com resultados expressivos em termos de eficiência e confiabilidade. Junto com nossos parceiros, colocamos em operação empreendimentos importantes, como a Subestação Olímpica (RJ), que reforça a segurança energética na realização dos

Jogos Olímpicos Rio 2016, duas máquinas da Usina Hidrelétrica Teles Pires (MT/PA), além de novas máquinas na UHE Santo Antônio (RO).

Em razão do grande volume de investimentos característicos do setor elétrico, nosso crescimento tem sido realizado com ênfase no modelo de parcerias. A fim de aumentar a eficiência da gestão das atuais participações societárias, estamos implementando um plano de reestruturação, com a criação de *holdings*, de forma a aperfeiçoar a governança desses negócios.

Progredimos também nos aspectos de gestão de conformidades e riscos, com a atualização do Manual de *Compliance* e uma campanha interna e externa sobre práticas anticorrupção. E pela quarta vez, conquistamos o “Destaque” do Troféu Transparência pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

Para Furnas, o desenvolvimento sustentável só é possível com a fusão de interesses econômicos,

Projetos e iniciativas reiteram nosso compromisso com a ética, a cidadania e a criação de oportunidades para comunidades nas quais mantemos operações

ambientais, culturais e sociais. Por isso, a atuação social da Empresa deixou de ser uma ação secundária para ser incorporada à gestão estratégica, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento das comunidades próximas aos nossos empreendimentos.

Por meio de diversos projetos e iniciativas, reiteramos nosso compromisso com a ética, a cidadania e a criação de oportunidades para comunidades nas quais mantemos operações. Estimulamos ainda a preservação do meio ambiente, guardião da nossa principal

fonte de energia: a água, que representa mais de 90% da geração da Empresa. Investimos também em inovação, com projetos que priorizam o desenvolvimento de fontes renováveis de energia.

Cumprimos, assim, nossos compromissos com os dez princípios do Pacto Global, baseados em avanços nas áreas de direitos humanos, direitos do trabalho, meio ambiente e práticas anticorrupção, assim como com os novos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Todas as iniciativas estão alinhadas aos pilares estratégicos de excelência operacional, crescimento sustentável e adequação ao modelo elétrico, que direcionam a atuação de Furnas, proporcionando as condições para que continue o seu importante papel de operar e manter o principal sistema de geração e transmissão de energia elétrica do País.

Flávio Decat de Moura
Presidente



ESTRATÉGIA E GESTÃO



|GRI G4-DMA|

Apoiado em três pilares – crescimento sustentável, excelência operacional e adequação ao modelo – o Planejamento Estratégico de Furnas foi delineado em 2013, de forma a permitir que a Empresa atue com sucesso em um cenário setorial desafiador. Estabeleceu objetivos e metas para as diretorias e superintendências, de forma a alcançar uma atuação ágil, competitiva, eficiente e rentável no cumprimento de seu papel institucional e no efetivo aproveitamento de oportunidades de mercado.

O monitoramento do desempenho dos objetivos constantes dos painéis estratégicos ocorre a cada bimestre em Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAEs). Realizadas desde 2014, com a participação de diretores, assistentes e superintendentes, permitem compartilhar os desafios e os compromissos de apoio firmados entre áreas, assim como pactuar ações para a correção de desvios.

Consolidado o monitoramento dos indicadores e iniciativas, a Empresa deu mais um passo para a maturidade de sua Gestão da Estratégia, ao iniciar, em maio de 2015, o Ciclo de Aprendizado Estratégico. Com base em cenário interno e externo desenvolvido pela equipe de Estratégia e no quadro geral dos indicadores e iniciativas, os executivos de Furnas iniciaram o processo de reflexão sobre a existência de lacunas e oportunidades de melhoria no conjunto de objetivos que traduzem a estratégia escolhida.

O acompanhamento da execução do planejamento tem o apoio do modelo *Balanced ScoreCard*, que define objetivos e metas a partir de quatro perspectivas: financeira, mercado, processos internos e aprendizado.

Prioridades

Um dos destaques da Gestão da Estratégia em 2015 foi identificar a necessidade de busca de excelência em Gestão de Ativos que, face às novas regras setoriais, passou a ser o *core business* de Furnas. O foco de atenção foi conduzido para esse tema estratégico, dando origem ao Programa de Gestão de Ativos (PGA), com enfoque regulatório e patrimonial destinado a esse fim específico. Outra prioridade definida no ano foi o Plano de Geração de Valor (PGV), para a agregação de valor aos acionistas. Ambas as iniciativas visam preservar e garantir a receita da Empresa.

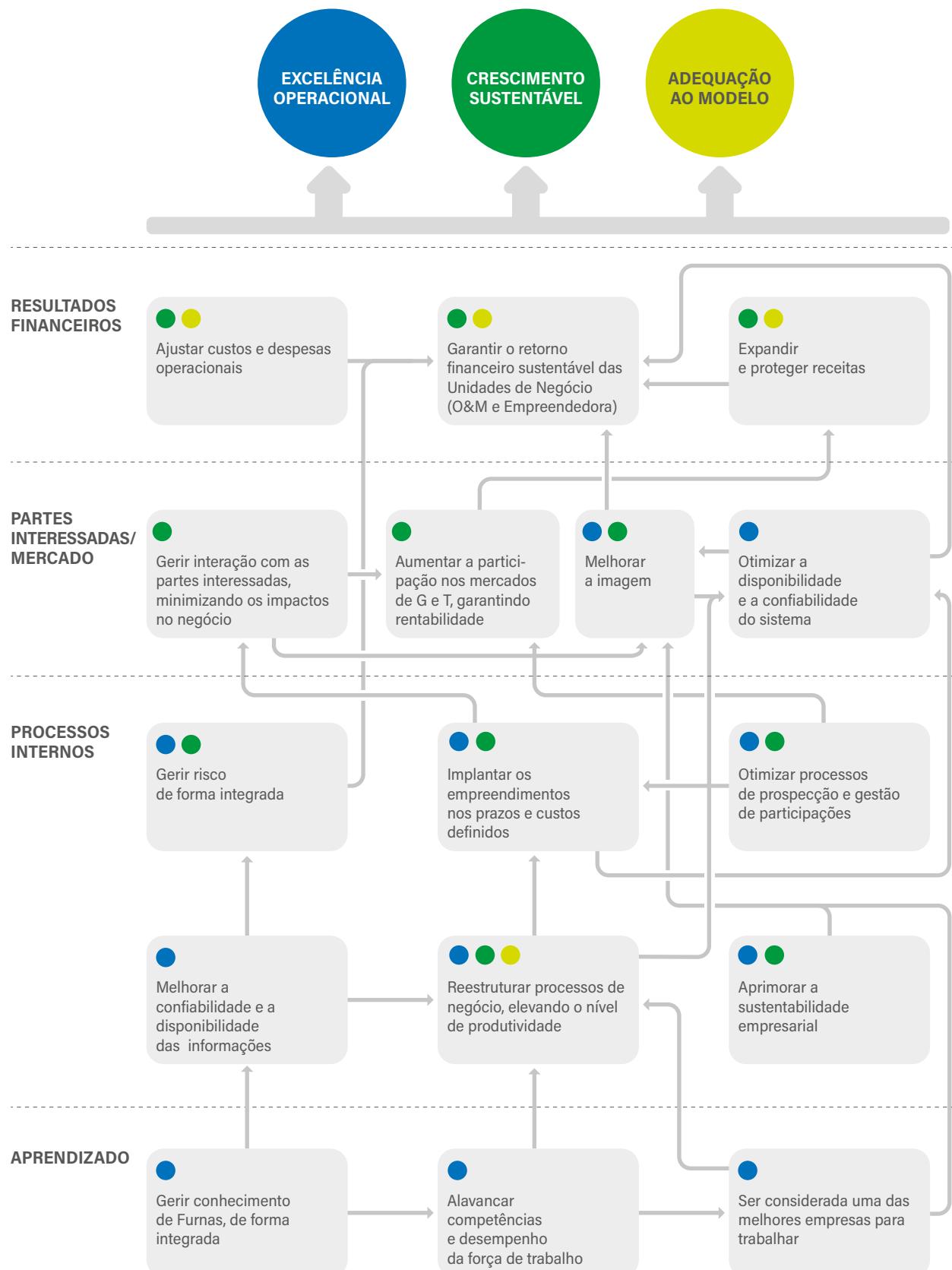
Foi dada continuidade às iniciativas de otimização identificadas no programa de reestruturação organizacional, realizado em convênio de cooperação técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e apoio de consultoria da Roland Berger Strategy Consultants. A sua segunda fase, chamada PRO-Furnas II, partiu de 230 iniciativas, que foram consolidadas em 219. A execução usou metodologia própria e suporte de sistema informatizado especialmente desenvolvido com esse objetivo. Do início do projeto, em 2014, até o final de 2015, foram concluídas 113 iniciativas de otimização (cerca de 56% daquelas com início previsto para antes de 31 de dezembro de 2015).

Centros de Serviços

Compartilhados – O PRO-Furnas II também conferiu um perfil mais estratégico para as áreas de recursos humanos e de tecnologia da informação, tendo em vista a absorção de suas atividades operacionais por Centros de Serviços Compartilhados (CSC), que centralizam de forma eficaz todas as atividades operacionais de suporte aos negócios. Atualmente, os centros se encontram em estrutura matricial, mais alinhada ao estágio atual de organização da Empresa, considerando, inclusive, a dimensão da área geográfica abrangida pelos seus empreendimentos. A evolução para o estágio eminentemente funcional é meta a ser alcançada, na sequência.

Programa de Gestão de Ativos (PGA) e Plano de Geração de Valor (PGV) foram definidos como prioridades para preservar e garantir as receitas da Empresa

MAPA ESTRATÉGICO



INVESTIMENTOS

Para cumprir o pilar estratégico de Crescimento Sustentável, Furnas investiu R\$ 1.652 milhões em 2015, sendo R\$ 729 milhões em projetos próprios e R\$ 923 milhões nas participações societárias. Nas SPEs, o maior volume foi direcionado para a UHE Santo Antônio, que representou 17,9% do total.

Os investimentos em Geração totalizaram R\$ 108 milhões, dos quais R\$ 73 milhões em modernização e manutenção e R\$ 19 milhões em expansão.

As atividades de Transmissão receberam recursos de R\$ 621 milhões, sendo R\$ 396 milhões, ou 63,8% do total, destinados ao Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET), programa de modernização que busca a excelência operacional nos sistemas de Furnas, além de mais R\$ 232 milhões em outros projetos ligados ao sistema de transmissão existente.

No contexto do PGET, no período de 2011 a 2015, foram concluídos 107 projetos de reforços e melhorias. Ao longo de 2015, foram substituídos 335 equipamentos superados ou em final de vida útil, dentre os quais destacam-se 24 transformadores, totalizando 4.125 MVA de capacidade de transformação, além de 36 disjuntores e 93 seccionadores nas tensões de 138 kV, 230 kV, 345 kV, 500 kV e 750 kV. A previsão é ampliar e substituir equipamentos superados, totalizando 6.600 equipamentos, entre 2011 e 2018 – destacando-se 169 transformadores, 840 disjuntores e 2.348 chaves seccionadoras, além de equipamentos de menor porte.

[GRI G4 DMA EX-EU6]

Projetos concluídos [GRI G4-13]

No segmento transmissão, em 2015, entraram em operação comercial duas novas linhas de transmissão e duas novas subestações, construídas em

parceria. A SE Niquelândia, situada em Goiás, tem capacidade de transformação de 40 MVA. A SE Olímpica e as LTs (138 kV) Barra da Tijuca-SE Olímpica e Gardênia-SE Olímpica integram o complexo destinado a garantir segurança energética durante os Jogos Olímpicos de 2016.

Projetos em execução [GRI EU10]

Geração

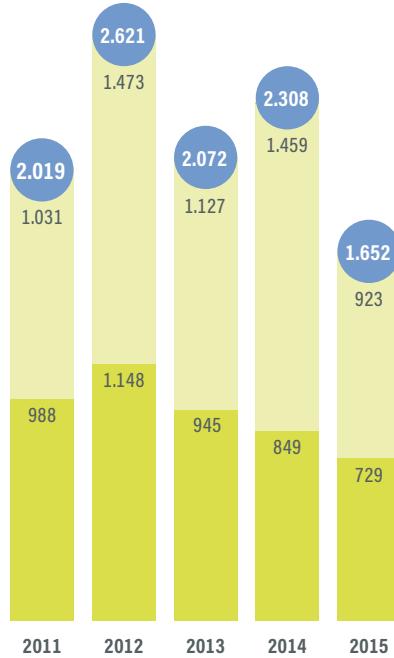
UHE Santo Antônio – Com previsão de concluir todo o projeto no final de 2016, o consórcio Madeira Energia colocou em operação a 35ª turbina em dezembro de 2015, elevando para 2.498,55 MW a capacidade instalada. Quando suas 50 turbinas estiverem operando, será a terceira maior usina do país em garantia física (2.424,2 MW de energia assegurada). A potência total, de 3.568,8 MW, é suficiente para atender ao consumo médio de 45 milhões de pessoas. Instalado no Rio Madeira, em Rondônia, o empreendimento tem Furnas como maior acionista (39%) e conta com a participação de Odebrecht Energia (18,6%), SAAG Investimentos S.A. (12,4%), Cemig (10%) e FIP (20%).

UHE Teles Pires – Em 2015, entraram em operação as duas primeiras unidades geradoras da usina em construção no Rio Teles Pires, entre os estados de Pará e Mato Grosso. As obras físicas foram concluídas em 31 de agosto de 2015 e a primeira turbina entrou em operação comercial em 7 de novembro, utilizando a Subestação de Sinop. Quando as cinco turbinas estiverem em funcionamento, a potência instalada total, de 1.819,8 MW, será suficiente para abastecer uma cidade de 5 milhões de habitantes. Furnas detém 24,5% de participação na Companhia Hidrelétrica Teles Pires, que tem ainda como acionistas Neoenergia (50,1%), Eletrosul (24,5%) e Odebrecht Energia (0,9%).



INVESTIMENTOS (R\$ milhões)

- Participações societárias
- Empreendimentos próprios



INVESTIMENTOS CORPORATIVOS (R\$ milhões)

Categoria	Valor (R\$ milhões)
Geração	108
Preservação da capacidade do sistema de operação	40
Modernização da Usina Hidrelétrica Furnas	33
Implantação da UHE Simplício e da PCH Anta	19
Outros	16
Transmissão	621
Ampliação do sistema de transmissão de energia elétrica	259
Preservação do sistema de transmissão de energia elétrica	221
LT UHE Mascarenhas (MG)-Linhares (ES)	28
Conservação ambiental	25
Outros	88
Total	729



Parque Eólico Rei dos Ventos (RN)

UHE São Manoel – No Rio Teles Pires, na divisa dos estados do Mato Grosso e do Pará, a usina tem 700 MW de capacidade e a participação de Furnas é de 33,3%. A usina deve ser concluída em 2018.

PCH Anta – Com 28 MW de potência, a unidade de propriedade integral de Furnas será interligada à UHE Simplício, no Rio Paraíba do Sul, na divisa dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Parques eólicos – Estão sendo construídos 43 parques nos estados do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Bahia, sendo que a parcela de Furnas corresponde a 608,35 MW. A previsão é que entrem em operação entre 2016 e 2018.

Transmissão

A expansão do sistema de transmissão de Furnas consiste na construção de novas linhas e subestações, prevendo-se até fevereiro de 2017 a conclusão de três linhas referentes a empreendimentos próprios, num total de 329 quilômetros de extensão, além de 4.554 quilômetros em 14 linhas de transmissão e 9 novas subestações sob o regime de SPE.

Uma grande obra que teve início em 2015 é o primeiro bipolo em corrente contínua para a interligação da Usina de Belo Monte ao Sudeste, que permitirá a transmissão de grandes blocos de energia com a menor perda. O sistema consiste de duas subestações conversoras e a LT Xingu-Estreito, com 2.092 quilômetros de extensão, tensão de 800 kV, pioneira no país,

e capacidade para transmitir 4 mil MW de energia. Furnas detém 24,5% do empreendimento desenvolvido em parceria com a State Grid Brasil Holding (51%) e a Eletronorte (24,5%).

Investimentos futuros |GRI G4-2|

O Plano de Negócios e Gestão de Furnas prevê investimentos de aproximadamente R\$ 10,3 bilhões nos próximos cinco anos, sendo R\$ 5,3 bilhões de investimentos já contratados e R\$ 5 bilhões para novos empreendimentos. Com base nos investimentos já contratados, o segmento Geração será responsável por R\$ 2,1 bilhões, enquanto a Transmissão terá aportes de R\$ 3,2 bilhões. Os novos empreendimentos de Geração receberão R\$ 4 bilhões e os de Transmissão, R\$ 1 bilhão.

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO - P&D+I [GRI G4-DMA, EX-EU8]

No quadriênio 2013-2016, Furnas terá investido cerca de R\$ 300 milhões em P&D+I para testar e desenvolver novas formas de geração de energia limpa e renovável. São prioritários projetos com foco em sustentabilidade, ligados a novas fontes limpas de geração de energia elétrica, que se configuram oportunidades de desenvolvimento dos negócios. A Empresa também investe em projetos relacionados à mini e à microgeração distribuída, já regulamentados pela Aneel, e que, na próxima década, poderão representar parcela significativa da geração. Destina recursos ainda para o domínio de novas tecnologias, como a transmissão em extra-alta tensão em 800 kV.

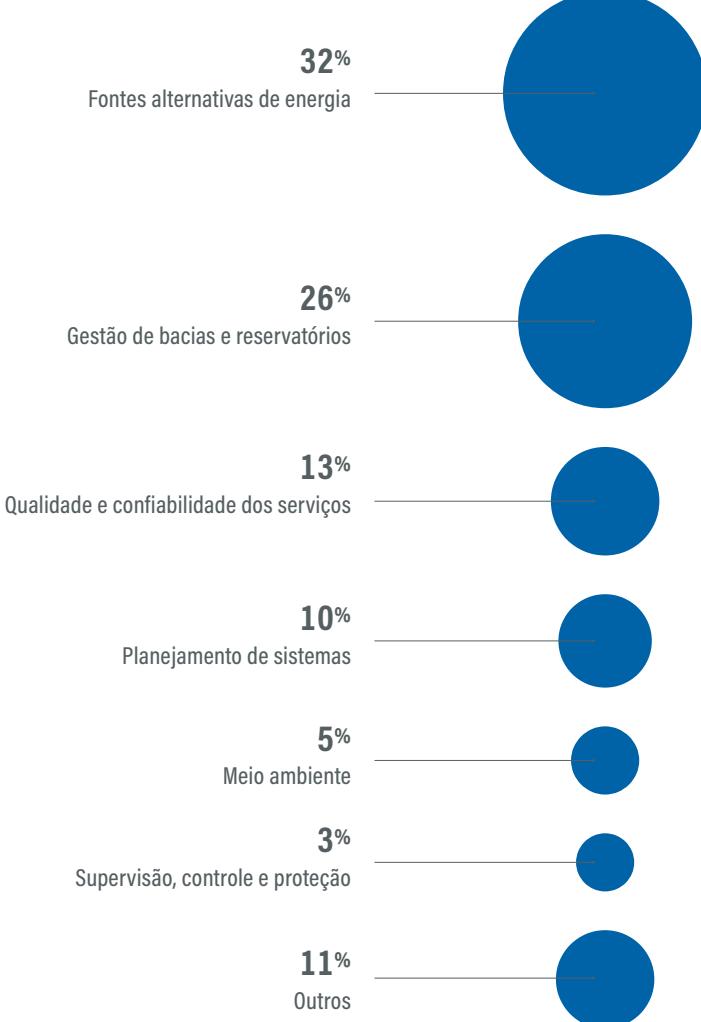
Em 2015, foi consolidada a fusão e a administração da Carteira de Furnas entre a áreas de P&D e de Tecnologia, otimizando a gestão de 27 projetos em andamento, com previsão de apresentação de resultados nos próximos anos. O objetivo principal e permanente é transformar os estudos realizados em novos serviços ou produtos patenteados e, com isso, agregar vantagem competitiva à Empresa.

Os investimentos em projetos categorizados como inovadores relacionados à sustentabilidade têm se mantido como foco da gestão de P&D, destacando-se as áreas de energia solar, fotovoltaica e energia das ondas.

A seleção de parceiros se dá por meio de chamadas públicas, com o objetivo de propiciar transparência e oportunidade a todos. Além disso, desde 2012, há coleta pública permanente de ideias entre colaboradores de Furnas e público externo. Esse processo permitiu estabelecer novas parcerias com instituições de ensino e centros de pesquisa, além de empresas de base tecnológica. Com esse modelo, foram contratados projetos avançados de P&D+I, com ênfase em aproveitamento sustentável de recursos naturais para a geração de energia e transmissão de grandes blocos de energia a longas distâncias com reduzida faixa de passagem. Entre as diversas áreas destacam-se: laboratório de ultra-alta tensão abrigado; geração solar fotovoltaica; geração com usina de ondas; turbina eólica vertical; recuperação energética de resíduos sólidos urbanos; e mobilidade com tecnologia elétrica e híbrida.



DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM P&D



INVESTIMENTOS EM P&D (R\$ mil)

	2013	2014	2015
Tecnologias de energia renovável	30.099	3.390	5.456
Tecnologias de transmissão e distribuição	100.722	3.946	4.417
Serviços inovadores relacionados à sustentabilidade/meio ambiente	29.575	3.226	5.220
Outros	2.038	1.336	1.735
Total	162.434	11.898	16.828

Obs.: O valor atípico de 2013 refere-se ao aporte institucional para a implantação do laboratório de ultra-alta tensão, sob a responsabilidade de execução do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel).



GOVERNANÇA CORPORATIVA

Transparência, equidade, responsabilidade corporativa e compromisso com prestação de contas clara e objetiva, ao alcance de todos os públicos de relacionamento, caracterizam o modelo de governança de Furnas, alinhado com as melhores práticas de instituições de referência e com a legislação das sociedades por ações. A estrutura de gestão, as práticas e os instrumentos seguem diretrizes e recomendações contidas em diversos documentos organizacionais: o Código de Ética das Empresas Eletrobras; o Estatuto Social; os regimentos internos da Empresa, do Conselho de Administração, da Diretoria-Executiva, do Conselho Fiscal e dos Comitês Internos que apoiam a Diretoria-Executiva; e as descrições de atribuições de todas as unidades formais da estrutura de Furnas. [\[GRI G4-34\]](#)

O modelo se fundamenta, também, na definição clara dos papéis e das responsabilidades do Conselho de Administração e da

Diretoria-Executiva no que se refere à formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Empresa, bem como do Conselho Fiscal, na fiscalização dos atos e contas da Administração.

Estrutura societária

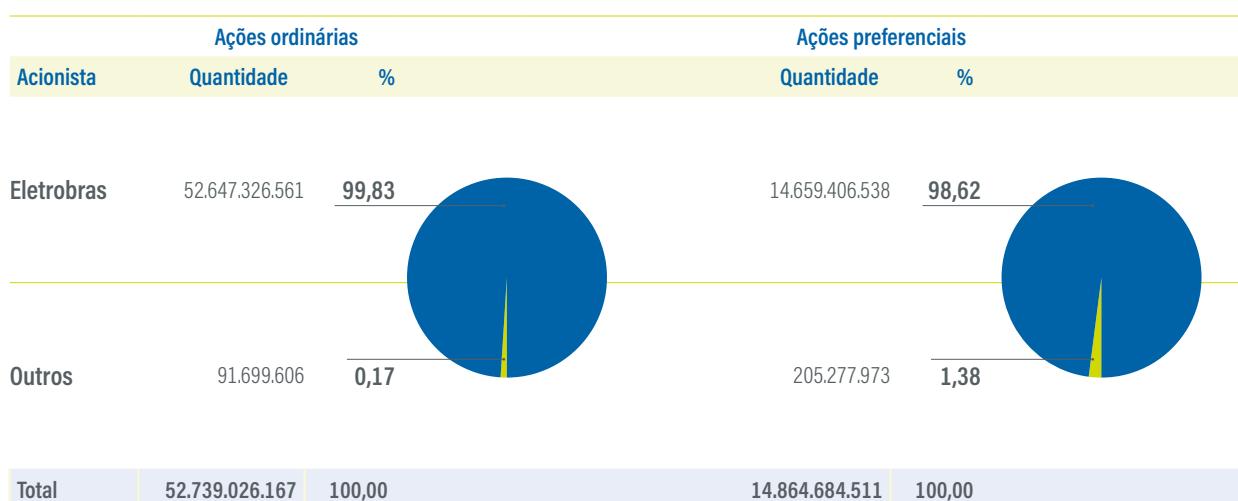
Como subsidiária da Eletrobras, que tem ações negociadas no mercado norte-americano, Furnas atende aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOx) na prestação de informações para que a holding possa manter a negociação de suas ações na forma de American Depository Receipts (ADR) Nível 2, bem como participar do Dow Jones Sustainability Index (DJSI) da Bolsa de Nova York e do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (ISE-Bovespa).

Em 2015, o capital social de Furnas, no valor de R\$ 6.531.154.365, apresentou a seguinte composição:

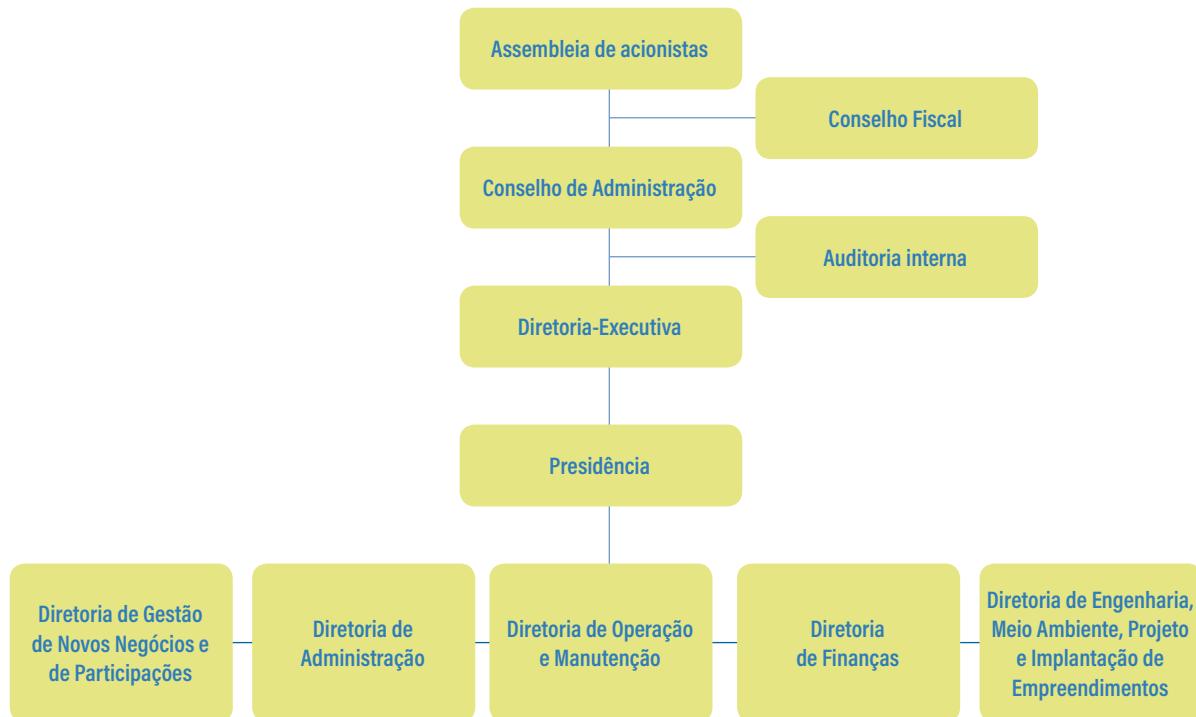
O modelo de governança se fundamenta na definição clara dos papéis e das responsabilidades de conselheiros e diretores



ESTRUTURA SOCIETÁRIA - EM 31/12/2015 [\[GRI G4-7\]](#)



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Assembleia Geral

A Assembleia Geral é a principal instância de decisões dos acionistas. Reúne-se ordinariamente uma vez ao ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para examinar e deliberar sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, assim como definir a destinação de lucros e dividendos e eleger o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. Pode reunir-se extraordinariamente para deliberar sobre temas como abertura e aumento do capital social; operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação; reforma do Estatuto Social e outros propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal. Em 2015 ocorreu uma assembleia extraordinária, em 27 de agosto, para eleição de conselheiro de Administração representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

As principais preocupações abordadas nas duas assembleias realizadas no ano referiram-se a: aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações

Financeiras, destinação do resultado relativo ao exercício social de 2014, eleição dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e remuneração anual global dos administradores e membros do Conselho Fiscal. [\[GRI G4-49, G4-50\]](#)

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão máximo de governança da Furnas, responsável pela orientação geral dos negócios, acompanhamento da execução dos programas aprovados e verificação dos resultados obtidos. É integrado por seis conselheiros, eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de um ano, sendo admitida a reeleição. Todos são homens, brancos, sendo 33% com idade entre 30 e 50 anos e 67% com mais de 50 anos. Dentre os membros do Conselho de Administração são escolhidos o presidente do Conselho, que não exerce função executiva, e o diretor-presidente da Empresa. Em 2015, o colegiado reuniu-se 23 vezes. [\[GRI G4-38, G4-39, G4-42, G4-LA12\]](#)

Um dos integrantes é indicado pelo ministro de Estado do Planejamento,

Orçamento e Gestão e outro é eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto dentre os empregados ativos. O único membro a possuir suplente é o representante dos empregados, sendo os dois eleitos obrigatoriamente em uma única chapa. São inelegíveis ascendentes, descendentes ou colaterais até o terceiro grau de integrantes do Conselho de Administração, da Diretoria-Executiva ou do Conselho Fiscal, assim como pessoas declaradas inabilitadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), impedidas por lei especial ou condenadas por crime contra a economia, a fé pública ou a propriedade. Cada membro dos órgãos da administração deve apresentar declaração de bens antes de assumir e ao deixar o cargo. [\[GRI G4-40\]](#)

Diretoria-Executiva

Constituída de um diretor-presidente e cinco diretores, a Diretoria-Executiva é responsável pela gestão do dia a dia dos negócios e pelo desempenho econômico, social e ambiental, devendo submeter ao Conselho de Administração os

planos gerais de obras, gerenciais e financeiros. Todos são eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, com direito a reeleição. As decisões regulamentares e estatutárias são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas. Em 2015, foram realizadas 70 reuniões.

[GRI G4-35, G4-36, G4-42]

Em apoio à gestão atuam comitês internos integrados por representantes de cada Diretoria, a exemplo de: Informática, Recursos Humanos, Pesquisa e Desenvolvimento, Seguros, Comercialização de Energia, Segurança da Informação, Comissão de Ética, Coordenação de Novos Negócios, Sustentabilidade Empresarial, Gestão de Riscos e Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização (Caoef).

Conselho Fiscal

Os atos dos administradores são fiscalizados pelo Conselho Fiscal, que também verifica o cumprimento de suas obrigações legais e estatutárias e tem o dever de denunciar erros, fraudes ou crimes descobertos. É composto por três membros efetivos e respectivos suplentes, brasileiros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos por Assembleia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Um de seus membros efetivos e respectivo suplente são indicados pelo Ministério da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional. Em 2015, o colegiado reuniu-se 13 vezes. [GRI G4-44]

Controle do desempenho

Os conselheiros recebem relatórios mensais da Diretoria-Executiva com os principais resultados econômico-financeiros, sociais e ambientais, e avaliações sobre o cumprimento de metas acordadas por meio de um Contrato de Metas e Desempenho Empresarial (CMDE) firmado com a controladora Eletrobras. A análise do desempenho se dá com base em relatórios gerenciais, verificando ainda aderência aos controles de risco e às

Comitês internos, integrados por representantes da cada Diretoria, atuam em apoio à gestão

determinações do Código de Ética. O processo de consulta é agilizado pelo fato de o diretor-presidente e um representante dos empregados integrarem o Conselho. [GRI G4-37]

Em encontros periódicos na sede, no Rio de Janeiro, e nas regionais, os colaboradores são informados pelo representante dos empregados sobre os principais temas debatidos no Conselho. É oportunidade também de apresentar dúvidas e sugestões a serem encaminhadas ao Conselho. Entre os tópicos abordados em 2015 estavam temas de grande relevância, como, por exemplo: risco hidrológico (GSF) e seus impactos na rentabilidade das empresas, expansão por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), as consequências da deterioração do cenário macroeconômico para a rentabilidade dos projetos, o processo de formação de parcerias para ingresso em leilões e a renovação antecipada da UHE Itumbiara pela Lei nº 13.182/2015. [GRI G4-49, G4-50]

Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAEs) realizadas periodicamente são um espaço para as superintendências apresentarem à Diretoria-Executiva as principais realizações e os desafios e oportunidades. De acordo com a especificidade e a relevância, esses temas podem ser submetidos ao Conselho. [GRI G4-43]

Conflitos de interesse

O Manual de Compliance de Furnas, atualizado em dezembro de 2015, estabelece que colaboradores e representantes da Empresa não deverão exercer qualquer função ou atividade que possa gerar conflitos de interesse aparentes ou reais, o que

envolve quaisquer relacionamentos em que se possa supor que as Empresas Eletrobras obtiveram uma vantagem ou influência indevida. Adicionalmente, o Estatuto Social estabelece que os executivos não podem exercer funções em empresas ligadas de qualquer forma ao objeto social de Furnas, exceto na controladora, nas subsidiárias ou controladas e/ou nas empresas concessionárias nas quais Furnas tenha participação acionária.

Nessas situações, poderão exercer cargos no Conselho de Administração, observadas as disposições da legislação vigente quanto ao recebimento de remuneração. O representante dos empregados não participa das discussões sobre relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens. [GRI G4-41]

Remuneração

Conselheiros e diretores recebem remuneração fixa, sem qualquer parcela variável relativa à avaliação de desempenho econômico, social ou ambiental. O valor total é proposto pelo Conselho de Administração para discussão e aprovação pelos acionistas durante a Assembleia Geral Ordinária, dentro dos limites estabelecidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em 2015, a remuneração dos membros dos conselhos de Administração e Fiscal totalizou R\$ 478.292,28; e da Diretoria-Executiva, R\$ 2.912.513,75. [GRI G4-51, G4-52, G4-53]

Políticas Internas

As Políticas Internas são definidas por meio de instrumentos balizadores dos atos deliberativos da Diretoria-Executiva, que cobrem os seguintes temas: Logística de Material, Informática, Gestão de Pessoas, Segurança Empresarial, Ambiental, Responsabilidade Social, Gestão de Frota de Veículos, Segurança da Informação, Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional, Segurança Patrimonial, Propriedade Intelectual, Gestão Sociopatrimonial, Gestão de Resíduos, Contratação e Gestão de Riscos e Controles Internos.

GOVERNANÇA DAS SPEs

A gestão das participações de Furnas em Sociedades de Propósito Específico (SPEs), por meio das quais são preferencialmente desenvolvidos novos negócios, passou por uma revisão de processos, atendendo a recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU). O objetivo foi melhorar a governança dessas empresas, ampliando a influência de Furnas no dia a dia dos negócios. Isso permite não apenas acompanhar a execução dos projetos como agregar o conhecimento técnico detido por Furnas.

A gestão já foi segmentada de acordo com a característica de cada negócio (eólicas, transmissão e projetos estruturantes, que são grandes empreendimentos, a exemplo das UHEs e da Linha de Transmissão de Belo Monte), com a atuação de coordenadores. Esse grupo era integrado por 12 pessoas no final de 2015, que passaram a reforçar o acompanhamento anteriormente feito por conselheiros e diretores.

O número de SPEs foi reduzido de 81, em 2014, para 76 e as empresas serão agrupadas em *holdings*, em modelo autorizado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest). No início de 2016, essas *holdings* serão formalmente constituídas. Uma delas, a Brasil Ventos, reunirá 26 SPEs dedicadas a projetos eólicos, nas quais Furnas é acionista majoritário, reduzindo assim para 51 as sociedades mantidas em parceria com outras empresas, o que facilitará o acompanhamento consolidado dos negócios. Em médio prazo, o objetivo é concentrar as participações em três grandes *holdings* (transmissão, geração e eólicas) e nove projetos estruturantes.

No ano, 70 empregados de Furnas atuavam como conselheiros de administração ou fiscal das SPEs (entre titulares e suplentes). Eles participam de fóruns e têm acesso a documentos que auxiliam na gestão ativa das empresas, como elaboração de planos de negócio, demandas ambientais e sociais, entre outros.

COMPORTAMENTO ÉTICO

[GRI G4-DMA]

Furnas adota o Código de Ética Único das Empresas do Sistema Eletrobras, que entrou em vigor em 2010. O documento estabelece os princípios que norteiam os compromissos de conduta nas ações, comportamentos e decisões profissionais de empregados, gerentes, diretores, membros dos conselhos de Administração e Fiscal, colaboradores, fornecedores e demais públicos de relacionamento. Todos os contratos firmados com fornecedores incluem cláusula em que o contratado se compromete a adotar o Código de Ética de Furnas. [GRI G4-56]

O cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta é monitorado pela Comissão de Ética, responsável por orientar e aconselhar sobre ética profissional, tratamento das pessoas e do patrimônio público. Entre outras atribuições, também supervisiona os leilões e concorrências da Empresa. Por força de lei, a Comissão de Ética possui canal exclusivo de atendimento por e-mail, recebendo também denúncias por meio da Ouvidoria.

No Portal Ética, na intranet, encontram-se a legislação vigente, perguntas e respostas relativas à gestão da ética em empresas públicas, os serviços Fale Conosco e o Canal Consulta e Denúncia de Desvios Éticos e o monitoramento dos casos analisados pela Comissão de Ética, entre outras informações. Os riscos de corrupção por operação serão mapeados e avaliados por meio de consultoria, que será contratada no ano de 2016. [GRI G4-57, G4-S03]

Investigações preliminares, realizadas com base no estabelecido no Art. 4º do Decreto 8.420/2015, não confirmaram casos de corrupção na Empresa. [GRI G4-S05]

Em 2015, a Comissão de Ética recebeu 29 denúncias, das quais três encontravam-se em análise no final do ano. As 26

Código de Ética estabelece os princípios que norteiam a conduta e as decisões de colaboradores, administradores e conselheiros

denúncias tratadas envolveram temas como assédio moral, perseguições, abusos de autoridade, pagamentos indevidos de horas extras, irascibilidade entre funcionários, preconceito, uso inadequado de recursos de TI, venda ilegal de material da Empresa (foi constatado que não ocorreu), desvio de função, roubo de material da Empresa (quando não foi possível identificar o autor), serviço irregular na Empresa, distribuição irregular de residência funcional (constatação de que não ocorreu), entrada irregular de pessoas na Empresa (não comprovada) e contratação irregular de serviços. Todos os casos foram devidamente tratados à luz do Decreto-Lei 6.029, de 1º de fevereiro de 2007.

Em determinados casos, são firmados Acordos de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP), pelos quais o empregado permanece monitorado durante dois anos por um dos membros da Comissão de Ética e, caso ocorra novamente o fato, receberá censura ética encaminhada ao Departamento de Pessoal.

As questões éticas incluem o respeito aos direitos humanos, tema no qual 53 colaboradores foram envolvidos em atividades de treinamento, que totalizaram 313 horas no ano. [GRI G4-HR2]

Ouvidoria [GRI G4-58]

A Ouvidoria de Furnas representa um instrumento de interação com públicos internos e externos e é o canal para o recebimento de denúncias sobre quaisquer violações ou suspeitas de violações ao Programa Anticorrupção e/ou à Lei Anticorrupção. Atua como mediadora na busca de solução de conflitos extrajudiciais, assim como instrumento de avaliação organizacional. Além de atender às exigências da Lei Sarbanes-Oxley, segue as orientações da Ouvidoria Geral da União (OGU) e mantém o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que disponibiliza, no site de Furnas, diversas informações de interesse público. Administra ainda o canal Fale com o Presidente, exclusivo para o público interno, destinado ao esclarecimento de dúvidas e encaminhamento de sugestões e comentários.

O acesso à Ouvidoria é assegurado por formulário eletrônico na internet, fax, telefone, correspondência ou contato pessoal. Com o programa Ouvidoria Itinerante, se apresenta nas diferentes unidades da Empresa e em comunidades próximas aos empreendimentos, a exemplo de presença na Aldeia da Cidadania de Simplício, realizada em setembro. Em todas as formas de comunicação, o nome do manifestante é mantido em sigilo e o conteúdo da mensagem, tratado com seriedade, isenção e de forma reservada. [GRI G4-57]

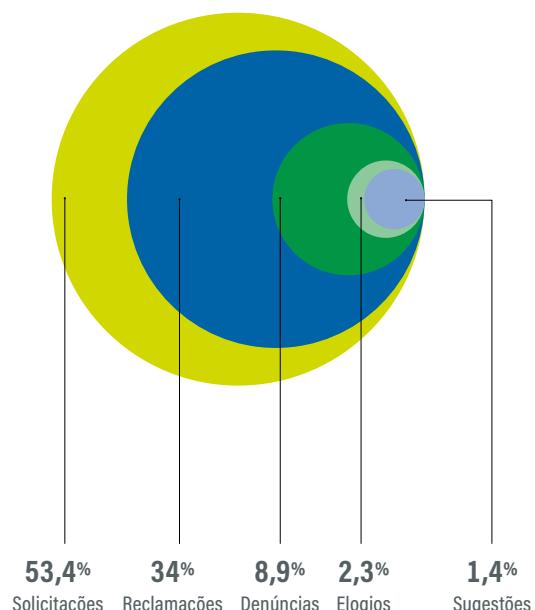
Em 2015, foram enviadas aos três canais geridos pela Ouvidoria 1.097 demandas, sendo 951 manifestações, 97 pedidos de informação ao SIC, dos quais 18 tiveram recursos, e 49 mensagens encaminhadas ao Fale com o Presidente. Por origem, 69% das manifestações foram externas, 28% internas e 3% não identificadas, sendo 323 reclamações, 508 solicitações, 13 sugestões, 85 denúncias e 22 elogios.

Os Relatórios da Ouvidoria e do SIC ficam disponíveis nos endereços eletrônicos: www.furnas.com.br/frmOuvidoriaAtividades.aspx e www.furnas.com.br/frmOuvidoriaRelatoriosSIC.aspx



UHE Funil (RJ)

MANIFESTAÇÕES À OUVIDORIA



GESTÃO DE RISCOS

[GRI G4-DMA, G4-2]

A gestão integrada de riscos corporativos é reconhecida como um instrumento fundamental à tomada de decisões estratégicas, visando à sustentabilidade do negócio. A definição de princípios e diretrizes para promover e assegurar o gerenciamento de riscos corporativos de forma integrada, permeando todos os processos organizacionais, tem participação direta do Conselho de Administração, e essa avaliação entra em pauta em suas reuniões mensais. [GRI G4-45, G4-47]

O processo é associado a benefícios tangíveis e intangíveis, como a melhoria da imagem institucional perante os públicos de relacionamento, a garantia da qualidade dos serviços prestados à sociedade e a geração de valor para os acionistas. A perfeita e tempestiva visão dos diversos fatores de risco e sua contínua e imediata divulgação permitem que toda a Organização realize ajustes necessários para que se aumente seu grau de sustentabilidade e fique mais protegida de eventos indesejados ou que causem prejuízos econômico-financeiros ou de imagem. [GRI G4-46]

A Matriz de Riscos Corporativos, alinhada com a do Sistema Eletrobras, foi revisada em 2014. Baseando-se nesta matriz, o Comitê de Gestão de Riscos priorizou 12 eventos de risco para o exercício de 2015. Desses, dois já estavam entre os quatro priorizados pela Eletrobras para 2015, totalizando, assim, 14 riscos priorizados, dos quais sete foram trabalhados em 2015.

Esses sete eventos foram analisados por meio de uma nova metodologia de avaliação de riscos corporativos (GDRC – Gestão Dinâmica de Riscos Corporativos), que possibilita uma visão quantitativa e financeira desses fatores. Foram elaborados mapas térmicos, considerando Impacto x Probabilidade e Impacto x Vulnerabilidade, e identificados graus de vulnerabilidade e mitigação dos riscos.

Os outros sete eventos de risco serão trabalhados em 2016 usando essa nova metodologia. Está prevista a aquisição de um software que possibilitará a implantação de um sistema online para a avaliação de risco mediante coleta de informações e tratamento dos riscos corporativos.

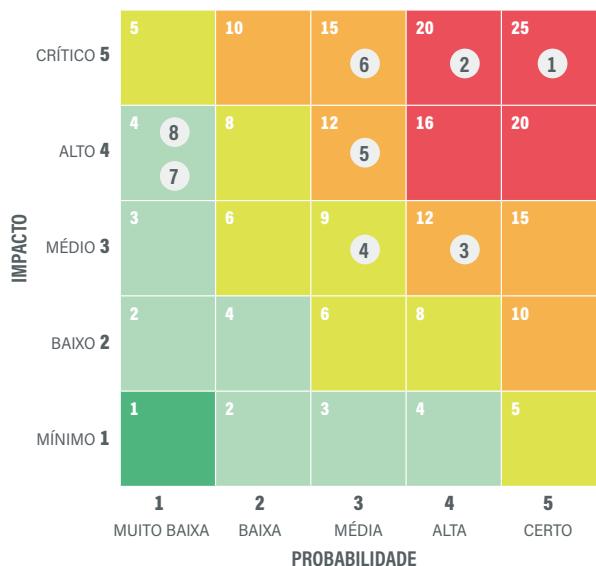
Entre os 14 eventos de risco avaliados como prioritários para a gestão, sete foram efetivamente trabalhados em 2015 por meio de uma nova metodologia de avaliação de riscos corporativos

RISCOS PRIORIZADOS

Pilar	Categoria	Evento de risco
ESTRATÉGICO	Estratégia de Mercado	Novos Negócios e Leilões Renovação das Concessões
	Fatores Externos	Marco Regulatório
FINANCEIRO	Investimentos	Gestão do Negócio de SPEs e Consórcios
	Tributos	Administração Fiscal-Tributária
	Liquidez	Fluxo de Caixa
	Ativos	Gestão Contábil de Ativos
OPERACIONAL	Comercialização	Compra e Venda de Energia
	Geração e Transmissão	Disponibilidade na Geração e Transmissão Revisão Tarifária na Geração e Transmissão
	Suprimentos	Disponibilidade de Suprimentos Críticos
	Jurídico	Formação e Gestão do Contencioso
	Socioambiental	Licenciamento Ambiental
	Gestão de Pessoas	Recrutamento, Seleção e Retenção de Pessoal

● Temas trabalhados em 2015. Os demais serão analisados em 2016.

MAPAS TÉRMICOS DOS RISCOS CORPORATIVOS



- 1 Revisão Tarifária na Geração e Transmissão
- 2 Licenciamento Ambiental
- 3 Recrutamento, Seleção e Retenção de Pessoal
- 4 Disponibilidade de Suprimentos Críticos (Gestão de Serviços)
- 5 Gestão Contábil de Ativos
- 6 Disponibilidade de Suprimentos Críticos (Gestão de Materiais)
- 7 Novos Negócios e Leilões
- 8 Gestão do Negócio de SPEs e Consórcios



GRAUS DE MITIGAÇÃO DOS RISCOS CONSOLIDADOS

Evento de risco	Grau de Mitigação (%)
Novos Negócios e Leilões	92
Gestão do Negócio de SPEs e Consórcios	87
Gestão Contábil de Ativos	26
Disponibilidade de Suprimentos Críticos (Gestão de Materiais)	58
Disponibilidade de Suprimentos Críticos (Gestão de Serviços)	52
Licenciamento Ambiental	43
Recrutamento, Seleção e Retenção de Pessoal	50

Gestão de conformidades e riscos

[GRI G4-DMA]

Como continuidade aos esforços de aperfeiçoamento da governança, iniciados em 2014 com a criação da Superintendência de Gestão de Conformidade e Riscos (Programa de *Compliance*), Furnas atualizou o Manual do Programa de *Compliance*, que teve sua primeira versão publicada pela Eletrobras em dezembro de 2014, quando foram implantadas essas estruturas em todas as empresas do sistema. A nova versão do Manual agregou especificidades das atividades de Furnas e incluiu um glossário, com a definição dos principais termos utilizados nos documentos sobre Conformidade e Gestão de Riscos. [\[GRI G4-58\]](#)

Campanha interna e externa sobre o Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras divulgou e tornou disponível na intranet e no site da Empresa, em tempo integral, os documentos Manual do Programa *Compliance*, Guia do Colaborador, Perguntas e Respostas, Medida de Retenção de Documentos, além de vídeo explicativo e e-mail compliance@furnas.com.br, para dúvidas e esclarecimentos. No lançamento da campanha, cada empregado, ao se logar na rede da Empresa, recebia o material de divulgação e só conseguia desbloquear a tela de seu computador quando finalizasse o download dos documentos. A comunicação abrangeu 100% dos colaboradores e conselheiros de Furnas, mas não houve treinamento formal sobre o tema. [\[GRI G4-S04\]](#)

PILARES DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

COMPROMETIMENTO E APOIO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO	DEFINIÇÃO DE INSTÂNCIA RESPONSÁVEL	ANÁLISE DE PERFIL E RISCOS	ESTRUTURAÇÃO DE REGRAS E PROCEDIMENTOS	ESTRATÉGIAS DE MONITORAMENTO CONTÍNUO
---	------------------------------------	----------------------------	--	---------------------------------------

A Superintendência é responsável por detectar deficiências e fragilidades, e aperfeiçoar processos que permitam eliminar e remediar eventuais irregularidades, o que envolve controles sobre a exatidão e fidedignidade das informações contábeis, assim como a obediência a leis e regulamentos e a diretrizes internas. O trabalho desenvolvido no ano foi baseado em avaliação do Programa de Integridade de Furnas realizada pela Controladoria Geral da União (CGU), e incluiu iniciativas para o reforço da cultura de integridade e para a criação de ferramentas que auxiliem na identificação de casos de conflito de interesses, entre outros aspectos relacionados à ética.

Programa Rumo ao *Gap Zero*

Destaque no ano foi a aprovação, pelo Conselho de Administração, do programa Rumo ao *Gap Zero*, que mobiliza a Empresa e explicita o compromisso e a participação direta dos órgãos de governança para eliminar não conformidades nos processos de gestão e controle. O ponto de partida foram os processos necessários para a certificação pela Lei Sarbanes-Oxley (SOx), exigida à Eletrobras para negociar ações no mercado norte-americano.

Em 2015, foram selecionados 29 processos mais relevantes para a certificação SOx, considerados materiais para as demonstrações financeiras, como: Gestão de Materiais, Gestão de Participações, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Compra e Venda de Energia, Processo de Tecnologia, Gestão de Contingências, Gestão

Contábil, Gestão Tributária, Empréstimos e Financiamentos, Gestão de Ativo Fixo, Benefício Pós-emprego e Transação entre Partes Relacionadas.

O objetivo é chegar ao *Gap Zero* em 2016, a partir de uma série de ações para otimizar os processos de gestão dos riscos e controles internos da Empresa, assim como melhorar a interação e comunicação da área de controles internos e gestão de riscos com os gestores responsáveis pelos planos de ação para mitigar deficiências e fraquezas materiais.

Nesse processo, também atuou a Auditoria Interna, que testou 369 controles referentes a 22 processos de negócio, 4 de Tecnologia da Informação e 5 de Entity Level Controls (Controles no Nível da Entidade), em atendimento à avaliação dos riscos mais relevantes determinados segundo a materialidade definida pela Eletrobras. No decorrer dos trabalhos foram emitidos relatórios destinados aos gestores dos processos, apontando as deficiências de controle identificadas e as respectivas recomendações. O relatório final desse trabalho deverá ser emitido no primeiro trimestre de 2016.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração e examina as atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais para verificar procedimentos, controles aplicados, sistemas informatizados, registros e arquivos de documentos e dados, bem como o cumprimento de diretrizes, atos normativos internos e preceitos da legislação vigente.

Em 2015, foram realizados 38 trabalhos de auditoria, oriundos do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint) e de demandas especiais surgidas ao longo do exercício. Foram concluídos dois trabalhos referentes a 2014, o que resultou na emissão de 29 relatórios, propiciando o fortalecimento do ambiente de controle interno.

Gestão de emergências

As unidades operacionais de Furnas mantêm Planos de Atendimento às Emergências, com normas e procedimentos que desencadeiam um sistema integrado e efetivo de resposta a emergências de qualquer natureza. Os planos estabelecem responsabilidades, providências e ações efetivas, sendo revisados anualmente pelas áreas operacionais. Toda ocorrência é descrita, analisada e disponibilizada por meio de um boletim para as demais unidades, formando um banco de boas práticas.

Eventos nas subestações e usinas são atendidos por equipes de operação em turnos de revezamento de 24 horas que, se necessário, acionam profissionais de manutenção de plantão, que providenciam o reparo no menor tempo possível. Há um plano específico de atendimento a emergências de linhas de transmissão. Apesar da análise de variáveis, como relevo, condições de acesso e quantidade de torres danificadas, os recursos humanos e os materiais necessários são dimensionados para o rápido restabelecimento do serviço. |GRI G4-DMA, ex-EU21|

RELAÇÕES COM AS PARTES INTERESSADAS

[GRI G4-DMA, G4-24, G4-25, G4-26]

O relacionamento com partes interessadas (*stakeholders*) é um tema prioritário na governança de Furnas. Órgãos das três esferas de governo, acionistas, empregados e colaboradores, clientes, sindicatos, organizações da sociedade, fornecedores, instituições de ensino e pesquisa, entre vários outros grupos, formam um vasto contingente de interlocutores com os quais a Empresa procura estreitar laços continuamente e estabelecer canais de comunicação.

De modo a conhecer as expectativas e as preocupações desses grupos, Furnas utiliza uma série de mecanismos de consulta, entre eles a pesquisa anual realizada pela controladora Eletrobras para balizar os temas abordados nos Relatórios de Sustentabilidade (mais informações no capítulo Sobre o Relatório, na página 104). Outros instrumentos são fóruns comunitários, pelos quais a Empresa estabelece diálogo permanente e direto com as comunidades no entorno de seus empreendimentos, visando à integração no processo de desenvolvimento sustentável do território. Para mensurar os resultados das iniciativas de engajamento com as partes interessadas, são utilizados índices de mídia espontânea e de pessoas atingidas pelas campanhas de marketing e publicidade, assim como número total de beneficiados pelos projetos sociais.

Sistemas de Ouvidoria e outros canais de comunicação, como telefones 0800 e portais na internet, disponibilizam meios de relacionamento e apresentam informações abrangentes sobre suas atividades, documentos organizacionais, panoramas do segmento econômico da energia elétrica, serviços e links para contato. Um dos canais disponibilizados para o relacionamento com as partes interessadas é o endereço eletrônico <sustentabilidade@furnas.com.br>, monitorado pela equipe da Coordenação de Sustentabilidade. Em 2015, o endereço recebeu cerca de uma centena de mensagens solicitando informações, apoio a projetos e oportunidades de trabalho, além de denúncias e convites para engajamento em iniciativas variadas.

Para o público interno, destacam-se canais na intranet, como Ouvidoria, Fale com o Presidente, Portal RH, Comissão de Ética, Grupo Gênero, e um banner para acesso à página de *Compliance*, que inclui um endereço eletrônico para o envio de dúvidas, sugestões e denúncias.

Clientes de Furnas

Furnas detém 45 contratos bilaterais de comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), com as principais empresas de distribuição, sendo que os cinco maiores clientes representaram 32,7% da receita em 2015 e os dez maiores, por 56% do faturamento desse segmento. Essa pulverização dos clientes mitiga eventuais riscos de inadimplência.

Satisfação de clientes

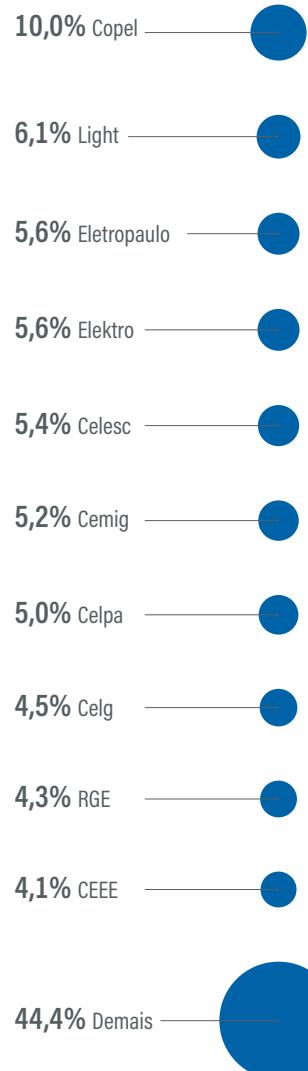
[GRI G4-PR5]

Uma primeira Pesquisa Integrada de Satisfação dos Clientes dos Negócios Geração e Transmissão foi realizada em 2014 pela Eletrobras, em conjunto com todas as suas subsidiárias, incluindo Furnas. Em Geração, o levantamento contemplou consumidores livres, comercializadoras e distribuidoras, e em Transmissão, usuários conectados às redes (distribuidoras, consumidores livres e geradoras).

O segmento de negócios de Geração apresentou o seguinte resultado de maneira global:



PRINCIPAIS CLIENTES (% da receita)



CONSUMIDORES LIVRES

90,22% de satisfação



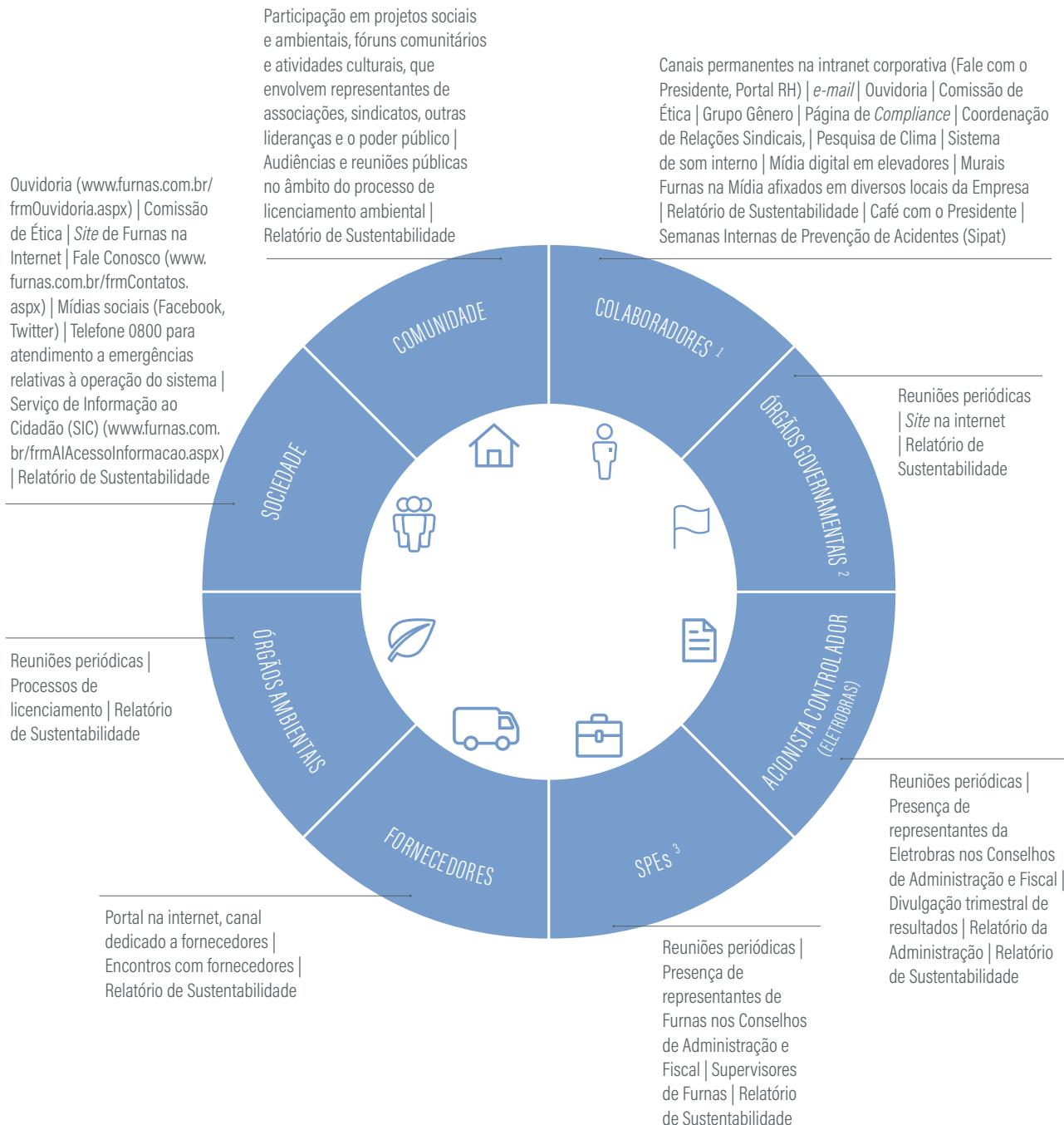
DISTRIBUIDORAS

77,11% de satisfação

Para o segmento de Transmissão, não houve um quantitativo de respostas suficientes para a representatividade necessária a um resultado confiável.

Realizada bianualmente, a segunda pesquisa acontecerá em 2016.

PÚBLICOS DE RELACIONAMENTO [GRI G4-24, G4-26]



¹ Empregados efetivos, não efetivos e estagiários

² Ministério de Minas e Energia (MME), Empresa de Planejamento Energético (EPE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Operador Nacional do Sistema (ONS)

³ Sociedades de Propósito Específico (SPEs) das quais Furnas participa

Compromissos [GRI G4-15]

Furnas adota voluntariamente os seguintes compromissos:

Internacionais:

- Pacto Global das Nações Unidas, desde 2003, com apoio aos seus dez princípios nas áreas de direitos humanos, direitos do trabalho, proteção ambiental e combate à corrupção.
- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com adesão ao acordo assumido em 2015 pelos países que integram a ONU e que reúnem 17 objetivos e 169 metas a serem alcançadas até 2030, envolvendo temas como erradicação da pobreza, educação, energia limpa, mudança do clima, cidades sustentáveis, emprego e crescimento econômico inclusivo, entre outros.
- Programa Pró-Equidade de Gênero, da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), desde 2005 (obtido o sexto selo consecutivo, em 2015).
- Princípios de Empoderamento das Mulheres, iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) e do Pacto Global (participação desde 2010).
- Programa na Mão Certa, iniciativa do Instituto Childhood Brasil, de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileira (desde 2010).
- Plano de Ação Conjunto entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos para a Eliminação da Discriminação Étnico Racial e a Promoção da Igualdade, coordenado, no Brasil, pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir) e pelo Ministério das Relações Exteriores (desde 2012).
- Programa Brasileiro do Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol), para promover ações voluntárias de gerenciamento das emissões de gases de efeito estufa (desde 2008).

Adesão a iniciativas como o Pacto Global reforçam os compromissos com direitos humanos, direitos do trabalho, meio ambiente e práticas anticorrupção

Nacionais:

- Declaração de Compromisso de Enfrentamento da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, proposto pelo Conselho da Firjan, desde 2010.
- Convênio assinado em 2012 com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com duração de quatro anos, para a execução do projeto Desenvolvimento de capacidades, justiça econômica sustentável e promoção de boas práticas para alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil. Esse convênio está em fase de análise jurídica para renovação, agora atendendo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que propõe a adoção das recomendações do Capítulo IV da Agenda 21 e do Princípio 8 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento pelos órgãos do governo federal, desde 3 de outubro de 2012.
- Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas, em 2013, com metas de redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE). (Mais informações em Meio Ambiente).

Participação em entidades

[GRI G4-16]

A Empresa participa de diversos fóruns e associações de classe, no País e no exterior, como: Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ); Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan); Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ); Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (Abracone); Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac); Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage); Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Araget); Associação Brasileira de Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate); Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib); Associação Brasileira de Ensaios Não Destrutivos e Inspeção (Abendi); Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica); Comitê Brasileiro do Conselho Mundial da Energia (CBCME), associado ao Conselho Mundial da Energia (World Energy Council – WEC); Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (Cigré-Brasil), associado ao Conselho Internacional das Grandes Redes Elétricas (Conseil International des Grands Réseaux Electriques – Cigré); Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), associado ao Comitê Internacional de Grandes Barragens (International Committee on Large Dams – Icold); Bracier – Comitê Brasileiro da Cier (Comissão de Integração Energética Regional); Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS); EPC – Empresas pelo Clima; Associação Internacional de Hidroeletricidade (International Hydropower Association – IHA); e AD-RIO – Agência de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro, entre outras.

Políticas públicas

[GRI G4-DMA]

Furnas classifica como estratégica a sua participação em associações dos seus segmentos de atuação, identificadas como fóruns de discussão e aperfeiçoamento de políticas públicas. Em 2015, os principais temas abordados foram:

Manutenção do sistema – Furnas atuou significativamente com a Abrate nas contribuições à Resolução Normativa nº 669/2015 da Aneel, em que são consideradas todas as atividades mínimas requeridas para a manutenção do sistema, tema com grande impacto financeiro sobre as empresas transmissoras de energia. Incluiu aprimoramento nos procedimentos de manutenção.

Gestão de Ativos – O tema foi abordado em discussões na Abrate e na Abraget, envolvendo indenização de ativos não depreciados, transferência de instalações para empresas de distribuição e recuperação de capacidade de investimento de empresas de transmissão. Com a Associação Brasileira de Manutenção e Gestão de Ativos (Abraman), o tema discutido envolveu procedimento técnico (PAS-55, da British Standards Institution - BSI) para aperfeiçoar o sistema de gestão para todos os tipos de ativos físicos das empresas – questão alinhada ao planejamento estratégico de Furnas. Atualmente, tal procedimento já se encontra na forma de certificação ISO (ISO 55000, 55001 e 55002). Para 2016, a Abraman planeja desenvolver um MBA sobre Gestão de Ativos.

Garantias físicas e riscos hidrológicos

hidrológicos – A Abrage tratou especialmente dos seguintes temas em 2015: Revisão da Garantia Física dos empreendimentos hidrelétricos despachados centralizadamente no Sistema Interligado Nacional (SIN); Discussões conceituais sobre o Generation Scaling Factor (GSF) e a repactuação do risco hidrológico.



UHE Itumbiara (MG/GO)





DESEMPENHO
OPERACIONAL

GERAÇÃO

Em 2015, a energia gerada por Furnas, em usinas próprias e em parcerias, somou 40.174 GWh, em comparação a 42.186 GWh em 2014. Do volume total, 18.908 GWh corresponderam a usinas próprias e 21.266 GWh a empreendimentos nos quais detém participação. A geração térmica correspondeu a 2.798 GWh, com índice de eficiência de 38% em Santa Cruz e 30% em Campos. [GRI EU2, EU11]

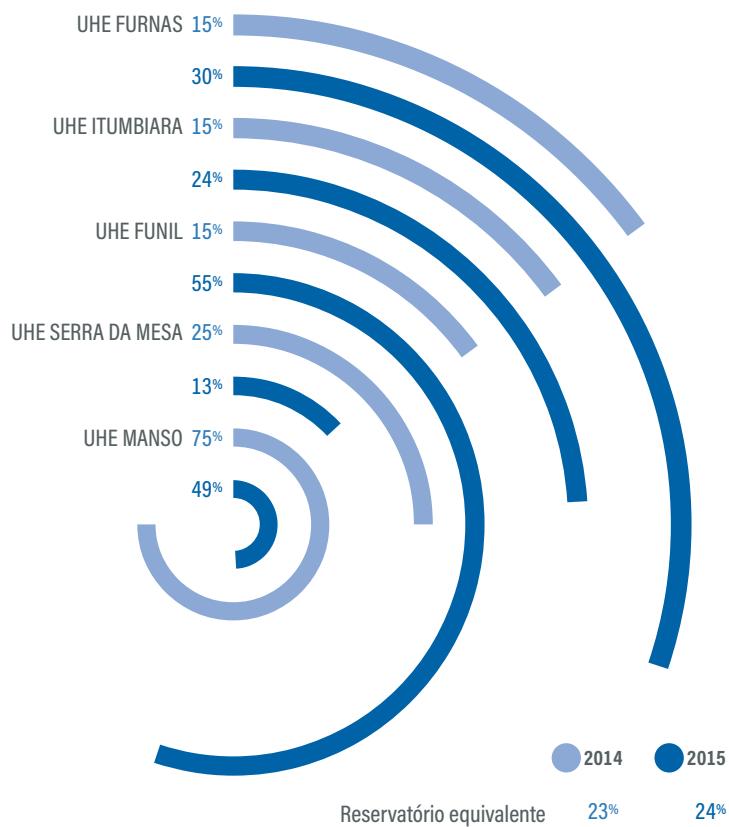
As usinas hidrelétricas tiveram fator de disponibilidade acumulado anual de 89,33% (86,9% no ano anterior). Nas usinas térmicas, o índice de disponibilidade foi de 95,2% em Santa Cruz e 77,7% em Campos. [GRI EU30]

Da indisponibilidade de 10,67%, 6,81% foram devidos a desligamentos programados para manutenções preventivas ou revisões gerais de unidades geradoras e 3,85% se deveram a desligamentos forçados, por falhas em equipamentos ou sistemas. Em comparação a anos anteriores, houve um aumento da indisponibilidade programada devido à execução de diversos serviços que, até então, não haviam sido liberados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Com a situação hidrológica desfavorável verificada no ano de 2015, foi possível paralisar as unidades geradoras para essa atividade.

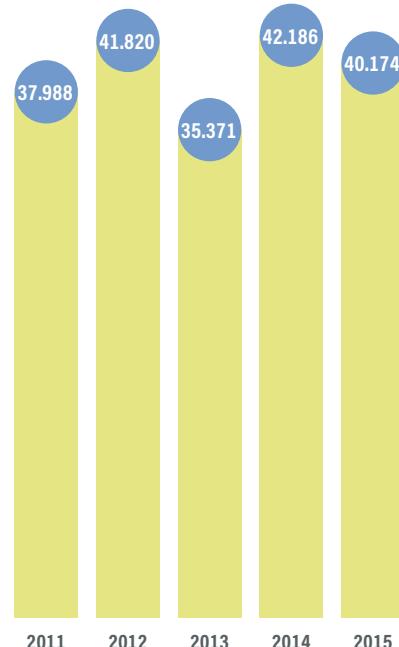
Assim como em 2013 e 2014, o ano de 2015 apresentou grande período de estiagem e as vazões afluentes aos reservatórios estiveram bastante abaixo dos valores médios históricos durante a maior parte do tempo. O reservatório equivalente, que é a representação do volume total de água armazenada nos reservatórios das hidrelétricas de Furnas, encerrou o período com 24% de capacidade. Embora relativamente baixos, os níveis de armazenamento não comprometeram a geração de energia elétrica.

Por integrarem o Sistema Interligado Nacional (SIN), as usinas hidrelétricas têm os níveis dos seus reservatórios e as quantidades de energia a serem despachadas definidos pelo ONS, que opera o conjunto de reservatórios brasileiros de forma integrada com o objetivo de garantir a segurança energética a menores custos. [GRI G4-DMA]

NÍVEIS DE ARMAZENAMENTO DOS RESERVATÓRIOS



ENERGIA GERADA (GWh)



TRANSMISSÃO

O sistema de transmissão teve fator de disponibilidade operacional médio de 99,75%, valor elevado para um sistema do porte do sistema Furnas, com 24.154 quilômetros de extensão. O indicador só não foi maior devido a ocorrências climáticas severas que desencadearam seis eventos de quedas de torres de transmissão e danos às linhas. Em nenhum dos desligamentos relacionados houve perda de carga no Sistema Interligado Nacional (SIN).

Para cada ocorrência, Furnas acionou seu Plano de Atendimento a Emergências (PAE) de linhas de transmissão, o qual, em função do relevo acidentado e das dificuldades de acesso às regiões afetadas, foi obrigado a mobilizar grande contingente de profissionais para atendimento adequado. Os serviços para restabelecimento das torres danificadas foram sempre realizados com grande agilidade, porém sem comprometer a segurança dos trabalhadores, não tendo havido quaisquer acidentes. (Mais informações sobre o PAE em Gestão de Riscos)

O sistema de transmissão é supervisionado, de forma geral, pelo Centro de Operação do Sistema, localizado no Escritório Central, no Rio de Janeiro, em articulação com os centros de operação

regionais. Informações das mais remotas áreas são transmitidas por meio de tecnologias de comunicação aos centros de operação, que dispõem de um panorama online completo de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN), utilizando sistemas computacionais em tempo real e tecnologias videowall de última geração.

[GRI G4-DMA EX-EU6]

NOVOS NEGÓCIOS

No desenvolvimento de novos negócios, Furnas tem priorizado investir por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), com o propósito de alcançar retornos em curto e longo prazos com menor imobilização de recursos financeiros. Em 2015, participava de 76 SPEs em empreendimentos de geração (hidráulica e eólica), transmissão e prestação de serviços de Operação e Manutenção. (Informações sobre a gestão dessas participações estão no capítulo Governança, na página 26).

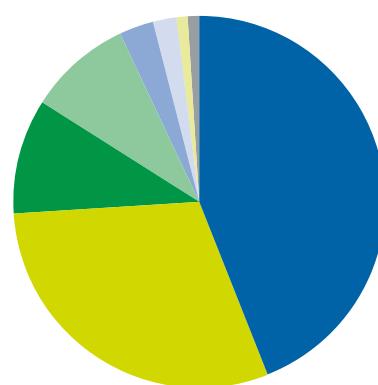
O mecanismo de seleção de potenciais parceiros é a Chamada Pública de Novas Oportunidades de Negócios, de forma a garantir transparência na prospecção de novas oportunidades.

EVENTOS NO SISTEMA

Ocorrência		Description	Normalização	
Data	Horário		Data	Horário
07.01.2015	17h27	Desligamento da LT Itumbiara-Porto Colômbia, sendo constatada queda de 3 torres (T47, T48 e T49)	13.01.2015	23h22
28.05.2015	19h19	Desligamento das LTs Rio Verde-Barra do Peixe circuitos 1 e 2, sendo constatada queda de 6 torres: T381, T382 e T383 (referente à LT Rio Verde - Barra do Peixe circuito 1) T383, T384 e T385 (referente à LT Rio Verde - Barra do Peixe circuito 2)	01.06.2015	22h16
22.10.2015	18h35	Desligamento da LT Itumbiara-Rio Verde circuito 2, sendo constatada queda de 8 torres (T352, T353, T354, T355, T357, T358, T359 e T360)	29.10.2015	15h29
24.11.2015	15h14	Desligamento da LT Marimbondo-Porto Colômbia devido à queda do cabo para-raio (OPGW) entre as torres 37 e 38	25.11.2015	13h58
24.11.2015	17h30	Desligamento da LT Itumbiara-Rio Verde circuito 2, sendo constatada queda de 4 torres (T110, T111, T112 e T113) e avaria de 1 torre (T109).	29.11.2015	23h12
28.11.2015	22h06	Desligamento da LT Itaberá-Tijuco Preto circuito 3, devido a rompimento de cabo para-raio entre as torres T522 e T523.	01.12.2015	00h19



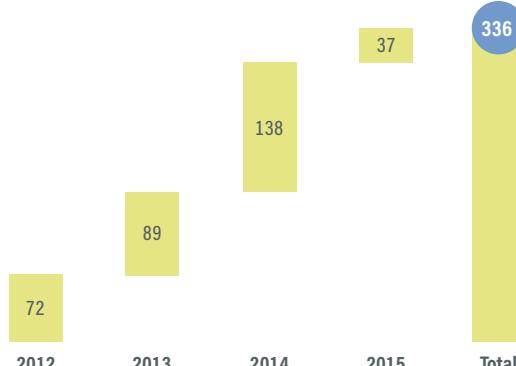
PROJETOS EM CHAMADAS PÚBLICAS



- 44,0% Eólica
- 30,1% Solar
- 10,7% PCH
- 8,6% Alienação de ativos
- 2,7% UTE Gás Natural
- 1,8% UTE Resíduos Sólidos
- 1,2% UTE Biomassa
- 0,9% UTE Carvão



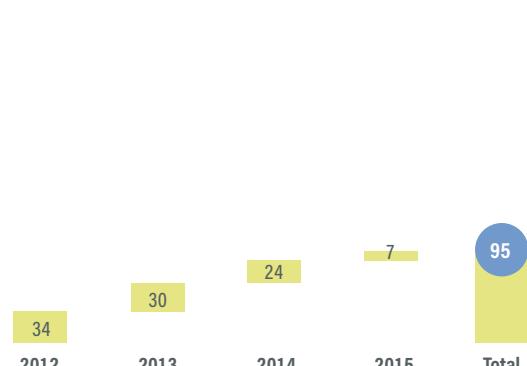
CADASTROS EM CHAMADAS PÚBLICAS¹ Empreendedores



¹ Cadastros ativos



CADASTROS EM CHAMADAS PÚBLICAS¹ Investidores



¹ Cadastros ativos

Em dezembro de 2015, o mecanismo registrava 95 cadastros ativos de investidores interessados em parcerias para os leilões de transmissão e geração em diversas fontes, bem como 336 cadastros ativos de empreendedores, dos quais destacavam-se 148 projetos eólicos e 101 de energia solar. No total, há cerca de 18.000 MW em projetos inscritos para participação em leilões de geração hidráulica, térmica convencional, térmica à biomassa, eólica, solar e via resíduos.

Centro de Soluções Estratégicas

Essa estrutura, mantida em parceria com a empresa Triunfo, presta serviços administrativos, financeiros e técnicos para as SPEs das quais Furnas participa. No modelo de serviços compartilhados, abrangem desde gestão de folha de pagamento até operação, manutenção, construção, acompanhamento de obras e comercialização de energia. O Centro oferece esses serviços em um modelo de mercado, participando de concorrências, e em 2015 executava, por exemplo, a operação e manutenção da Usina de Três Irmãos.

Serviços de Operação e Manutenção (O&M)

Com base em sua expertise, na integração e sinergia de

ativos corporativos de geração e transmissão de que dispõe, Furnas também presta serviços de Operação e Manutenção de ativos do setor elétrico, atividade que agrega receita e intensifica a capacidade técnica de seus funcionários.

Nessa linha de negócios faz a Gestão da Prestação dos Serviços de O&M para a UHE Três Irmãos (SP), com capacidade instalada de 807,50 MW. A concessão da usina, primeira entre as que não foram renovadas sob as novas regras do setor elétrico, foi conquistada pelo prazo de 30 anos em leilão realizado em março de 2014, por meio da SPE Tijoá, em que o sócio é a empresa Triunfo. No ano, a usina gerou 1.274,6 GWh.

Por designação do Ministério de Minas e Energia (Portarias nº 124 e nº 189), o mesmo serviço passou a ser prestado em 2014 nas Pequenas Centrais Elétricas (PCHs) Neblina, Sinceridade e Dona Rita, que não tiveram os contratos de concessão prorrogados na ocasião. Em 2015 (Portaria Nº 190), a designação abrangeu as PCHs Ervália e Coronel Domiciano. Os serviços foram prestados mediante as remunerações estabelecidas pela NT nº385/2012 – SRE/SRG/Aneel, emitida em 24 de outubro de 2012 pela Aneel.

As cinco usinas foram leiloadas pela Aneel em 25 de novembro de 2015 e arrematadas pela Cemig, que passará a operar esses ativos a partir de julho de 2016.

Comercialização de serviços

A comercialização de serviços é identificada como nova oportunidade de negócio para incremento no número de contratos e volume de receita, que totalizou R\$ 19,8 milhões em 2015.

Nesse segmento, Furnas aproveita suas principais competências técnicas: engenharia do proprietário; estudos hidráulicos em modelo reduzido; segurança de barragens; controle tecnológico de materiais de construção e ensaios em concreto e solos; cursos de linha de transmissão, de subestação e de operadores de usina; ensaios e estudos de desempenho de sistemas elétricos utilizando o Simulador Digital em Tempo Real (RTDS); e serviços de ensaios, medição e calibração.

CONTRATOS E RECEITAS DE SERVIÇOS

Contratos	Quantidade	Valor (R\$ mil)
Celebrados em 2015	6	10.705
Vigentes em 31/12/2015	20	19.834

Telecomunicações

Em 2015, foi celebrado contrato com a Telebras para uso da infraestrutura de Furnas em serviços de telecomunicações durante o período de 20 anos. O valor total do contrato foi de R\$ 120 milhões, dos quais R\$ 17,8 milhões faturados em 2015. O sistema de transmissão possui capacidade ociosa que pode ser comercializada com clientes do setor elétrico e operadoras de telecomunicações. A autorização da Aneel para prestar Serviços de Comunicação Multimídia (SCM) foi obtida em fevereiro de 2015.

Outras oportunidades em telecomunicações estão relacionadas ao aluguel de infraestrutura, compreendendo fibras ópticas ou espaço físico nas instalações de telecomunicações da Empresa. No ano, foram recebidas 32 demandas, das quais duas foram aprovadas, totalizando o valor de R\$ 1.155 mil.

Visando preparar Furnas para esse novo negócio, foi contratada a empresa Maksen Consultoria, mediante processo licitatório. O relatório final contempla alternativas para melhor tomada de decisão sobre o assunto.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

As vendas de energia totalizaram 38.831 GWh em 2015, 4,3% abaixo de 2014 (40.561 GWh), com faturamento de R\$ 4.783 milhões. Para cumprir seus compromissos de venda de energia, a Empresa comprou 3.536 GWh, ao custo de R\$ 613 milhões, em comparação a 3.332 GWh e R\$ 647 milhões, respectivamente, no ano anterior.

Furnas comercializa energia nos dois Ambientes de Contratação: Regulada (ACR), com agentes de geração e de distribuição de energia; e Livre (ACL), com geradores, distribuidores, comercializadores, importadores e exportadores, além dos consumidores livres e especiais. As vendas no ACR representaram 93,85% do total.

A energia das UHEs Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimbondo, Porto Colômbia, Funil e Corumbá, que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783, é comercializada com tarifas definidas pela Aneel e em sistema de rateio de cotas dessas usinas entre as distribuidoras do SIN. A energia das usinas Serra da Mesa e Manso é comercializada em contratos de longo prazo.

Comercialização de transmissão

Furnas comercializa transmissão de energia em dois ambientes: de serviço público (concessão) e de interesse exclusivo do acessante (outras receitas). Essa atividade proporcionou receita de R\$ 1,3 bilhão em 2015, 16,2% acima do ano anterior.

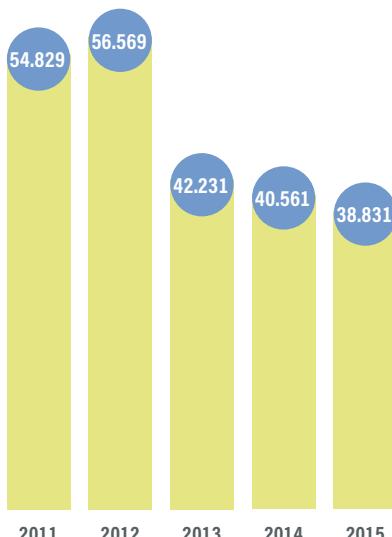
A prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica é caracterizada no Contrato de Concessão (CTT), que prevê o compartilhamento, com outros concessionários, de instalações e infraestrutura, bem como o acesso de usuários do sistema de transmissão. O Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) regula as condições técnicas e comerciais relativas à disponibilidade das instalações de transmissão para a operação interligada.

O Contrato de Concessão permite o desenvolvimento de outras atividades mediante recebimento de receitas que não fazem parte da prestação do serviço público regulado pela Aneel. Nessa categoria estão incluídos os Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM) e os Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM).

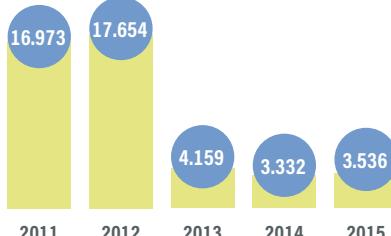
O Contrato de Concessão nº 062/2001, para transmissão de energia elétrica, foi prorrogado, passando a ser remunerado apenas pelas parcelas de operação e manutenção do sistema. No presente momento, a Resolução Homologatória Aneel nº 1.918/2015 estabelece as receitas de transmissão para o ciclo tarifário 2015/2016.



ENERGIA VENDIDA (GWh)



ENERGIA COMPRADA (GWh)





Recuperação de Torres - LT Itumbiara-Rio Verde 2 (GO)

RECEITAS DE TRANSMISSÃO (R\$ mil)

Natureza do contrato	2014	2015
Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT)		
Encargos definidos por Resolução Homologatória da Aneel	25.527	31.562
Furnas Geração ¹	5.545	6.060
Encargos negociados entre as partes	23.226	21.923
Total CCT	54.299	59.545
Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI)	7.709	9.910
Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM)	1.542	1.108
Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção e Operação (CPSOM)	7.100	9.387
Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) ²	1.038.56	1.268.030
Total geral	1.109.210	1.288.435

¹ Parcela devida por Furnas Geração a Furnas Transmissão (Resolução Homologatória Aneel nº 1.918/2015 e Resolução Homologatória Aneel nº 1.756/2014).

² Inclui a receita dos empreendimentos Ibiúna-Bateias, Macaé-Campos C3 e Tijuco Preto-Itapeti-Nordeste e Zona Oeste.



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO



RESULTADOS

Receita

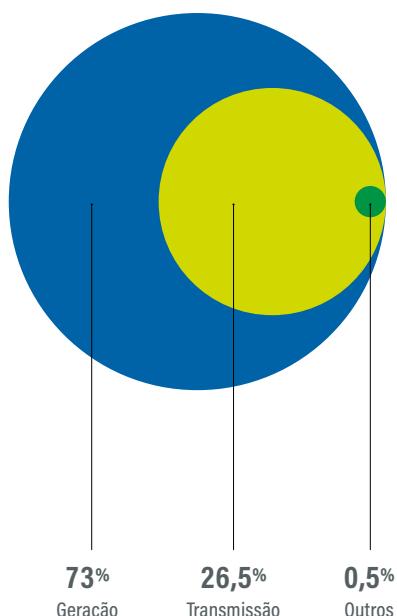
A receita operacional bruta atingiu R\$ 7.239 milhões, evolução de 4% sobre o ano anterior, praticamente restabelecendo o nível de receita que Furnas registrava até 2012, antes do impacto representado pela prorrogação das concessões sob o novo regime econômico estabelecido pela Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783/2013. A perda de receita de 40% registrada em 2013, primeiro ano de vigência do novo regime, veio sendo gradativamente recuperada, especialmente a de Geração, para cerca de 87% daquela obtida em 2012. A receita líquida, de R\$ 6.368 milhões, ficou 3% acima da registrada em 2014.

Custos e despesas

Os custos operacionais (pessoal, materiais, serviços de terceiros, combustíveis, depreciação e outros) totalizaram R\$ 2.919



COMPOSIÇÃO DA RECEITA BRUTA



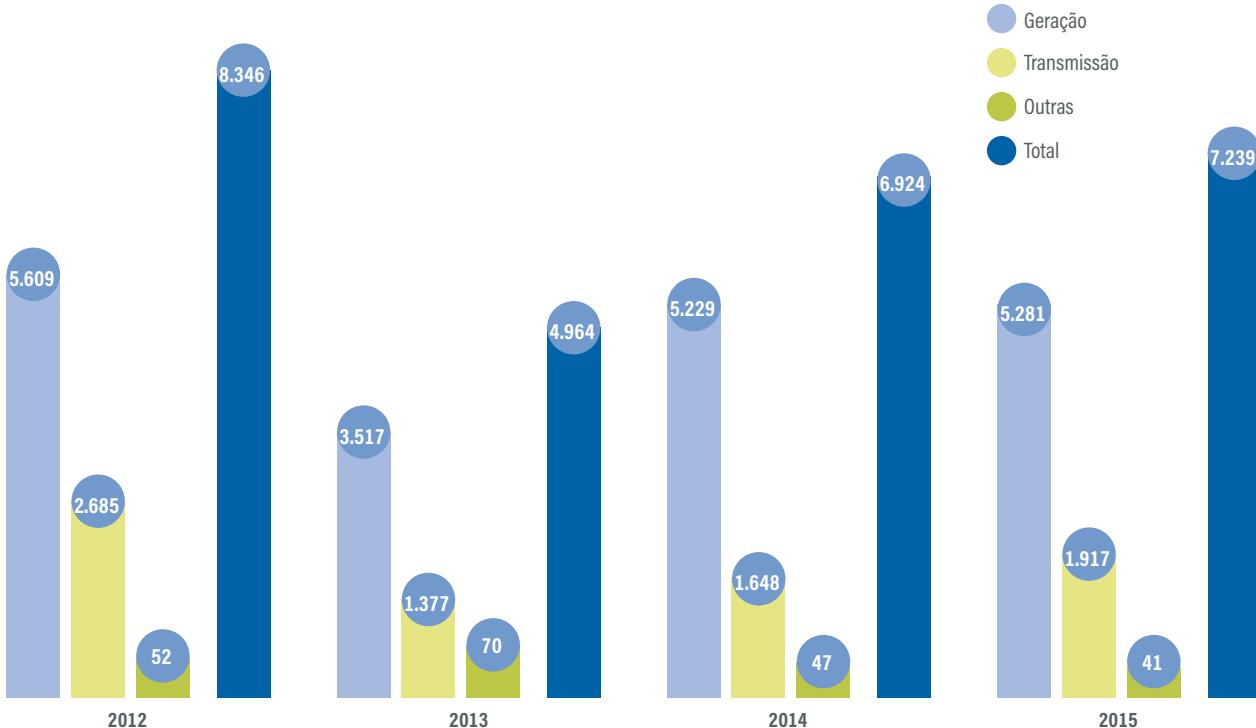
milhões, com crescimento nominal de 6,96% sobre exercício anterior e, portanto, abaixo da inflação de 10,7% verificada no ano.

O desempenho reflete ganhos de eficiência a partir de medidas de otimização, como: racionalização da estrutura organizacional; Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Preq); melhoria de processos (PRO-Furnas) envolvendo 218 iniciativas; Orçamento Base Zero; e introdução dos Centros de Serviços Compartilhados. O custo com pessoal cresceu 7,1%, evidenciando a captura dos benefícios advindos da reestruturação da Empresa e a readequação de seus quadros entre os exercícios de 2012 e 2014.

O lucro bruto consolidado foi de R\$ 1.890 milhões, crescimento de 125% em relação ao exercício de 2014. A margem bruta aumentou de 13,6% em 2014 para 29,5% em 2015.



RECEITA BRUTA (R\$ milhões)



EBITDA

O EBITDA atingiu R\$ 1.786 milhões, evolução de 162,6% em relação ao obtido em 2014, calculado segundo a metodologia definida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). De acordo com metodologia tradicionalmente utilizada pela Empresa para demonstrar a real geração de caixa, o EBITDA ajustado foi de R\$ 1.799 milhões, alta de 71,8% em relação ao exercício anterior (R\$ 1.047 milhões). A margem EBITDA foi equivalente a 28,3% da receita líquida, 11,4 pontos percentuais acima da margem registrada em 2014.

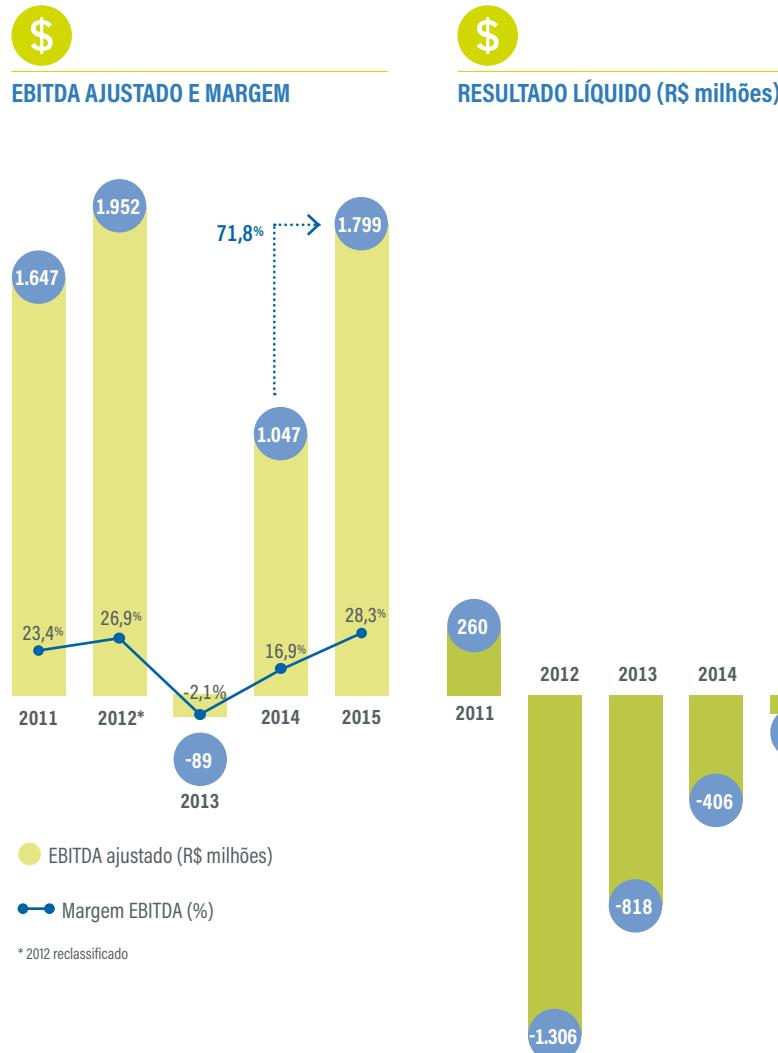
Resultado líquido

O resultado consolidado do exercício de 2015 foi de R\$ 70 milhões negativos, ante prejuízo de R\$ 406 milhões em 2014. Apesar de ainda não ser positivo, ficam evidenciados os esforços de recuperação dos impactos ocasionados pela prorrogação das concessões pela Lei nº 12.783/13, com perdas que chegaram a R\$ 1.306 milhões em 2012. O resultado consolidado de serviço de energia elétrica, que expressa a rentabilidade das operações próprias da Empresa, foi positivo em R\$ 1.136 milhões.

Contribuíram positivamente para o resultado de 2015 a repactuação do risco hidrológico, cujo impacto foi de R\$ 306 milhões, e o resultado da equivalência patrimonial, com R\$ 406 milhões (ao contrário de 2014, em que foi negativo em R\$ 887 milhões).

Por outro lado, houve impacto negativo dos seguintes fatores:

- Provisões para créditos fiscais, cíveis e trabalhistas e para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 383 milhões.
- Registro da Instrução Normativa nº 1.515, de 24/11/2014, que se refere à adequação do Regime Tributário de Transição ao IFRS, cujo montante de R\$ 194 milhões foi registrado como provisões-impostos diferidos.



EBITDA AJUSTADO* (R\$ milhares)

	2012 reclassificado	2013	2014	2015
Lucro bruto	1.998	32	840	1.890
(+) Depreciação e amortização	236	186	222	245
(+) Outras receitas operacionais	196	-	145	(166)
(-) Outra despesas operacionais	(478)	(307)	(160)	(170)
(=) Lajida ou EBITDA ajustado	1.952	(89)	1.047	1.799

(*) EBITDA ajustado = Lucro líquido +depreciação + resultado líquido apurado entre despesas e receitas operacionais

EBITDA CRITÉRIO CVM (R\$ milhares)

	2012 reclassificado	2013	2014	2015
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.306)	(818)	(406)	(70)
(+) Tributos sobre o lucro	136	152	405	310
(+) Resultado financeiro líquido	106	524	458	1.302
(=) Lajir ou Ebit (*)	(1.063)	(142)	458	1.542
(+) Depreciação e amortização	236	186	222	245
(=) Lajida ou EBITDA	(827)	44	680	1.786

(*) Lajir ou Ebit: Lucro antes de juros e impostos

- Por fim, por orientação da Eletrobras, foi constituída provisão para eventuais perdas na realização de investimentos em parceria, especificamente nos empreendimentos das UHEs Santo Antônio, São Manoel e Teles Pires, no valor de R\$ 260 milhões. Essa provisão teve como base metodologia de avaliação que considera o valor presente do fluxo futuro de dividendos, descontado a uma taxa de mercado, cotejado com o equity efetivamente aportado por Furnas nesses empreendimentos.

Liquidez financeira

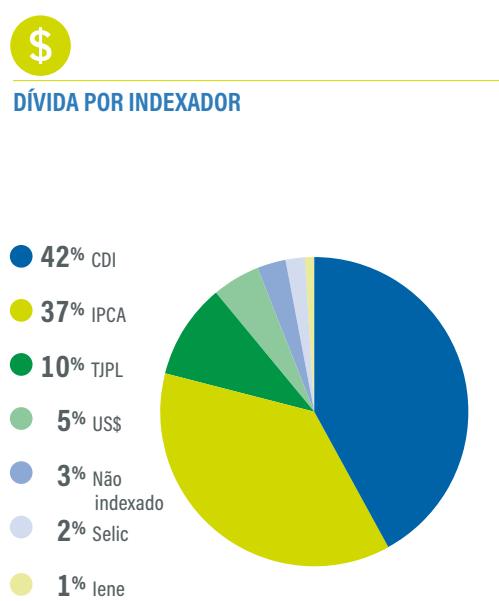
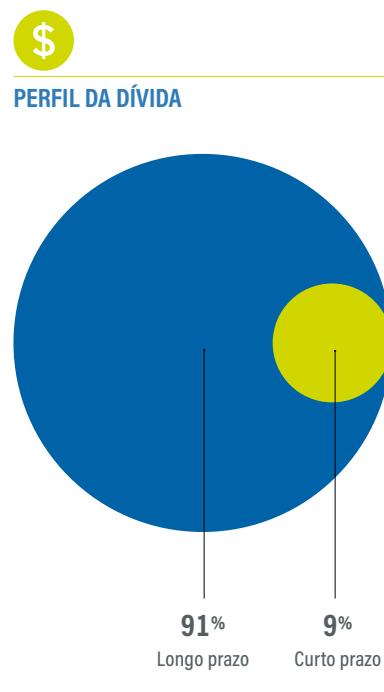
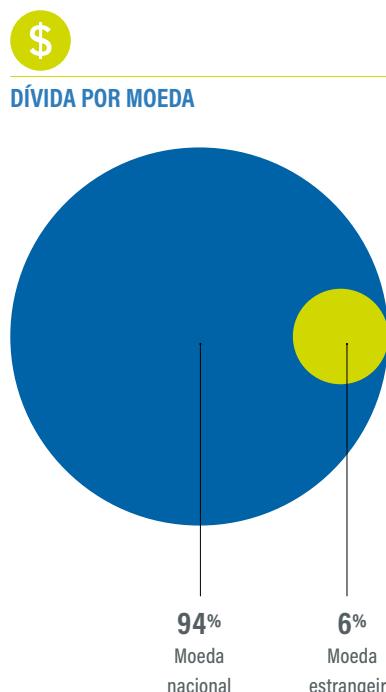
A Empresa conseguiu gerenciar com sucesso seus recursos financeiros, cumprindo seu programa de investimentos corporativos, que totalizaram R\$ 1.652 milhões, e encerrando o exercício com disponibilidade líquida de caixa de mais de R\$ 1 bilhão, o que assegura condições para enfrentar desafios de 2016.

A boa liquidez financeira deve-se, em grande parte, ao recebimento do saldo remanescente da indenização devida pela prorrogação das concessões de transmissão, relativa aos ativos ainda não depreciados ou amortizados da Rede Básica Novas Instalações (RBNI). O valor de R\$ 1.482 milhões foi integralmente recebido no exercício de 2015.

Endividamento [GRI G4-9]

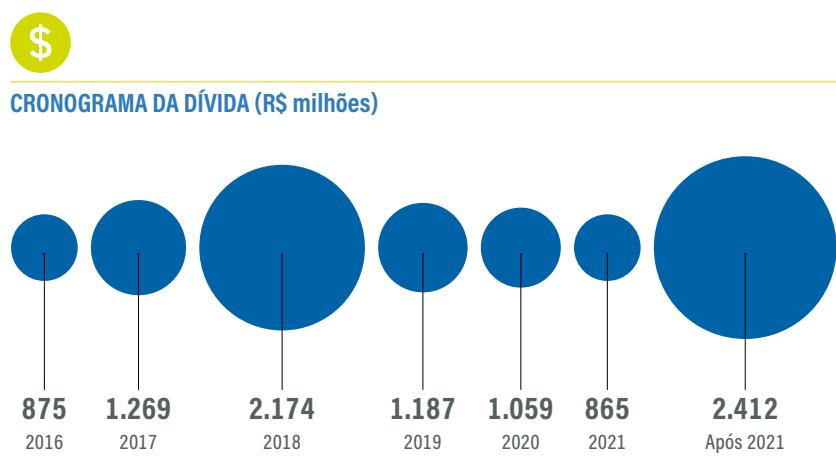
Em 2015, Furnas fez captações de R\$ 740 milhões com a finalidade de atender ao seu programa de investimento, sendo R\$ R\$ 604 milhões oriundos de uma operação de cessão de créditos de Furnas e R\$ 136 milhões de contrato de financiamento celebrado com a State Grid Brazil Holding.

No final do exercício, o endividamento somava R\$ 9.841 milhões, sendo R\$ 3.840 milhões, ou 39% do total, com a Eletrobras. O valor estava concentrado em moeda nacional (94%), sendo 42% indexados ao CDI.



CREDORES DE FURNAS (R\$ milhões)

Principais credores	Saldo em 31.12.2015
Eletrobras (moeda nacional)	3.840
Eletrobras (moeda estrangeira)	159
BID (moeda estrangeira)	472
Caixa Econômica Federal (CEF)	1.885
Banco do Brasil	1.411
Outros	515
Cessão de crédito	649
Subtotal	9.841



Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

Em 2015, Furnas distribuiu R\$ 105,7 milhões como compensação financeira pelo uso de recursos hídricos para a geração de energia. Foram beneficiados cinco estados, o Distrito Federal, 149 municípios e órgãos da Administração Direta da União. Do total arrecadado, R\$ 42,3 milhões foram destinados aos estados, outros R\$ 42,3 milhões aos municípios, enquanto os órgãos públicos receberam R\$ 21,1 milhões. O maior volume de recursos foi destinado ao estado de Goiás (R\$ 19,1 milhões).

Da parte que cabe à União, os valores foram destinados aos ministérios do Meio Ambiente (MMA) e de Minas e Energia (MME); ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e à Agência Nacional de Águas (ANA).

Furnas contribui, também, proporcionalmente, na compensação de outras sete usinas nas quais possui participação acionária: Baguari (15%) e Retiro Baixo (49%), em Minas Gerais; Peixe Angical (40%),

no Tocantins; Foz do Chapecó (40%), entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Serra do Facão (49,47%), em Goiás; Santo Antônio (39%), em Rondônia; e Teles Pires (24,5%), entre Mato Grosso e Pará. Em 2015, essas hidrelétricas pagaram R\$ 107 milhões em royalties pelo uso da água, dos quais coube a Furnas o valor de R\$ 42,3 milhões.

Multas e sanções

Furnas foi autuada três vezes pela Aneel em 2015, com multas que atingiram R\$ 24.000.954,93, incluindo reduções após recursos. Em um desses processos, a multa de R\$ 248.265,36 foi paga no próprio ano de 2015, não havendo, por conta disso, ajuizamento de ação judicial.

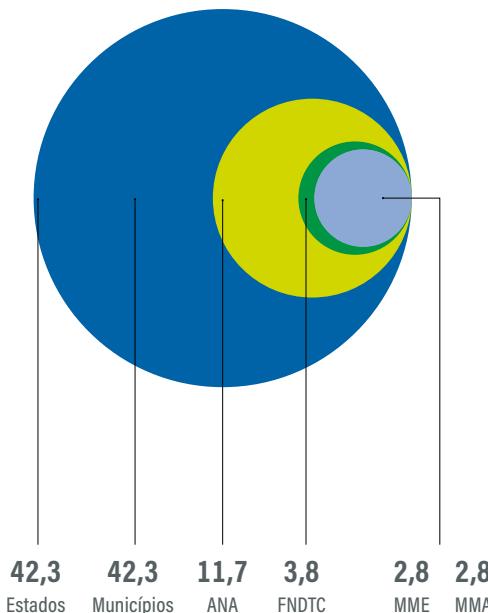
Ainda em 2015, houve decisão no âmbito administrativo para nove processos, referentes a sete autos de infração lavrados pela agência em 2014 e a outros dois lavrados em 2015. As multas para esses nove processos foi inicialmente de R\$ 14.934.574,53, diminuindo para R\$ 13.330.666,85 após decisões proferidas em 2015. No ano, Furnas propôs ações judiciais impugnando multas relativas a oito autos de infração. [\[GRI G4-PR9\]](#)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

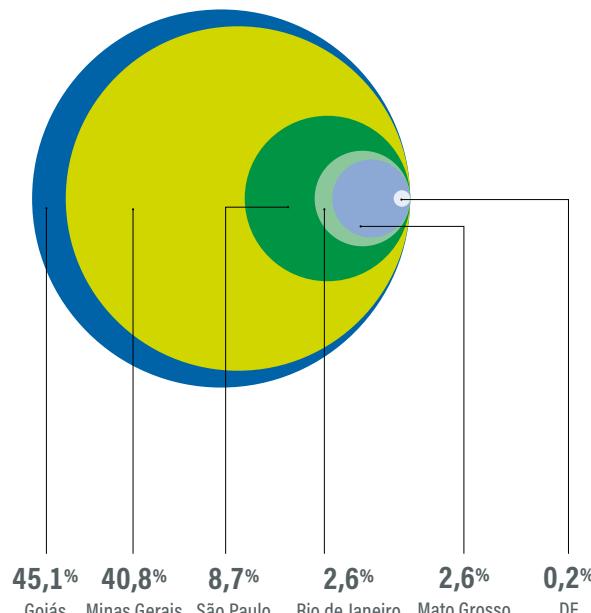
O valor adicionado, que representa a riqueza produzida e distribuída a partir da atividade empresarial, somou R\$ 3.884 milhões em 2015, 34,5% acima dos R\$ 2,9 bilhões registrados no ano anterior. Do total, 29,6% foram distribuídos aos colaboradores, por meio do pagamento de salários e benefícios; 29,4% para governo e sociedade, na forma de impostos, tributos, contribuições e encargos setoriais; e 42,9% para financiadores, pelo pagamento de juros e aluguéis. Em razão do prejuízo de R\$ 70 milhões no exercício, não foram distribuídos valores aos acionistas.



DISTRIBUIÇÃO DA CFURH (R\$ milhões)



DISTRIBUIÇÃO DA CFURH POR ESTADO





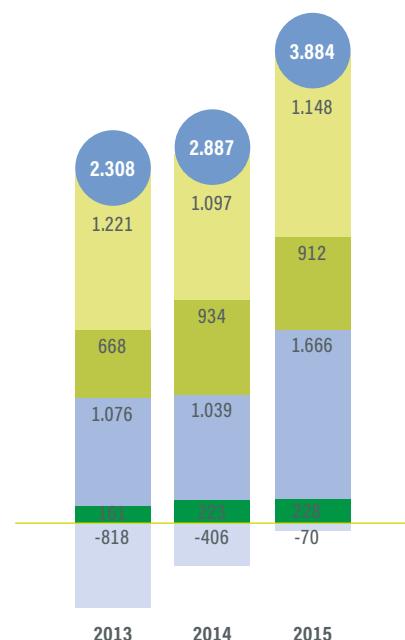
UHE Mascarenhas de Moraes (MG)

VALOR ADICIONADO (R\$ milhões) [GRI G4-EC1]

	2013	2014	2015
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	4.963	6.877	7.150
Outras Receitas Operacionais	6	181	197
Insumos			
Custo de Energia Comprada	-674	-1.943	-926
Materiais	-37	-32	-39
Serviços de Terceiros	-692	-727	-837
Outros Custos Operacionais	-1.763	-1.429	-1.712
Valor Adicionado Bruto	1.803	2.927	3.833
Depreciação e Amortização	-186	-223	-244
Constituição/Reversão de Provisões	-12	489	-384
Valor Adicionado Líquido Gerado	1.605	3.193	3.205
Receitas Financeiras (Transferências)	551	581	364
Equivalência Patrimonial	152	-887	315
Valor Adicionado a Distribuir	2.308	2.887	3.884
Distribuição do Valor Adicionado	2013	2014	2015
Remuneração do Trabalho	1.221	1.097	1.148
Governo (Impostos e Contribuições)	668	934	912
Encargos Financeiros e Variação Monetária	1.076	1.039	1.666
Encargos Setoriais	161	223	228
Lucros (Prejuízos) Retidos	-818	-406	-70
Total da Distribuição do Valor Adicionado	2.308	2.887	3.884

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (R\$ milhões)

- Pessoal
- Governo
- Financiadores
- Encargos setoriais
- Lucros (prejuízos) retidos





GESTÃO DE PESSOAS

Atuavam em Furnas no final de 2015 o total de 5.148 colaboradores, sendo 3.548 empregados efetivos, 1.178 empregados não efetivos e 422 estagiários. Desde 2011, o total de colaboradores foi reduzido em 25,3%, sendo 27% no quadro de pessoal próprio. O dado reflete a adoção do Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Preq), decorrente do processo de reorganização desencadeado pelas mudanças do cenário setorial de energia. Com o objetivo de tornar a Empresa mais competitiva, o plano foi estabelecido a partir de acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF), Ministérios Públicos do Trabalho (MPT), Advocacia Geral da União (AGU), Tribunal de Contas da União (TCU) e Federação Nacional dos Urbanitários.

Quadro Qualquantitativo de Referência

A dimensão do quadro de colaboradores alinhado ao Preq – chamado Quadro Qualquantitativo de Referência – foi definido com o envolvimento direto de todo o corpo gerencial de Furnas, que especificou, em níveis de macroprocesso, processo e unidade organizacional, as necessidades de colaboradores.

O quadro de referência foi definido com 4.112 vagas em 2016, o que representa redução de 34% em relação à força de trabalho existente em 2010. Sinaliza também maior foco nos processos de negócio – que passam a representar 62% do quadro total, ante 49% em 2010, quando 51% do pessoal atuava em processos corporativos –, resultado do processo de otimização e busca por excelência na gestão empresarial.

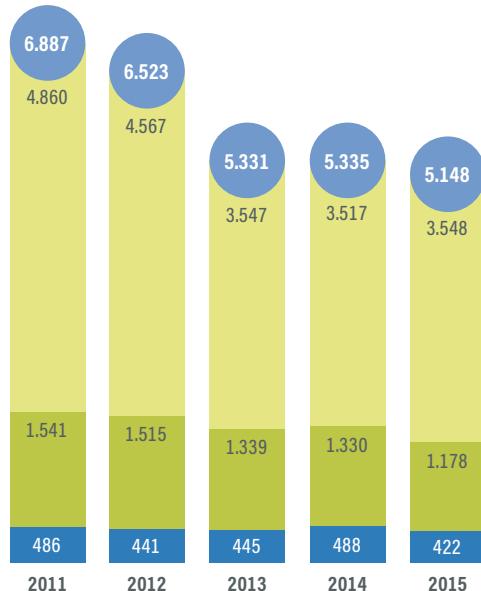
Para a real constituição desse quadro de referência, estão em andamento programas de mobilidade interna, capacitação e promoção, além de recrutamento externo de pessoal. Como empresa de economia mista, Furnas só pode admitir empregados aprovados em concurso público. Durante duas semanas, eles participam do Programa de Integração dos Novos Empregados (Pine), que consiste de palestras sobre estrutura organizacional, plano de carreira e remuneração, Código de Ética, entre outros temas. [\[GRI G4-DMA\]](#)



NÚMERO DE COLABORADORES

[GRI G4-10]

- Empregados efetivos
- Empregados não efetivos (*)
- Estagiários

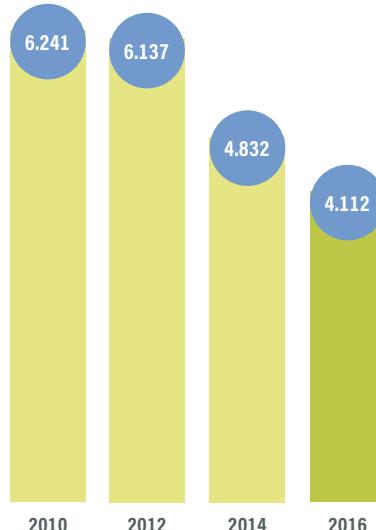


* Revisado número de empregados não efetivos em 2011 [\[GRI G4-22\]](#)



QUADRO QUALQUANTITATIVO DE REFERÊNCIA

- Empregados efetivos + não efetivos
- Quadro qualquantitativo



Nota: Caso sejam considerados pessoas com deficiência, assessores externos, cedidos e estagiários, o quadro de 2014 totalizava 5.088 profissionais

Diversidade [GRI G4-DMA]

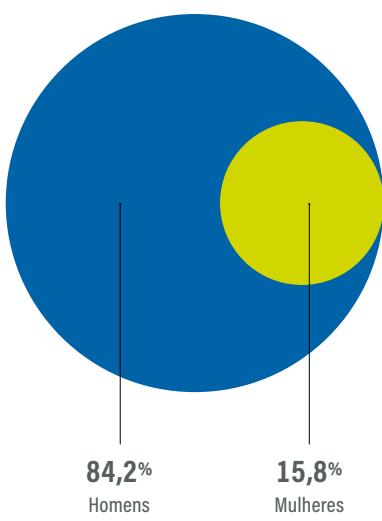
Furnas valoriza a diversidade em seu quadro de pessoal e incluiu nos acordos coletivos de trabalho cláusulas para prevenir práticas discriminatórias e garantir a equidade de gênero e de raça/etnia em oportunidades de carreira e remuneração. Nos processos de gestão foram incorporados a ampliação do prazo da licença-maternidade e mecanismos para garantir licença às trabalhadoras vítimas de violência doméstica. Em 2015, somente 15,8% dos empregados efetivos de Furnas eram mulheres, proporção que reflete uma característica do setor elétrico. Porém, quando se trata dos cargos gerenciais, a participação feminina aumenta para 17,6%.

Essa questão é ainda tema do Comitê Pró-Equidade de Gênero, criado para apoiar o cumprimento da política Pró-Equidade de Gênero e Raça, promover a orientação da Empresa em fóruns e analisar a legislação, entre outras questões. Em 2015, pelo quinto ano, recebeu o selo concedido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), do governo federal.



EMPREGADOS POR GÊNERO

[GRI G4-10]



Benefícios [GRI G4-DMA]

De forma espontânea, com base nas premissas da sua Política de Recursos Humanos que visa à valorização e à retenção dos seus empregados, Furnas concede benefícios que vão além das exigências legais e obrigações descritas nos acordos coletivos. São oferecidos os seguintes benefícios: auxílio-funeral, licença-paternidade, licença-maternidade, assistência médica, cobertura para incapacidade/invalidade, seguro de vida em grupo, fundo de aposentadoria, auxílio-creche, vale-refeição, vale-alimentação, assistência odontológica, vale-transporte, convênio com academia, cesta natalina, licença-gala (casamento) e licença-nojo (falecimento de cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente). [GRI G4-LA2]

Previdência complementar [GRI G4-EC3]

Furnas patrocina a Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), que complementa os benefícios previdenciários dos participantes (11.419 pessoas em dezembro de 2015). A FRG mantém duas modalidades de planos de previdência: Benefício Definido (BD), fechado a novas adesões, e Contribuição Definida (CD).

Em 31 de dezembro de 2015, o plano BD contava com 8.931 participantes,

sendo 1.070 ativos, 6.315 assistidos, 1.492 pensionistas, 5 autopatrocinados e 49 ex-participantes (deixaram de ser empregados de Furnas e não contribuem para o plano, mas farão jus a benefício proporcional diferido quando se tornarem elegíveis à complementação de aposentadoria). Já o plano CD contava com 2.488 participantes, sendo 2.360 ativos, 72 assistidos, 24 pensionistas, 19 autopatrocinados e 13 que aderiram ao benefício proporcional diferido.

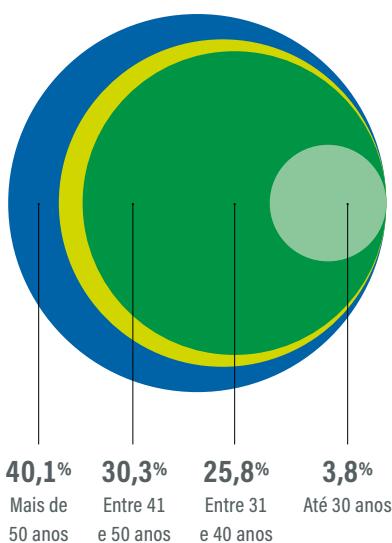
A contribuição básica dos participantes do Plano CD corresponde a 2% do salário de contribuição, mais um opcional entre 4,5% e 10% da parcela do seu salário excedente a 7 UR (UR = R\$ 355,28, em 2015). A Empresa patrocinadora contribui na mesma proporção da contribuição básica do participante. São permitidas ampliar com contribuições voluntárias, mas, nesse caso, sem o aporte da patrocinadora.

Durante o ano, o valor das contribuições normais pagas por Furnas para constituir reservas matemáticas de benefícios a conceder nos dois planos foi de R\$ 50.653.711,71. O valor destinado à cobertura de despesas administrativas da Fundação alcançou R\$ 43.289.261,29. No encerramento de 2015, o patrimônio da Fundação atingiu R\$ 12 bilhões e as obrigações dos planos BD e CD representavam o valor de R\$ 13,7 bilhões.



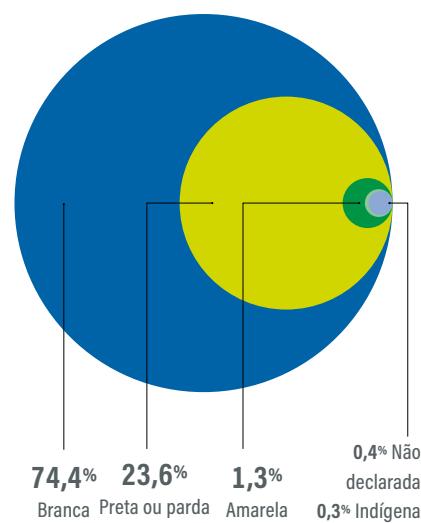
EMPREGADOS POR FAIXA ETÁRIA

[GRI G4-LA12]



EMPREGADOS POR RACA

[G4-LA12]





Montagem de turbinas - UHE Santo Antônio (RO)

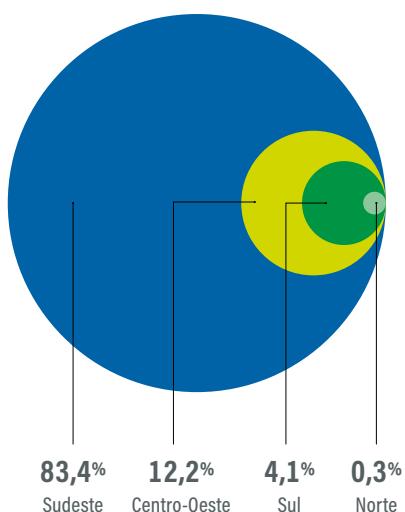
EMPREGADOS EFETIVOS POR FUNÇÃO¹ [GRI G4-10]

	2014			2015		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Cargos gerenciais	195	42	237	202	43	245
Cargos com nível superior	897	322	1.220	912	329	1.241
Cargos sem nível superior	1.876	185	2.060	1.874	188	2.062

¹ Números de 2014 revisados |GRI G4-22|

**EMPREGADOS POR REGIÃO**

[GRI G4-10]



15,8%
dos empregados de Furnas
eram mulheres, em 2015.
Porém, elas ocupavam

17,6%
dos cargos gerenciais

Treinamento e desenvolvimento

[GRI G4-DMA]

As ações de treinamento e desenvolvimento têm foco no aprimoramento dos processos de trabalho de cada área de negócio, de forma a assegurar o alinhamento em torno dos objetivos estratégicos e viabilizar o crescimento pessoal e profissional. Em 2015, esses programas demandaram o total de 145.468 horas de treinamento, com a média de 41 horas por empregado efetivo.

A estruturação do Plano de Aprendizagem Global, com horizonte de dois anos, contempla ações educacionais e de gestão do conhecimento, a partir de um amplo levantamento de necessidades de aprendizagem advindas do planejamento estratégico, do PRO-Furnas e das áreas de negócio. Como ferramenta de planejamento de formação de empregados em longo prazo, foram construídas Trilhas de Aprendizagem. Há ainda Planos de Desenvolvimento Individual (PDI), que são identificados nas avaliações de desempenho e destinados a ampliar conhecimentos, habilidades e atitudes dos colaboradores.

As ações incluem tanto os temas estratégicos como aspectos de saúde e segurança, aprendizado de idiomas, cursos a distância e treinamento técnico. Entre 2010 e 2015, por exemplo, foram formadas 13 turmas em treinamento básico para operadores.

Todo o processo tem o apoio do Programa Gestão do Conhecimento, adotado desde 2011 para manter um processo contínuo de formação dos empregados, ampliando também as formas pelas quais o conhecimento pode ser construído, compartilhado e aplicado. Destaque do programa são as Comunidades de Prática, em que as pessoas discutem suas experiências, dividem conhecimentos específicos e respondem dúvidas que ficam disponíveis pela internet e intranet. Inclui ainda Banco de Especialistas, Fórum de Discussão, Programa de Repasse de Conhecimento, entre outras ações.



Recuperação de Torres - LT Foz Iguaçu-Ibiúna (PR/SP)

Foco da gestão do conhecimento

- Valorização do aprendizado informal e colaborativo
- Integração aos processos de negócio
- Ambientes que aceleram a aprendizagem e a inovação
- Redes de relacionamento internas e externas para colaboração e cocriação

MÉDIA DE HORAS DE TREINAMENTO [GRI G4-LA9]

Cargo	2014 ¹		2015	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Gerencial	40,41	76,12	84,60	53,72
Nível superior	23,06	34,65	40,27	53,83
Sem nível superior	20,15	57,04	15,54	25,79

¹ Números de 2014 revisados [GRI G4-22]

Saúde e segurança |GRI G4-DMA|

Prioritário em empresas do setor elétrico, o treinamento em saúde e segurança ocupacional de Furnas conta com instalações próprias para essa finalidade, incluindo um Centro de Treinamento para Combate a Emergências que forma brigadistas, situado na UHE Furnas, em São José da Barra (MG). Suas dependências são ainda utilizadas por organizações externas, como corporações do Corpo de Bombeiros, escolas, etc.

As atividades abrangem empregados efetivos e não efetivos. Há ação permanente de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, sendo estabelecido em contratos com fornecedores de serviço o rigoroso cumprimento à legislação. Além de treinamento, os contratos exigem Programas de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) e o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPI).

Para a prevenção de acidentes, nenhuma atividade é iniciada antes de um detalhado planejamento, com análise preliminar de risco, verificação de procedimentos, certificados de treinamento e equipamentos de segurança individual e coletivos.

Esses procedimentos têm permitido melhoria constante nos indicadores de saúde e segurança. O número de acidentes recuou 29,4% entre 2014 e 2015, passando de 17 para 12 no conjunto de empregados efetivos e não efetivos, sem o registro de óbitos ou casos que tenham resultado em mutilação com afastamento permanente. Com isso, a taxa de gravidade passou de 70 para 7, entre empregados efetivos, e de 9 para 0 entre empregados não efetivos.

INDICADORES DE SEGURANÇA |GRI G4-LA6|

	2013	2014	2015
Número de horas trabalhadas	8.366.700	7.101.007	7.110.192
Número de dias perdidos ¹	974	499	50
Média de horas extras por empregado/ano ²	192	356	160
Número total de acidentes de trabalho³			
Empregados efetivos	41	14	11
Empregados não efetivos	12	3	1
Média de acidentes de trabalho por empregado/ano	0,009	0,007	0,003
Acidentes com afastamento temporário			
Empregados efetivos	24	5	11
Empregados não efetivos	6	3	1
Acidentes que resultaram em mutilação com afastamento permanente	0	0	0
Empregados efetivos	0	0	0
Empregados não efetivos	0	0	0
Acidentes que resultaram em morte			
Empregados efetivos	2	0	0
Empregados não efetivos	0	0	0
Taxa de Frequência (TF)⁴			
Empregados efetivos	2,87	1,55	1,56
Empregados não efetivos	2,05	1,02	1
Taxa de Gravidade (TG)⁵			
Empregados efetivos	1.551	70	7
Empregados não efetivos	22	9	0
Óbitos			
Empregados efetivos	2	0	0
Empregados não efetivos	0	0	0

¹ Dias perdidos são considerados os dias de calendário. O início da contagem é o dia seguinte à ocorrência. Número de dias perdidos + dias debitados por milhão de horas-pessoas em exposição à situação de risco.

² Cálculo da média de horas extras por empregado em 2015: total HE: 564.931,84 e número médio de empregados efetivos em 31/12/2015: 3.531,58.

³ Não inclui pequenas lesões (nível de primeiros socorros), sem perda de tempo.

⁴ TF é a Taxa de Frequência de Acidentes do Trabalho, obtida com base na divisão do número de acidentes de trabalho pelo total de milhão de horas humanas de exposição à situação de risco.

⁵ TG é a Taxa de Gravidade de Acidentes do Trabalho, obtida com base na divisão do número de dias perdidos mais dias debitados, em decorrência de acidentes de trabalho, pelo total de milhão de horas humanas de exposição à situação de risco. No Brasil, utiliza-se a NBR 14280 — Cadastro e Estatística de Acidentes, que difere da OIT por considerar no cálculo da taxa de gravidade, além de dias perdidos, os dias debitados em consequência de invalidez permanente ou morte por acidente do trabalho, e ainda por utilizar no cálculo das taxas de frequência e de gravidade o fator 1.000.000 em vez do fator 200.000.

Comissões

Todos os empregados de Furnas estão representados em 28 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) e 10 Unidades de Segurança (USEG). Nas cinco unidades da Empresa nas quais, pela legislação de segurança e medicina do trabalho (NR5), não há obrigatoriedade de instalação de Cipa, são indicados empregados chamados de “designados”, que assumem as atribuições das Cipas. Furnas possui ainda um Comitê de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional, constituído por representantes de todas as diretorias, e um Comitê Permanente de Prevenção de Acidentes. [\[GRI G4-LA5\]](#)

Formado por representantes sindicais, esse comitê permanente foi criado por meio de acordo sindical, que inclui cláusula específica na qual a Empresa se compromete a mantê-lo ativo. O comitê acompanha as ações em segurança e saúde do trabalho e o cumprimento da legislação, reunindo-se periodicamente no escritório central de Furnas. Um cronograma anual de reuniões define as temáticas abordadas a partir do cenário e das demandas identificadas em consultas aos empregados. [\[GRI G4-LA8\]](#)

Com o objetivo de difundir boas práticas que garantam a segurança e o bem-estar da força de trabalho, são promovidas Semanas Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Sipat), com palestras e atividades com foco em qualidade de vida e segurança.

De forma geral, não há em Furnas empregados efetivos ou não efetivos envolvidos em atividades ocupacionais com alta incidência ou alto risco de doença específica. Entretanto, a Empresa coloca à disposição aconselhamento, tratamento e treinamento para enfrentar doenças graves para empregados e familiares que contam com cobertura de plano de saúde. Iniciativas de prevenção são exclusivas para empregados, enquanto programas de aconselhamento e educação são extensivos também às comunidades. [\[GRI G4-LA7\]](#)



Recuperação de Torres - LT Itumbiara-Porto Colômbia (MG)

GESTÃO DE FORNECEDORES

A Empresa adota o princípio constitucional da isonomia e mantém em seu quadro de fornecedores empresas dos mais variados segmentos, de microempresas a corporações de grande porte, para fornecimento dos produtos, materiais e serviços que garantam a eficiência do trabalho. Os principais produtos adquiridos são equipamentos e componentes elétricos e eletromecânicos para os empreendimentos de transmissão e geração. **[GRI G4-DMA, G4-12]**

Em 2015, foram assinados 1.036 contratos com 578 fornecedores, não se registrando mudanças relevantes na cadeia de suprimentos. Fornecedores locais, considerados aqueles instalados nas regiões de atuação da Empresa em todo o Brasil, representaram 99% do valor das compras diretas (valor até R\$ 16 mil) e 99,9% do total de produtos e serviços contratados. **[GRI G4-13, G4-EC9]**

Três dos 1.036 contratos foram considerados significativos (valor acima de R\$ 7 milhões, com aprovação pela Diretoria ou Conselho de Administração) e incluíram cláusula relacionada a direitos humanos. Esses contratos somaram o valor de R\$ 24,5 milhões, sendo que dois tiveram os fornecedores selecionados em licitação pública e o outro por inexigibilidade de licitação. **[GRI G4-HR1]**

Para assegurar a não existência de trabalho infantil, forçado ou análogo a escravo em sua cadeia produtiva, os fornecedores devem declarar não empregar menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos; assegurar que menores de 18 anos não atuem em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; e não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado. Devem também assegurar a liberdade de associação e o direito à negociação coletiva. **[GRI G4-HR4]**

Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil ou forçado desenvolvem-se durante a implantação e a operação de empreendimentos de transmissão e de geração de energia, nas áreas de construção, operação e manutenção de subestações, linhas de transmissão e usinas. No ano, não houve registro de ocorrências dessa natureza. **[GRI G4-HR5, G4-HR6]**

Compromissos [GRI G4-DMA, G4-LA14, G4-HR10]

Critérios de direitos humanos e práticas trabalhistas são considerados em todos os processos de contratação de produtos e serviços. Todos os fornecedores devem comprometer-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir o Código de Ética das Empresas Eletrobras e os Princípios e Normas de Conduta Empresarial na Relação de Furnas com seus Fornecedores. Esses documentos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.furnas.com.br – links “A Empresa” e “Fornecedores”, respectivamente.

Cláusula dos contratos assinados prevê a realização de diligências e auditorias para verificar o cumprimento desses compromissos, que buscam compartilhar valores e princípios em temas como saúde e segurança do trabalho, proteção ao meio ambiente, direitos humanos, equidade de gênero, transparência, participação e prestação de contas para toda a cadeia de suprimento.

As auditorias nas dependências do fornecedor e/ou locais de realização dos serviços podem acontecer a qualquer tempo. Elas verificam o cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, a partir da apresentação de provas de regularidade fiscal e trabalhista, relativas à Seguridade Social, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos atos da habilitação, da adjudicação e durante a vigência do contrato.

1.036
contratos com
578
fornecedores foram
assinados em 2015

GASTOS COM FORNECEDORES ¹ [GRI G4-EC9]

	2013	2014	2015
Compras diretas¹			
Localmente (R\$ mil)	40.624	45.600	42.570
Total da organização (R\$ mil)	42.763	47.800	43.000
Valor total de produtos comprados e serviços contratados			
Localmente (R\$ mil)	953.200	1.209.000	3.521.000
Total da organização (R\$ mil)	1.059.111	1.330.000	3.525.000

¹Compras de até R\$ 16 mil.



[GRI G4-DMA]

Os compromissos com o desenvolvimento sustentável, promoção dos direitos humanos e da cidadania e respeito à legislação orientam a atuação de Furnas, que busca fazer de seus empreendimentos oportunidades para as comunidades do seu entorno e a sociedade, assim como estabelecer elevados padrões de responsabilidade social. Fruto dessa estratégia, promove diversas ações de caráter técnico, educacional e esportivo que possuem identificação ou sinergia com a Empresa.

Os investimentos são oriundos de recursos próprios ou incentivados por renúncia fiscal e se distribuem nas áreas social, cultural e esportiva. Em 2015, os investimentos voluntários totalizaram R\$ 14,8 milhões, sendo R\$ 2,076 milhões com incentivo (Lei Rouanet). [GRI G4-EC4]

No total, agregando gastos com os programas Luz para Todos (de acesso à energia nas áreas rurais), Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem), Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (Coep) e Furnas Educa, as contribuições para a sociedade atingiram o valor de R\$ 30,5 milhões em 2015. (Os programas estão detalhados nas páginas 61 e 63).

[GRI G4-EC7]

Furnas Educa [GRI G4-DMA Ex-EU24]

Para Furnas, o uso consciente da energia e a conservação do meio ambiente são atitudes diretamente ligadas aos seus valores de sustentabilidade. Como geradora de energia limpa e renovável, entende que tem a responsabilidade de difundir boas práticas para os públicos com os quais se relaciona. E um dos públicos mais estratégicos são as comunidades do entorno de seus empreendimentos, em 850 municípios do território brasileiro.

Um importante programa para atender a esses objetivos é o Furnas Educa, que concentra suas ações em crianças e adolescentes em idade escolar e busca conscientizar a população sobre o perigo de realizar



INVESTIMENTO SOCIAL EXTERNO

40,3%

Atuação social



39,3%

Atuação cultural



5,5%

Patrocínio e eventos



4,3%

Atuação institucional



3,6%

Doações e campanhas



3,3%

Atuação esportiva



3,1%

Atuação voluntária



0,6%

Direitos humanos e diversidade



queimadas sob torres e linhas de transmissão; enfatizar benefícios do uso consciente da energia elétrica e da preservação dos recursos hídricos e do meio ambiente; e reforçar o reconhecimento de Furnas como empresa socialmente responsável e comprometida com a preservação do meio ambiente.

O combate às queimadas é destacado porque, além de destruírem o ambiente, representam uma prática ilegal que pode causar impacto direto na prestação de serviço da Empresa, com interrupção no fornecimento de energia elétrica para cidades inteiras. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), de janeiro a novembro de 2015 o Brasil registrou cerca de 236 mil focos de queimadas, 66% em regiões onde Furnas atua.

Em 2015, o programa percorreu 133 escolas, atendendo aproximadamente 50 mil estudantes. Desde que foi criado, em 2013, o Furnas Educa sensibilizou mais de 500 mil pessoas, visitando 417 instituições educacionais e sociais, em 14 estados e no Distrito Federal.

Esporte

Furnas tem associado sua marca ao esporte, com o patrocínio a atletas de diferentes modalidades e estímulo a práticas esportivas nas unidades da Empresa e nas comunidades. Programa de destaque é o Equipe Furnas, que apoia 42 atletas, ex-atletas e treinadores, ligados a modalidades olímpicas, paralímpicas e especiais. O grupo conta com 19 atletas com chances reais de participar das Olimpíadas Rio 2016. Há ainda apoio a diversos torneios esportivos nacionais e internacionais, em tênis, vôlei, surfe, kitesurfe, corrida, futsal, entre outros.

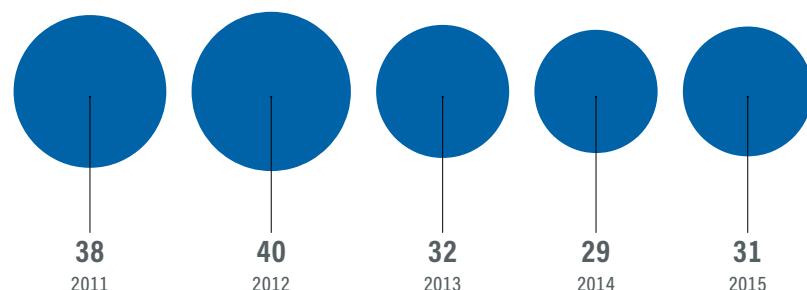
Já o Equipe Furnas por Furnas comprehende talk-shows realizados em usinas, subestações e escritórios regionais com a presença de atletas apoiados pela Empresa, que levam mensagens de motivação e consolidam conceitos como superação e trabalho em equipe. Em 2014 e 2015, foram realizados 12 eventos dessa natureza.



Furnas Educa



INVESTIMENTO SOCIAL EXTERNO (R\$ milhões)



Atletas da Equipe Furnas

INVESTIMENTOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS (R\$ mil) |GRI G4-EC7, G4-EC1|

	2014	2015
ATUAÇÃO SOCIAL	5.572	5.977
Projetos sociais em parceria e edital do Programa Furnas Social	5.572	5.939
Educação	380	321
Promoção da Cidadania e dos Direitos	380	830
Geração de Trabalho e Renda	1.015	1.134
Saúde e Segurança Alimentar	1.044	622
Esporte e Lazer	630	205
Infraestrutura	1.463	2.501
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	65	199
Meio Ambiente	113	60
Cultura	482	67
Programa de Desenvolvimento Territorial	-	25
Projeto Energia Social Furnas	-	13
ATUAÇÃO ESPORTIVA	967	486
Patrocínios incentivados (Lei de Incentivo ao Esporte)	838	424
Patrocínios não incentivados	129	62
PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA DIVERSIDADE	-	85
Ações de Direitos da Criança e do Adolescente	-	11
Ações de Equidade de Gênero	-	74
ATUAÇÃO CULTURAL	4.792	5.825
Patrocínios culturais não incentivados (Espaço Furnas Cultural)	1.106	1.823
Patrocínios culturais incentivados (Lei Rouanet)	3.686	4.002
PATROCÍNIO A EVENTOS	-	819
Patrocínios a eventos técnicos	-	749
Patrocínio a eventos do edital do setor elétrico	-	70
ATUAÇÃO VOLUNTÁRIA	440	455
Investimento na mobilização/capacitação de voluntários	101	106
Investimentos no apoio a atividades do voluntariado	339	349
Tempo do empregado investido no voluntariado	-	-
ATUAÇÃO INSTITUCIONAL	1.897	630
Patrocínios institucionais	1.897	630
DOAÇÕES	107	457
Fundo para a Infância e Adolescência	-	-
Situação emergencial	107	434
Situação de calamidade pública	-	23
Bens inservíveis para a Empresa	-	-
ATUAÇÃO EM CAMPANHAS	-	82
Apoio a campanhas	-	82
TOTAL DE INVESTIMENTOS VOLUNTÁRIOS	13.775	14.816

50 mil
estudantes
participaram em
2015 das atividades
do Programa
Furnas Educa

Inclusão e acessibilidade

Duas iniciativas desenvolvidas em 2015 resumem o compromisso da Empresa com o tema inclusão e acessibilidade. A primeira foi o Praia para Todos, que promoveu atividades para pessoas com deficiência (como banho de mar assistido, stand up paddle e surfe adaptados, handbike e frescobol), realizados nas praias da Barra da Tijuca e Copacabana. A segunda é o Pedaleiros, projeto lançado em 2015 em que portadores de deficiência visual, com o auxílio de guias, vivenciam a experiência de andar de bicicleta.

Gestão de impactos [GRI G4-S01, G4-EC8]

Em 100% das operações de Furnas são desenvolvidos programas com objetivo de identificar, analisar e eliminar ou minimizar os impactos decorrentes das atividades de geração e transmissão de energia. Esses aspectos representam maior potencial negativo nas fases de construção dos ativos.

Eles ocorrem especialmente em decorrência de mobilização de mão de obra de outras regiões, o que tem impacto sobre infraestrutura de serviços públicos e pode representar riscos sociais (como aumento de violência e exploração sexual de crianças e adolescentes). Há também impactos sobre recursos naturais e paisagem. Todos esses aspectos são considerados nos estudos preliminares e nos processos de licenciamento, sendo gerenciados com o apoio de projetos socioambientais.

Ao mesmo tempo, as atividades de expansão, operação e manutenção do sistema elétrico têm impacto econômico direto positivo sobre as organizações e comunidades locais por meio da criação de empregos, maior arrecadação de impostos, aumento nas compras locais, dinamização de atividades comerciais, abertura de novos negócios, etc. Os empreendimentos corporativos e realizados por meio de SPEs, por exemplo, proporcionaram 8.501 empregos em 2015.

Nas decisões de planejamento energético e infraestrutura, as comunidades têm a oportunidade



Aldeia da Cidadania
Sapucaia (RJ)

de participar das audiências públicas realizadas pelos órgãos ambientais, bem como de reuniões específicas promovidas nos municípios atingidos,

para o esclarecimento de dúvidas sobre procedimentos fundiários que serão adotados para o empreendimento. Nessas reuniões, Furnas se dispõe a receber reclamações e/ou sugestões. São também disponibilizados canais para atendimento a reclamações, tais como: Ouvidoria, telefone, e-mail e o portal Fale Conosco no site de Furnas.

[GRI G4-DMA]

Iniciativas nos territórios

As principais iniciativas do Programa Desenvolvimento Territorial envolvem:

- Construção de espaços de produção coletiva, como cozinha comunitária e fábrica de farinha;
- Cursos sobre processos produtivos, gestão de pequenos negócios e empreendedorismo;
- Empoderamento feminino por meio do aumento da renda e promoção de encontros;
- Escoamento da produção local de artesanato e produtos in natura ou processados;
- Articulação com políticas públicas para a prestação de serviços a comunidades: luz, água, saúde, educação, saneamento;
- Mobilização de recursos de parceiros e/ou governos para melhorias nas comunidades;
- Diagnósticos participativos, para ampliar a compreensão das potencialidades de desenvolvimento local;
- Instalações coletivas de lazer e esporte, promovendo bem-estar e maior integração das comunidades.

Fóruns comunitários e encontros de diagnóstico participativo e planejamento promovem uma maior participação de representantes de todas as instâncias e propiciam maior entendimento sobre as potencialidades e fraquezas das localidades. O processo amplia as chances de melhor desempenho econômico, por meio de processos produtivos coletivos, cooperativas, de cadeias de novos negócios (turismo rural, por exemplo), entre outros.

Desenvolvimento territorial – Um dos instrumentos para a gestão dos impactos é o Programa de Desenvolvimento Territorial, que busca impulsionar comunidades com alto índice de pobreza. Desde a sua criação, em 2007, foram implantados 21 Núcleos de Integração em quilombos, assentamentos rurais, no aterro sanitário de Gramacho (Duque de Caxias-RJ) e em comunidades de moradores no entorno de linhas de transmissão e reservatórios, nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. No total, mais de 29 mil pessoas são beneficiadas com as ações desenvolvidas.

Aldeia da Cidadania – O projeto é destinado às comunidades circunvizinhas aos empreendimentos de Furnas. Promove atividades lúdicas, oficinas pedagógicas e de artesanato, palestras informativas sobre doenças sexualmente transmissíveis, drogas, gravidez precoce, amamentação, serviços de saúde (afeição de pressão, tipagem sanguínea, teste de colesterol, de glicose, vacinação), emissão ou inscrição de documentos de Registro Civil, carteira de trabalho, identidade e CPF. A execução é compartilhada com instituições parceiras do município ou da região e entidades do poder público federal, estadual e/ou municipal.

Programa Furnas de Voluntariado – Estimula o voluntariado dos colaboradores desde 2002, de forma a permitir o uso consciente e cidadão de seus talentos e tempo livre para promover o desenvolvimento social das regiões de atuação da Empresa.

Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (Coep)

Furnas apoia a Secretaria Executiva do Coep, que reúne organizações públicas e privadas comprometidas com iniciativas para o desenvolvimento humano, social e sustentável, e estimula ações complementares às políticas públicas. Em 2015 destacaram-se as seguintes atividades:

Mobilização para a Promoção da Cidadania – Incentivo pelo Facebook a iniciativas nos três eixos de atuação da Rede Coep: 1) Erradicação da miséria; 2) Meio ambiente, clima e vulnerabilidade; 3) Participação, direitos e cidadania. No encerramento de 2015, existiam 83 grupos cadastrados.

Comunidades do Semiárido – Realização de Fórum de Lideranças Jovens do Semiárido, com a participação de 80 jovens, com ações e oficinas de capacitação, e lançamento de cinco publicações sobre o semiárido (disponíveis em <https://issuu.com/mobilizadorescoep>).

Rede Mobilizadores – Além dos conteúdos para consulta na página www.mobilizadores.org.br, foram oferecidas sete oficinas de capacitação, a exemplo de Cartografia Social e Populações Vulneráveis. No início de 2015, foram criados o Programa de Ensino a Distância (EAD) e cursos (como Diagnóstico Comunitário Participativo), e adotou-se a utilização da rede social Facebook como ferramenta de mobilização.

GESTÃO DE IMPACTOS NAS COMUNIDADES LOCAIS |GRI G4-S02

Impactos negativos	Operações	Medidas adotadas
Comunidade local afetada pela implantação do reservatório	UHE Batalha	Oficinas de geração de renda (meliponicultura) com impactos favoráveis sobre a produção e segurança alimentar e comercialização de produtos; palestras dialogadas sobre doenças de veiculação hídrica, com impactos indiretos sobre indicadores de saúde. Curso de capacitação da Arca das Letras na fazenda São Cristóvão (Paracatu-MG), para incentivo à leitura. Foram entregues o móvel (Arca) e o acervo de livros na sede da Associação de Moradores.
	UHE Simplício	Cursos de Educação Ambiental em Agricultura Sustentável, Resíduos e Preservação da APP. Treinamento dos empregados da usina, com o total de 420 pessoas.
	UHE Marimbondo	Programa de Educação Ambiental nos municípios de: Fronteira, Frutal e Planura (MG); e Barretos, Colômbia, Guáira, Guaraci e Icém (SP). Com isso, Furnas contribuiu para a gestão ambiental da região, por meio de ações educativas, como capacitar e habilitar setores sociais para atuação efetiva na qualidade ambiental e de vida. Assim, a comunidade pode atuar na proposição de soluções aos problemas socioambientais locais. No total, 1.351 pessoas foram assistidas na UHE Marimbondo, entre empregados, educadores e sociedade civil.
Restrições ao uso e ocupação do solo, realocação de pessoas	LT Batalha-Paracatu	O PEA contemplou: Oficina de Doces Caseiros, na sede da Associação do Santa Bárbara, com diálogos e trocas de experiências para incentivo à produção de doces caseiros em Paracatu; Oficina de Contação de História "Todo mundo tem histórias pra contar", para 30 professores da Escola Municipal Joaquim Adjunto Botelho, que começaram a replicar para alunos e também a entrega de livros que serão usados em atividades tanto em sala de aula como na residência dos alunos.
	LT Anta-Simplicio	Cursos de Educomunicação, Agricultura Sustentável e Manuseio de Agrotóxicos, com 180 pessoas treinadas.
	LT Xavantes-Pirineus	Agricultura Sustentável e Resíduos, com 600 pessoas treinadas.
	LT Itaberá-Tijuco Preto III	Programa de Educação Ambiental, em parceria com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, para a população da região da APA do Capivari-Monos (SP). Agentes comunitários de saúde e de proteção ambiental, gestores das Unidades Básicas de Saúde e convidados foram mobilizados a participar das ações educativas de saneamento ambiental.
	LT Norte-Sul	Diagnóstico socioambiental local, com 150 pessoas treinadas.

Impacto de obras [GRI G4-DMA EX-EU19, EU20]

Ciente do impacto de suas operações nas comunidades locais, especialmente na fase de construção de usinas e linhas de transmissão, Furnas adapta seus projetos para causar o menor deslocamento possível de pessoas. Pesquisas e estudos socioeconômicos integram o Projeto Básico Ambiental (PBA), que também norteia as ações de comunicação e divulgação de informações inerentes aos impactos causados e procedimentos adotados na área de influência dos empreendimentos.

São realizadas vistorias técnicas para a avaliação dos imóveis afetados (terras, benfeitorias e eventuais atividades econômicas existentes), cujos valores indenizatórios são estipulados com base em pesquisas mercadológicas. Os programas de remanejamento são estabelecidos de acordo com as características da região e buscam recompor o modo de vida das famílias atingidas, no mínimo, similar à encontrada à época do cadastro socioeconômico. Após a implantação dos empreendimentos, há monitoramento das famílias reassentadas no meio urbano e rural para verificar a adaptação.

Todas as partes interessadas participam e endossam o processo, que envolve prefeituras, câmaras de vereadores, associações de moradores, representantes de entidades sindicais e da comunidade, cartórios, Ministério Público, Defensoria Pública, Judiciário, órgãos ambientais, entre outros. As questões que envolvem reforma agrária e populações indígenas e quilombolas são negociadas por seus representantes legais: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Fundação Nacional do Índio (Funai) e Fundação Palmares.

As obras também são impulso ao desenvolvimento, especialmente por meio de criação de empregos. Em 2015, os empreendimentos corporativos em construção geraram 914 empregos e aqueles por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) empregaram 7.587 pessoas.

Manso – Em julho de 2015, foi concluído o pagamento das indenizações das famílias afetadas pela implantação do Aproveitamento Múltiplo de Manso, nos municípios de Chapada dos Guimarães e Nova Brasilândia, no estado de Mato Grosso. Das 761 famílias cadastradas e habilitadas, 760 já receberam os pagamentos, no valor de R\$ 71.943.483,57, o que representa 99,87% do total de R\$ 72.033.577,55 acordado entre Furnas e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que representa as famílias atingidas. O pagamento à última família depende de abertura de inventário em razão do falecimento do beneficiário e de sua esposa.

8.501
pessoas foram
empregadas em 2015
em empreendimentos
corporativos e por
meio de Sociedades
de Propósito
Específico (SPEs)

PROPRIEDADES ATINGIDAS E LIBERADAS

Empreendimento	2014		2015		Valor (R\$ mil)
	Atingidas	Liberadas	Atingidas	Liberadas	
LT Mascarenhas-Linhões	177	91	5.650,20	177	37 807.679,64
LT Batalha-Paracatu 1	121	0	30,3	0	0
LT Xavantes-Pirineus	88	30	3.392,50	2	26 5.251,18
UHE Batalha	211	0	50,7	0	0 345,49
Total	597	121	9.123,70	179	63 813.276,31

IMPACTO DE OBRAS - DESLOCAMENTO, INDENIZAÇÕES E EMPREGOS [GRI EU22, G4-EC8]

	2012	2013	2014	2015
Nº de pessoas deslocadas fisicamente				
Por novas linhas de transmissão	136	16	0	38
Por novas usinas	1.107	12	0	1
Total	1.243	28	0	39
Nº de pessoas deslocadas economicamente				
Por novas linhas de transmissão	2.222	325	445	254
Por novas usinas	444	0	27	60
Total	2.666	325	168	314
Valor financeiro desembolsado a título de indenização para pessoas deslocadas (R\$ mil)	54.959,90	13.815,00	9.123,70	813.276,31
Empregos criados	ND	ND	6.782	8.501

Comunidades indígenas |GRI G4-HR8|

Kaingang – Furnas ampliou em 2015 o diálogo com a Sociedade Indígena Kaingang de Queimadas, no município de Ortigueira, no estado do Paraná, com o objetivo de minimizar impactos do uso de parte do território da tribo ao longo das linhas de transmissão de Ivaiporã-Itaberá I e II. Será firmado um Termo de Compromisso entre Furnas, Funai e Associação Comunitária Indígena Queimadas, com a interveniência do Ministério Público Federal, para formalizar o apoio da Empresa no atendimento às necessidades apresentadas pela comunidade indígena. Serão implantados projetos sociais para estimular o desenvolvimento socioeconômico local, especialmente nas áreas de segurança alimentar, saúde, saneamento, educação, meio ambiente e cultura, com o apoio de uma instituição com reconhecida experiência em trabalhos com comunidades indígenas. Além disso, diversas iniciativas foram realizadas ao longo do ano, como a distribuição mensal de 350 cestas básicas, o aporte financeiro para a dinamização das festividades tradicionais (Dia do Índio, Dia das Crianças e comemoração de final de ano) e a doação de um veículo para o deslocamento de representantes da comunidade nos fóruns de direitos, seminários, palestras e eventos.

Avá-Canoeiro – A parceria de Furnas com a Funai e a comunidade indígena Avá-Canoeiro ocorre desde 1992, com a implantação da UHE Serra da Mesa, em Goiás. Em agosto de 2015 foi firmado novo contrato dando continuidade aos serviços de vigilância dessa terra indígena. Em dezembro, foi efetivada a doação de um terreno, em Minaçu (GO), para construção do Centro Técnico e Cultural Avá-Canoeiro. As áreas adquiridas por Furnas para reposição da área da Terra Indígena estão em processo de transferência para a Funai e está sendo providenciado um Termo Aditivo para o prazo de conclusão da implantação, pela Funai, do Programa de Apoio aos Avá-Canoeiro (PAAC). Em 2015, nasceu uma menina na comunidade, passando para oito o número de pessoas daquele grupo, formado de duas famílias nucleares.

Acesso à energia |GRI G4-DMA EX-EU23|

Furnas participa diretamente de dois programas públicos que ampliam e melhoram o acesso da população aos serviços de energia elétrica: Luz para Todos, desenvolvido em áreas rurais, e Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem), que utiliza fontes energéticas renováveis para atender populações desassistidas pela rede elétrica convencional.

Programa Luz para Todos

A iniciativa do governo federal tem por objetivo estender as redes de energia elétrica, gratuitamente, à população rural que ainda não tem acesso a esse serviço público, fazendo da eletricidade vetor de desenvolvimento e renda para as comunidades atendidas. Em 2015, na área de atuação de Furnas, foram realizadas 1.545 ligações, beneficiando 7.725 pessoas em três estados: Rio de Janeiro (110), São Paulo (882) e Goiás (553 ligações). No ano, os estados do Espírito Santo e Minas Gerais foram considerados universalizados, uma vez que concluíram o número de ligações contratadas.

Lançado em 2003, o Luz para Todos é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pelas empresas que compõem o sistema Eletrobras. Por meio do Decreto nº 8.387, de 30 de dezembro de 2014, foi prorrogado até o ano de 2018.

Prodeem |GRI G4-DMA EX-EU7|

Criado em 1994 pelo Ministério de Minas e Energia (MME), o programa atende às populações desassistidas de rede elétrica convencional, utilizando fontes energéticas renováveis e livres de poluição. A principal fonte utilizada é a fotovoltaica, de origem solar, destinada a escolas rurais, poços de abastecimento de água e outras atividades comunitárias, em locais ainda não servidos por redes de distribuição rural das concessionárias e normalmente distantes das sedes dos municípios. Desde 2004, Furnas é responsável pela execução do Plano de Revitalização e Capacitação do Prodeem (PRC/Prodeem) nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Goiás.

7.725 moradores de áreas rurais foram beneficiados com conexão de energia executada por Furnas como parte do Luz para Todos

Em 2015, dentro do programa de transferência patrimonial de bem público a concessionárias de energia elétrica, Furnas cedeu 18 de um total de 104 sistemas fotovoltaicos em operação, sendo 3 para a Cemig, distribuidora em Minas Gerais, 15 para a Celg, de Goiás. Os demais sistemas em operação estão sendo mantidos para posterior transferência, em conformidade com as determinações do Ministério de Minas e Energia e segundo a legislação vigente.

Na manutenção e inspeção dos sistemas, a Empresa realizou cerca de 70 deslocamentos às diversas localidades onde eles estão instalados. Foram ainda desativados cinco equipamentos situados em comunidades que foram beneficiadas pelo Programa Luz para Todos.



DESEMPENHO AMBIENTAL



Furnas reconhece que suas atividades podem levar à interferência ambiental, sendo seu compromisso conduzir suas ações respeitando o meio ambiente. Nessa direção, promove o aproveitamento dos recursos naturais de maneira sustentável e a conservação da diversidade biológica, incorporando esses aspectos às suas atividades.

A atuação da Empresa é orientada por suas políticas ambientais, que consideram aspectos legais, além de práticas e experiências acumuladas. Em 2015, foi revisada a Política Ambiental de Furnas, que datava de 1998. O novo texto está em consonância com a Política Ambiental das Empresas Eletrobras e inclui novas premissas, como a conservação do capital natural e a prevenção da poluição. [\[GRI G4-DMA\]](#)

Os investimentos em meio ambiente totalizaram R\$ 88,9 milhões. Cerca R\$ 540 mil foram destinados à compensação ambiental, referente à UHE Simplício e às LTs Macaé-Campos e Ibiúna-Bateias.

Mudanças climáticas [\[GRI G4-EC2, G4-DMA\]](#)

Em 2015, Furnas atingiu a meta de reduzir em 3% o consumo de energia elétrica e ampliar em 6% a utilização de combustíveis renováveis, com efeito direto sobre os volumes de emissões atmosféricas. Esses resultados refletem a adesão da Empresa à Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas, assumindo ações de gestão das emissões de gases de efeito estufa (GEE), prioridade a projetos de energia renovável e fomento a estudos sobre mudanças climáticas. O objetivo é identificar e compreender os impactos no setor elétrico brasileiro e buscar novas tecnologias para minimizar seus efeitos.

Além disso, completou dois anos de participação no Sistema de Comércio de Emissões da Plataforma Empresas Pelo Clima (SCE EPC), que estabelece um simulado de mercado de carbono com o objetivo de engajar as empresas brasileiras no combate às mudanças climáticas, na gestão de emissões de gases de



UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho (MG/SP)

efeito estufa (GEE) e na proposição de políticas públicas. O comércio de emissões do tipo *cap-and-trade* (limite e negociações, em inglês) já é utilizado na Europa, Austrália, Nova Zelândia, Califórnia (EUA), China e Quebec (Canadá). Nesse mercado, as empresas compram e vendem créditos de carbono dentro do limite máximo de emissões estabelecido por um conselho gestor, a partir de dados dos inventários de GEE.

A Empresa também participa da Câmara Temática de Energia e Mudança Climática do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), buscando possibilidades de avanço no tratamento do tema.

Ações pelo clima

Iniciativas para reduzir emissões de GEE:

- Uso de gás natural como combustível nas termelétricas Santa Cruz e Campos, substituindo o óleo diesel especial
- Aumento em 21% da utilização de combustível renovável (etanol) na frota veicular
- Diminuição de 5% no consumo de energia elétrica do Escritório Central
- Manutenção do projeto carros elétricos na subestação Jacarepaguá

INVESTIMENTOS EM MEIO AMBIENTE (R\$ mil) [\[GRI G4-EN31\]](#)

	2013	2014	2015
Manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente	50.796	41.167	40.257
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	49.494	33.920	37.742
Educação ambiental para a comunidade	57	857	939
Outros projetos ambientais	31.228	4.326	9.991
Total	131.575	80.270	88.929

RISCOS E OPORTUNIDADES DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS |GRI G4-EC2|

Riscos	Oportunidades
FATOR: FÍSICO	
Menor afluência de água nos reservatórios, com efeito no nível para a geração de energia hídrica	Identificação de novas fontes alternativas de geração de energia
Perdas financeiras na Geração por déficit no mecanismo de compensações GSF < 1 (déficit na geração das hidrelétricas, conhecido pela sigla em inglês GSF (<i>Generation Scaling Factor</i>))	
Perdas no setor produtivo, com potencial racionamento de energia e redução voluntária de consumo	Elaborar planos sazonais de operação e manutenção
Rompimento de barragens e queda de torres	Maximizar ganhos com a descontratação de energia para <i>hedging</i> e venda no mercado à vista
Aumento do preço de energia para o consumidor final pelo maior despacho térmico	Redirecionamento (ou aumento) dos investimentos para pesquisa e inovação voltados à eficiência e durabilidade do sistema elétrico
FATOR: REGULATÓRIO	
Custo elevado para implantação de novos procedimentos, equipamentos ou sistemas	Adoção de medidas voluntárias de melhoria em processos, antecipando-se a eventuais dispositivos legais
Multas ou medidas compensatórias não planejadas/orçadas	Aprimorar a gestão das emissões de GEE, a fim de garantir a sustentabilidade dos negócios
Perda de certificações (como ISO 14.001), em caso de não atendimento à regulamentação	Ampliar treinamentos sobre aspectos e impactos ambientais significativos para público interno e demais <i>stakeholders</i>
	Submissão de projetos de crédito de carbono



Estação de Piscicultura – UHE Furnas (MG)

Emissões |GRI G4-DMA|

Desde 2008, Furnas é membro do programa brasileiro do *Greenhouse Gas Protocol*. O GHG Protocol é uma ferramenta desenvolvida pelo *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) e pelo *World Resources Institute* (WRI) para que as empresas efetuem a medição e a gestão de suas emissões de GEE por meio de metodologia internacionalmente aceita.

Furnas tem recebido o Selo Ouro nesse programa desde 2012, que é atribuído às empresas com inventários completos e verificados por organismos acreditados pelo Inmetro, e deve manter esse reconhecimento para o Inventário de GEE do ano de 2015. Entretanto, esses dados não estavam totalmente consolidados pela holding Eletrobras até a conclusão deste Relatório de Sustentabilidade.

EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) |GRI G4-EN15, G4-EN16, G4-EN17|

			2013	2014	
		Fontes	Subtotal por fonte (tCO ₂ e)	Emissões (tCO ₂ e)	Subtotal por fonte (tCO ₂ e)
Escopo 1	Fixas	UTEs próprias	1.439.570		1.778.686,73
		Geradores	79	1.439.719	337,36
		Outras	70		99,21
	Móveis	Rodoviárias	4.124	4.145	4.528,27
		Hidroviárias	7		3,44
	Fugitivas	SF ₆	13.357		29.697
		Refrigeração	2.689	16.138	31.289,46
Subtotal escopo 1			1.460.002		1.814.944,48
Escopo 2	Consumo de eletricidade		3.285	3.285	3.184,22
	Perdas na transmissão		54.828	54.828	735.223,12
Subtotal escopo 2			545.113		738.407,34
Escopo 3	Viagens aéreas		2.181	2.181	1.492,02
	Transporte de colaboradores		31	31	82,67
Subtotal escopo 3			2.212		1.574,69
Total			2.007.327		2.554.926,51

Obs.: O inventário de 2015 não estava consolidado até a conclusão deste Relatório

Água |GRI G4-DMA|

O consumo de água totalizou 3,6 milhões de metros cúbicos em 2015, mantendo-se praticamente estável em relação ao ano anterior, sendo 91,8% proveniente de fontes superficiais. Nenhuma dessas fontes é significativamente afetada pela captação de água, uma vez que a retirada é inferior a 5% do volume médio anual de quaisquer corpos hídricos. |GRI G4-EN9|

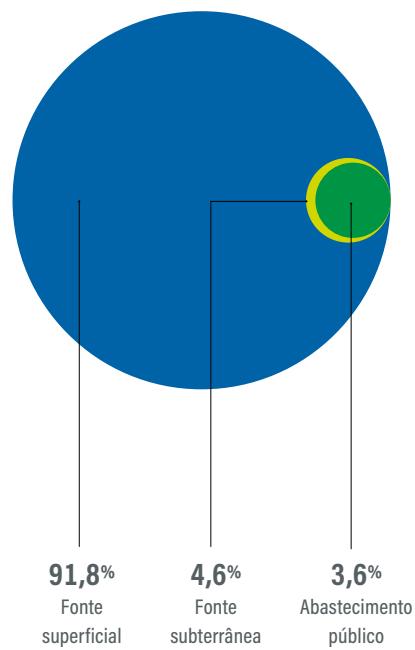
A água utilizada para a geração hidrelétrica é captada dos reservatórios e devolvida ao manancial sem alteração da sua qualidade.

Nas usinas termelétricas, a água utilizada no resfriamento dos trocadores de calor é captada de fontes superficiais. Na UTE Santa Cruz, é captada no canal de São

Francisco e, após a sua utilização, lançada no canal de Santo Agostinho. Na UTE Campos, provém de lagoa de acumulação e, na sequência, é lançada no Rio Paraíba do Sul. Em ambos os casos há pequeno acréscimo de temperatura, de acordo com normas e padrões estabelecidos pela legislação vigente. O volume de lançamento na UTE Campos corresponde a 0,17 m³/h. |GRI G4-EN26|

A subestação Ibiúna faz o reúso direto da água na lavagem de veículos e na jardinagem. Na UTE Campos, a maior parte da água filtrada é destinada ao processo de desmineralização para suprir as caldeiras da usina, onde há reposição de 5 metros cúbicos em cinco ciclos de 20 metros cúbicos cada. |GRI G4-EN10|

CONSUMO DE ÁGUA POR FONTE |GRI G4-EN8|



CONSUMO DE ÁGUA POR FONTE (m³) |GRI G4-EN8|

	2014			2015		
	Atividades administrativas	Usinas termelétricas	Total	Atividades administrativas	Usinas termelétricas	Total
Fonte superficial)	3.089.104	157.521	3.246.625	3.111.152	172.690	3.283.842
Fonte subterrânea	119.682	0	119.682	130.449	0	130.449
Abastecimento público	154.895	0	154.895	163.808	0	163.808
Total	3.363.681	157.521	3.521.202	3.405.408	172.690	3.578.098

GESTÃO DE RESÍDUOS EM 2015 (t) |GRI G4-EN23|

Destinação	Atividades administrativas	Usinas hidrelétricas	Usinas termelétricas	Transmissão
Resíduos não perigosos				
Aterro industrial	20,00	132,75	49,97	13.895,66
Compostagem	61,15	0	0	5,07
Coleta municipal	1.859,55	17,92	0	46,29
Armazenamento no local	2.077,23	246,82	522,21	924,02
Reciclagem	150,26	0	0	60,88
Reutilização	270,43	197,72	0	1.910,52
Subtotal	4.438,61	595,21	572,18	16.842,43
Resíduos perigosos				
Aterro industrial	0,40	35,52	0	17,24
Armazenamento no local	9,01	53,88	234,84	1.025,76
Coprocessamento	0	1,90	0	0
Incineração	0	11,17	0	0
Saúde	155,60	0	0	0
Subtotal	165,01	102,48	234,84	1.043,00
Total	4.603,63	697,69	807,02	17.885,43

Resíduos |GRI G4-DMA|

Em 2015 foi aprovada a Instrução Normativa de Gerenciamento de Resíduos, com foco na melhoria do desempenho ambiental da Empresa. O documento estabelece critérios para assegurar o controle e a redução de riscos às pessoas e ao meio ambiente, em conformidade com as políticas institucionais e a legislação vigente.

Os resíduos perigosos são encaminhados para empresas especializadas e credenciadas para o correto tratamento e disposição. Esses resíduos englobam óleo mineral isolante usado, acumuladores

elétricos chumboácidos esgotados e pneus de diversas medidas. Em 2015, os resíduos perigosos transportados, com movimentação interestadual pelos Centros de Distribuição e almoxarifados centrais de Furnas, somaram 72 toneladas. |GRI G4-EN25|

Coleta Seletiva Solidária

Furnas mantém uma Comissão da Coleta Seletiva Solidária, que trabalha desde 2008 para melhorar o aproveitamento de resíduos em processos de reutilização e reciclagem. Desde o início do programa, 1.454 toneladas de materiais recicláveis (papel, plástico, metal e vidro)

foram destinadas a 29 cooperativas de catadores parceiras de várias unidades da Empresa. Em 2015, destinou ao programa cerca de 150 toneladas de resíduos, contribuindo para a inclusão socioeconômica de 2,5 mil famílias de catadores.

Como parte de um Programa de Governo, a coleta seletiva é monitorada pela Secretaria Geral da Presidência da República, que faz avaliação semestral das atividades de coleta seletiva nas empresas públicas federais, como forma de assegurar a correta gestão dos resíduos e a destinação a associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Biodiversidade |GRI G4-DMA, G4-EN12|

As operações de geração e de transmissão representam potencial impacto sobre a biodiversidade nas regiões onde estão instalados os empreendimentos.

No processo de implantação de usinas hidrelétricas, os principais impactos decorrem do barramento do rio, do alagamento de suas margens e da transformação do ecossistema do trecho do rio (de rio para lago), o que pode causar alterações nos habitats da fauna e flora, como mudanças nas atividades migratórias da fauna aquática e na cadeia alimentar. Já na fase de operação, podem ocorrer alterações da qualidade das águas, proliferação de macrófitas aquáticas e mudanças na composição e na abundância da ictiofauna. Além disso, devem ser observadas as restrições à ocupação e ao uso do solo nas margens dos reservatórios, pois eles são circundados por Áreas de Preservação Permanente (APP).

Para os empreendimentos de transmissão, são adotadas medidas preventivas desde a sua concepção e definição do traçado. São evitadas áreas protegidas ou fragmentos de mata nativa, sendo utilizadas torres mais altas ou adotadas técnicas especiais de lançamento de cabos, para evitar suprimir a vegetação.

Na etapa de implantação, os impactos decorrem da abertura das estradas de acesso, da montagem das torres e do lançamento dos cabos, com redução da biomassa vegetal, fragmentação de habitats terrestres, interferência com a biota aquática e a diminuição da abundância e diversidade da fauna.

Na operação, os impactos devem-se, basicamente, à poda seletiva de árvores, feita para evitar que a vegetação interfira nas linhas, em razão da presença do campo eletromagnético. No total, 1.402 quilômetros de linhas de transmissão usam técnicas de alteamento de torre, evitando o corte raso da vegetação.

Durante a fase de construção dos empreendimentos, são realizados Programas de Gestão Ambiental, que



Viveiros de mudas (RJ)

OPERAÇÕES EM ÁREAS DE ALTA BIODIVERSIDADE (km²) |GRI G4-EN11|

	2013	2014	2015
Áreas protegidas adjacentes	160,85	164,71	164,71
Área operacional de Furnas	7.309,59	7.326,14	7.326,14
Áreas protegidas na área operacional ¹	115,12	83,69	127,17

¹O aumento da área operacional em áreas protegidas deve-se à nova base de dados cartográficos divulgada pelo MMA em 2015, que tem maior detalhamento.

Natureza Doce

Furnas apoia a conservação do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), no Rio de Janeiro, uma área protegida de 12,5 mil hectares. Passam pelo local 11 linhas de transmissão da Empresa, que mantém há três anos o Projeto Natureza Doce. A iniciativa visa à conservação de abelhas nativas da Mata Atlântica, valorizando a biodiversidade brasileira.

incluem relatórios periodicamente enviados aos órgãos ambientais responsáveis, para análise e aprovação. Já os estudos ambientais e programas de monitoramento ocorrem durante e após a construção dos empreendimentos, sendo comparados aos diagnósticos do EIA e a inventários complementares. Antes de qualquer supressão de vegetação, são realizados inventários florestais que identificam e quantificam a flora a ser suprimida. Posteriormente, são realizados os Programas de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADs) por meio dos quais a vegetação suprimida é recomposta em áreas equivalentes ou maiores. Também são implementadas outras ações físicas mitigadoras de impactos ambientais decorrentes das obras, como o controle de processos erosivos.

Recuperação florestal

Em 2015, foram produzidas 436.270 mudas de árvores nos viveiros da Empresa e plantados 74,5 hectares no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Marimbondo, Porto Colômbia, Estreito, Mascarenhas de Moraes, Furnas, Itumbiara, Corumbá, Funil e Simplício e da LT Mascarenhas-Linhares.

No ano, houve as seguintes atividades de recuperação de áreas degradadas: 2,12 hectares ($0,0212 \text{ km}^2$) no Parque Municipal Fazenda Atalaia em Macaé (RJ), na área da LT Macaé-Campos III, com o plantio de espécies nativas; e 25,4 hectares ($0,254 \text{ km}^2$), na UHE Simplício, de um total de 70 hectares reflorestados em Área de Preservação Permanente (APP) no acumulado de 2014 e 2015. [\[GRI G4-EN13\]](#)

Nas áreas da Linha de Transmissão Tijuco Preto-Itapeti-Nordeste, as atividades de recuperação ampliaram o número de espécies animais de 272 para 362. Embora aprovados pelo órgão ambiental, os levantamentos prévios podem ser insuficientes para uma estimativa acurada da biodiversidade local. [\[GRI EU13\]](#)

Conservação da ictiofauna

Desde 1979, com o intuito de minimizar os impactos causados pelos barramentos das UHEs sobre a ictiofauna, Furnas promove a criação de trairão e peixes de piracema nativos para o repovoamento dos reservatórios situados nos rios Grande e Paraná. Em 2015, foram produzidos 58.130 alevinos, dos quais 53.270 peixes de piracema.

Educação ambiental

Os Programas de Educação Ambiental (PEAs) capacitam a população direta e indiretamente afetada por empreendimentos de Furnas. A partir de diálogos com a comunidade, é possível conhecer as necessidades e potencialidades locais e, com isso, desenvolver processos educativos. Em algumas unidades, funcionários de Furnas participam dos Programas de Educação para Trabalhadores (PEATs). Em 2015, essas iniciativas envolveram o total de 3.976 pessoas (3.620 das comunidades do entorno de usinas e linhas de transmissão e 356 colaboradores).

No município de Fronteira (MG), onde está situada a Usina de Marimbondo, a população participou de mutirão de limpeza do Rio Grande. Foram desenvolvidas melhorias nas estruturas e iniciativas para conscientizar a população do Jardim Veraneio sobre uso consciente da água, plantio de espécies vegetais em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e soltura de alevinos. Houve ainda palestras e dinâmicas com as crianças da Guarda Mirim.

Em janeiro de 2015, Furnas publicou os resultados do projeto de P&D Educação Ambiental no Processo de Licenciamento: Construção Metodológica. Com base em três anos de levantamento de dados com populações das áreas de influência de linhas de transmissão e em parceria com três universidades, foi desenvolvida uma metodologia para esses processos. A metodologia foi apresentada ao Ibama e a consultorias e empresas do setor elétrico. Até o momento, foram publicados três artigos científicos sobre o estudo e realizadas apresentações em 13 congressos e seminários nacionais e internacionais.

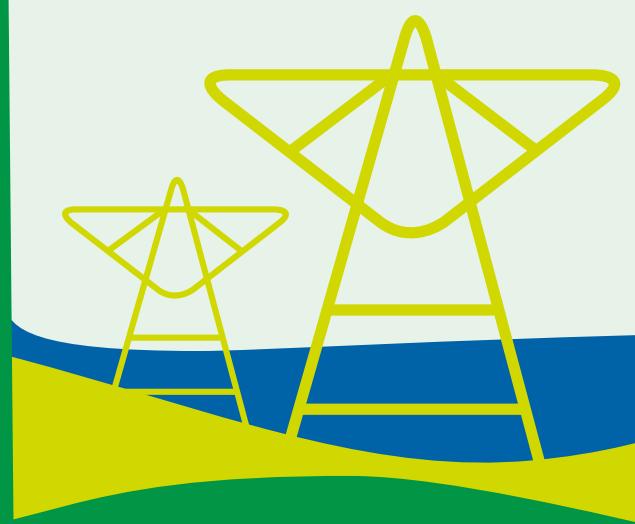
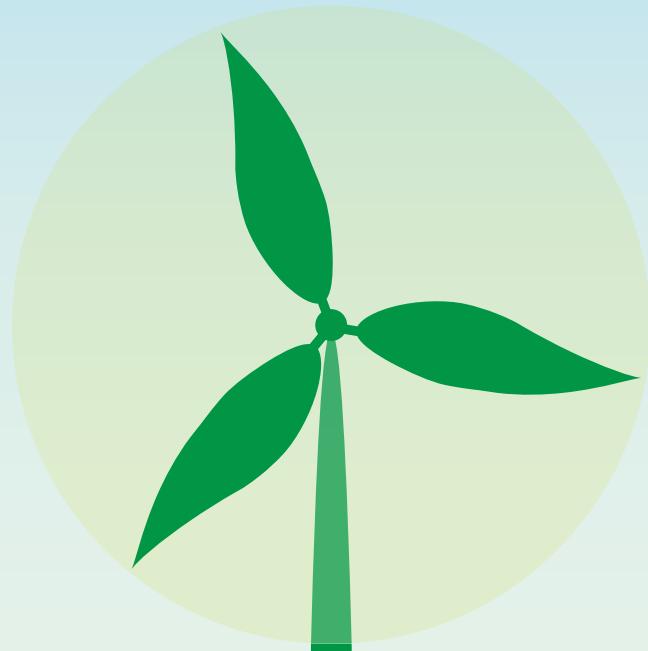
Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

Criada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), essa iniciativa governamental tem como princípios a inserção dos critérios socioambientais nas atividades administrativas e operacionais da administração pública, que vão desde a mudança na forma de comprar e contratar serviços (licitações sustentáveis) até a gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, além de promover melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho. Furnas aderiu à A3P em outubro de 2012.

Em maio de 2015, Furnas foi convidada a compor a Rede A3P Rio que reúne grupos já existentes e atuantes nas instituições públicas, agregando servidores das três esferas (federal, estadual e municipal) e dos três poderes: Executivo, Judiciário e Legislativo, na tentativa de contribuir para o combate ao desperdício e a utilização mais consciente dos recursos. Furnas participa na Coordenação Adjunta do Eixo Temático.

Em comemoração ao Dia da Reciclagem, sob o slogan: "Fique Esperto, Evite o Desperdício!", a A3P Furnas realizou uma Oficina de Aproveitamento Integral de Alimentos. A ideia foi estimular a prática de minimização de resíduos, de forma a evitar desperdício de recursos naturais e contribuir para a redução da poluição e de gastos de água e energia, entre outros. Durante o evento, foram distribuídas canecas permanentes para a reflexão e a adoção de prática cotidiana saudável e comprometida com a redução dos impactos socioambientais negativos.

ANEXOS



ATIVOS DE FURNAS

GERAÇÃO

PROPRIEDADE INTEGRAL

Usinas Hidrelétricas	Capacidade instalada (MW) GRI EU1
Empreendimentos renovados – sob administração especial – Lei nº 12.783/2013	
UHE Furnas	1.216,0
UHE Funil	216,0
UHE Porto Colômbia	320,0
UHE Marimbondo	1.440,0
UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	1.050,0
UHE Corumbá	375,0
PCH Neblina	6,47
PCH Sinceridade	1,42
PCH Dona Rita	2,41
PCH Ervália	6,97
PCH Coronel Domiciano	5,04
Empreendimentos ainda não renovados	
UHE Itumbiara	2.082,0
UHE Mascarenhas de Moraes	476,0
UHE Simplicio	305,7
UHE Batalha	52,5
PCH Anta 1	28,0
Usinas Térmicas	Capacidade instalada (MW) GRI EU1
Empreendimentos ainda não renovados	
UTE Santa Cruz	500,0
UTE Roberto da Silveira (Campos)	30,0

¹Em construção.

CONCESSÃO COMPARTILHADA (SPEs E PARCERIAS) – GERAÇÃO HIDRÁULICA

Usina	Capacidade (MW)	Participação de Furnas	Capacidade equivalente (MW) GRI EU1
UHE Serra da Mesa	1.275	48,46%	617,87
UHE Manso	212	70%	148,4
UHE Peixe Angical	498,75	40%	199,5
UHE Baguari	140	15%	21
UHE Retiro Baixo	82	49%	40,18
UHE Foz do Chapecó	855	40%	342
UHE Serra do Facão	212,58	49,47%	105,16
UHE Santo Antônio ¹	3.568,8	39%	1.391,83
UHE Teles Pires ¹	1.819,9	24,5%	445,88
UHE São Manoel ²	700	33,33%	233,31
UHE Três Irmãos ³	807,5	49,9%	402,90
UHE Inambari ⁴	2.000	19,6%	392,00

¹ Em operação parcial; ² Em construção; ³ Prestação de Serviço de O&M; ⁴ Empreendimento suspenso

EM PARCERIA - SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - GERAÇÃO EÓLICA

Complexo eólico	Nº de parques eólicos	Capacidade (MW)	Participação de Furnas	Capacidade equivalente (MW) [GRI EU1]
Em operação				
Complexo Brasventos	3	186,04	24,5%	45,82
Miaissa 3		68,47	24,5%	16,78
Rei dos Ventos I		58,45	24,5%	14,32
Rei dos Ventos III		60,12	24,5%	14,73
Em construção				
Complexo Energia dos Ventos (Fortim)	5	126	49%	61,74
Complexo Itaguaçu da Bahia	10	280	49%	137,20
Complexo Punaú/Baleia	13	255	49%	65
Complexo Famosa	4	84	49%	41,16
Complexo Famosa III	5	124	90%	111,60
Complexo Acaraú	3	76	90%	68,40
Complexo Serra do Mel	3	84	90%	75,60

TRANSMISSÃO

PROPRIEDADE INTEGRAL

Empreendimentos ainda não renovados	Características
Ibiúna-Bateias Circuito	332 km – 500 kV
Ibiúna-Bateias Circuito	332 km – 500 kV
Subtotal	664 km
Tijucó Preto-Itapeti	21 km – 345 kV
Tijucó Preto-Itapeti	21 km – 345 kV
Itapeti-Nordeste	29 km – 345 kV
Campos-Macaé	90 km – 345 kV
Subtotal	161 km
Batalha-Paracatu	85 km – 138 kV
Simplício-Rocha Leão	119 km – 138 kV
Simplício-Rocha Leão	119 km – 138 kV
Subtotal	323 km
TOTAL	1.148 km

Em 2015, entraram em operação comercial duas novas linhas e duas novas subestações, construídas sob o regime de SPE, listadas a seguir:

EM PARCERIA - SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

Empreendimento	UF	Tensão (kV)	Capacidade de Transformação (MVA)	Extensão (km)	Participação Furnas (%)
SE Niquelândia	GO	230 kV	30 MVA	-	49,00
SE Olímpica	RJ	138/13,8 kV	120 MVA	-	49,90
LT Barra da Tijuca-SE Olímpica	RJ	138 kV	-	10,8	49,90
LT Gardênia-SE Olímpica	RJ	138 kV	-	2,9	49,90

A expansão do sistema de transmissão em 2015 consistiu na construção de novas linhas e subestações, conforme tabela a seguir:

EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO

Empreendimento/Localização	SPE	Extensão da linha (km)	Participação de Furnas (%)	Previsão de entrada em operação
LT 500 kV Bom Despacho 3–Ouro Preto 2 (MG)	-	180,0	100,0	¹
LT 230 kV Mascarenhas–Linhares (ES)	-	99,0	100,0	Ago/2016
LT 230 kV Xavantes–Pirineus (GO)	-	50,0	100,0	Fev/2017
LT 230 kV Serra da Mesa–Niquelândia (GO)	Transenergia Goiás S.A.	100,0	49,0	Abr/2016
LT 230 kV Niquelândia–Barro Alto (GO)	Transenergia Goiás S.A.	88,0	49,0	Nov/2015
LT 500 kV Marimbondo II–Assis (MG/SP)	Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	296,5	49,0	Dez/2015
SE Marimbondo II	Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	-	49,0	Dez/2015
SE Assis	Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	-	49,0	Dez/2015
LT 500 kV Barreiras II – Rio das Éguas (BA)	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	244,0	24,5	Mai/2016
LT 500 kV Rio das Éguas – Luziânia (BA/MG/GO)	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	373,0	24,5	Mai/2016
LT 500 kV Luziânia – Pirapora II (GO/MG)	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	350,0	24,5	Mai/2016
SE Barreiras II	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	-	24,5	Mai/2016
SE Rio das Éguas	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	-	24,5	Mai/2016
SE Luziânia	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	-	24,5	Mai/2016
SE Pirapora 2	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	-	24,5	Mai/2016
LT Brasília Leste–Luziânia	Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A.	67	39,0	Abr/2016
LT 345 kV Samambaia–Brasília Sul (DF)	Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A.	14	39,0	Abr/2016
LT 230 kV Brasília Sul–Brasília Geral (DF)	Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A.	13,5	39,0	Abr/2016
SE 500/138 kV Brasília Leste (DF)	Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A.	-	39,0	Abr/2016
LT 230 kV Barro Alto–Itapaci (GO)	Lago Azul Transmissora S.A.	69	49,9	Nov/2016
LT 500 kV Araraquara 2–Fernão Dias	Mata de Santa Genebra Transmissora S.A.	241	49,9	Nov/2017
LT 500 kV Araraquara 2–Itatiba (SP)	Mata de Santa Genebra Transmissora S.A.	207	49,9	Nov/2017
LT 500 kV Itatiba–Bateias	Mata de Santa Genebra Transmissora S.A.	399	49,9	Nov/2017
SE 500/440 kV Fernão Dias	Mata de Santa Genebra Transmissora S.A.	-	49,9	Nov/2017
SE 500/138 kV Itatiba	Mata de Santa Genebra Transmissora S.A.	-	49,9	Nov/2017
SE 440 kV Santa Bárbara D’Oeste	Mata de Santa Genebra Transmissora S.A.	-	49,9	Nov/2017
LT 800 kV Xingu–Estreito (Bipolo 1)	Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	2.092	24,5	Fev/2018
SE 500/800 kV Xingu–Estação Conversora CA/CC	Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	-	24,5	Fev/2018
SE 800/500 kV Estreito Estação Conversora CC/CA	Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	-	24,5	Fev/2018
Barra da Tijuca–SE Olímpica	Energia Olímpica S.A.	N/d	49,9	Mai/2015
Gardênia–SE Olímpica	Energia Olímpica S.A.	N/d	49,9	Mai/2015
SE Olímpica 138/13,8 kV	Energia Olímpica S.A.	-	49,9	Mai/2015
SE Niquelândia	Luziânia Niquelândia Transmissora S.A.	-	49,0	Mar/2015

¹ Empreendimento concluído e apto a operar comercialmente, aguardando apenas a emissão da Licença de Operação pela Superintendência Regional de Meio Ambiente (Supram – MG).

EM PARCERIA - SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

SPE	Tensões (kV)	Participação de Furnas
Em operação		
Interligação Elétrica Madeira S.A.	600	24,5%
Cia. Transleste de Transmissão	345	24,5%
Cia. Transirapé de Transmissão	230	24,5%
Cia. Transudeste de Transmissão	345	25%
Transenergia São Paulo S.A.	500/138	49%
Transenergia Renovável S.A.	230/138	49%
Goiás Transmissão S.A.	500/230	49%
MGE Transmissão S.A.	500/345	49%
Caldas Novas Transmissão S.A.	345/138	49,9%
Cia. de Transmissão Centroeste de Minas	345	49%
Em construção		
Lago Azul Transmissora S.A.	230	49,9%
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	500	49%
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	500	49%
Vale do S. Bartolomeu Transmissora S.A.	500/345/230/138	39%
Transenergia Goiás S.A.	230	49%
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	800	24,5%
Luziânia–Niquelândia Transmissora S.A.	Luziânia: 500/138 Niquelândia: 230/69	49%
Mata de Santa Genebra Transmissora S.A.	500	49,9%

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS SPEs

SPE	Empresa	Participação
Acaraú - Ventos de Santa Rosa S.A.	Furnas	90,0000%
	Eólica Tecnologia	7,0000%
	Ventos Tecnologia Elétrica	2,9900%
	Ventos de Santa Rosa	0,0100%
Acaraú - Ventos de Uirapuru S.A.	Furnas	90,0000%
	Eólica Tecnologia	7,0000%
	Ventos Tecnologia Elétrica	2,9900%
	Ventos de Uirapuru	0,0100%
Acaraú - Ventos do Angelim S.A.	Furnas	90,0000%
	Eólica Tecnologia	7,0000%
	Ventos Tecnologia Elétrica	2,9900%
	Ventos do Angelim	0,0100%
Baguari Energia S.A. www.uhebaguari.com.br	Cemig	69,3878%
	Furnas	30,6122%
Baleia - Bom Jesus Eólica S.A.	FIP Caixa Milão	50,9900%
	Furnas	49,0000%
	CEOL Bom Jesus	0,0100%
Baleia - Cachoeira Eólica S.A.	FIP Caixa Milão	50,9900%
	Furnas	49,0000%
	CEOL Cachoeira	0,0100%
Baleia - Pitimbu Eólica S.A.	FIP Caixa Milão	50,9900%
	Furnas	49,0000%
	CEOL Pitimbu	0,0100%
Baleia - São Caetano Eólica S.A.	FIP Caixa Milão	50,9900%
	Furnas	49,0000%
	CEOL São Caetano	0,0100%
Baleia - São Caetano I Eólica S.A.	FIP Caixa Milão	50,9900%
	Furnas	49,0000%
	CEOL São Caetano I	0,0100%
Baleia - São Galvão Eólica S.A.	FIP Caixa Milão	50,9900%
	Furnas	49,0000%
	CEOL São Galvão	0,0100%
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	State Grid	51,0000%
	Furnas	24,5000%
	Eletronorte	24,5000%
Brasil Ventos ¹	Furnas	100,00%
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. www.brasventos.com.br	J.Malucelli Energia	51,0000%
	Furnas	24,5000%
	Eletronorte	24,5000%
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. www.brasventos.com.br	J.Malucelli Energia	51,0000%
	Furnas	24,5000%
	Eletronorte	24,5000%

SPE	Empresa	Participação
Caldas Novas Transmissão S.A.	Furnas	49,9000%
	CEL Engenharia	25,0500%
	Santa Rita	25,0500%
Central Eólica Famosa I S.A.	PF Participações	51,0000%
	Furnas	49,0000%
Central Eólica Pau Brasil S.A.	PF Participações	51,0000%
	Furnas	49,0000%
Central Eólica Rosada S.A.	PF Participações	51,0000%
	Furnas	49,0000%
Central Eólica São Paulo S.A.	PF Participações	51,0000%
	Furnas	49,0000%
Chapecoense Geração S.A. www.fozdochapeco.com.br	CPFL	51,0000%
	Furnas	40,0000%
	CEEE GT	9,0000%
Companhia Centroeste de Minas www.centroestedeminas.com.br	Cemig	51,0000%
	Furnas	49,0000%
Companhia Hidrelétrica Teles Pires www.uhetelespries.com.br	Teles Pires Participações ²	99,1000%
	Odebrecht Energia do Brasil	0,9000%
Companhia Transirapé de Transmissão www.transmineira.com.br/web/transirape	Transminas Holding	41,0000%
	Furnas	24,5000%
	Cemig	24,5000%
	EATE	10,0000%
Companhia Transleste de Transmissão www.transmineira.com.br/web/transleste	Transminas Holding	41,0000%
	Cemig	25,0000%
	Furnas	24,0000%
	EATE	10,0000%
Companhia Transudeste de Transmissão www.transmineira.com.br/web/transudeste	Transminas Holding	41,0000%
	Furnas	25,0000%
	Cemig	24,0000%
	EATE	10,0000%
Consórcio UHE Baguari	Baguari I ³	51,0000%
CSE - Centro de Soluções Estratégicas S.A.	FIP Constantinopla	50,1000%
	Furnas	49,9000%
Empresa de Energia São Manoel S.A. www.saomanoelenergia.com.br	Furnas	33,3330%
	CTG Três Gargantas (Ex-CWEI)	33,3330%
	EDP	33,3340%
Energia dos Ventos V S.A.	Furnas	99,9900%
	São Januário	0,0100%
Energia dos Ventos VI S.A.	Furnas	99,9900%
	Nossa Senhora De Fátima	0,0100%
Energia dos Ventos VII S.A.	Furnas	99,9900%
	Jandaia	0,0100%
Energia dos Ventos VIII S.A.	Furnas	99,9900%
	São Clemente	0,0100%

SPE	Empresa	Participação
Energia dos Ventos X S.A.	Alupar	99,9900%
	Horizonte	0,0100%
Energia Olímpica S.A.	Light	50,1100%
	Furnas	49,8900%
Enerpeixe S.A. www.edp.com.br/geracao-renovaveis/geracao/tocantins/enerpeixe	EDP	60,0000%
	Furnas	40,0000%
Famosa III - Geradora Eólica Arara Azul S.A.	Furnas	90,0000%
	Eólica Tecnologia	7,0000%
	Ventos Tecnologia Elétrica	2,9900%
	Geradora Eólica Arara Azul	0,0100%
	Furnas	90,0000%
Famosa III - Geradora Eólica Bentevi S.A.	Eólica Tecnologia	7,0000%
	Ventos Tecnologia Elétrica	2,9900%
	Geradora Eólica Bentevi	0,0100%
	Furnas	90,0000%
Famosa III - Geradora Eólica Ouro Verde I S.A.	Eólica Tecnologia	7,0000%
	Ventos Tecnologia Elétrica	2,9900%
	Geradora Eólica Ouro Verde I	0,0100%
	Furnas	90,0000%
Famosa III - Geradora Eólica Ouro Verde II S.A.	Eólica Tecnologia	7,0000%
	Ventos Tecnologia Elétrica	2,9900%
	Geradora Eólica Ouro Verde II	0,0100%
	Furnas	90,0000%
Famosa III - Geradora Eólica Ouro Verde III S.A.	Eólica Tecnologia	7,0000%
	Ventos Tecnologia Elétrica	2,9900%
	Geradora Eólica Ouro Verde III	0,0100%
	Iber ⁴	100,0000%
Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A.	Furnas	90,0000%
	Eólica Tecnologia	9,9900%
	Gestamp Eólica Brasil	0,0100%
Geradora Eólica Serra do Mel I S.A.	Furnas	90,0000%
	Eólica Tecnologia	9,9900%
	Gestamp Eólica Brasil	0,0100%
Geradora Eólica Serra do Mel II S.A.	Furnas	90,0000%
	Eólica Tecnologia	9,9900%
	Gestamp Eólica Brasil	0,0100%
Geradora Eólica Serra do Mel III S.A.	Furnas	90,0000%
	Eólica Tecnologia	9,9900%
	Gestamp Eólica Brasil	0,0100%
Geradora Eólica Ventos Santa Luiza SPE S.A.	Iber	100,0000%
Geradora Eólica Ventos Santa Madalena SPE S.A.	Iber	100,0000%
Geradora Eólica Ventos Santa Marcella SPE S.A.	Iber	100,0000%
Geradora Eólica Ventos Santa Vera SPE S.A.	Iber	100,0000%
Geradora Eólica Ventos Santo Antônio SPE S.A.	Iber	100,0000%
Geradora Eólica Ventos São Bento SPE S.A.	Iber	100,0000%
Geradora Eólica Ventos São Cirilo SPE S.A.	Iber	100,0000%
Geradora Eólica Ventos São João SPE S.A.	Iber	100,0000%
Geradora Eólica Ventos São Rafael SPE S.A.	Iber	100,0000%

SPE	Empresa	Participação
Goiás Transmissão S.A. www.goias-mge.com.br	Gebbras Participações Ltda.	51,0000%
	Furnas	49,0000%
Inambari Geração de Energia S.A.	OAS	51,0000%
	Eletrobras	29,4000%
	Furnas	19,6000%
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	CTEEP	51,0000%
	Furnas	24,5000%
	Chesf	24,5000%
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.	Furnas	49,0000%
	FIP Salus	49,0000%
	CVER	2,0000%
Lago Azul Transmissão S.A.	CELG GT	50,1000%
	Furnas	49,9000%
Luziânia - Niquelândia Transmissora S.A. www.lntrans.com.br	State Grid	51,0000%
	Furnas	49,0000%
Madeira Energia S.A. www.santoantonioenergia.com.br	Furnas	39,0000%
	Caixa FIP Amazônia	20,0000%
	Odebrecht Energia Do Brasil	18,6000%
	SAAG	12,4000%
	Cemig	10,0000%
Mata de Santa Genebra Transmissora S.A. www.msgtrans.com.br	COPEL GeT	50,1000%
	Furnas	49,9000%
MGE Transmissão S.A. www.goias-mge.com.br	Gebbras Participações Ltda.	51,0000%
	Furnas	49,0000%
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. www.paranaibatrans.com.br	State Grid	51,0000%
	Furnas	24,5000%
	COPEL GeT	24,5000%
Punaú - Carnaúba I Eólica S.A.	FIP Caixa Milão	50,9900%
	Furnas	49,0000%
	CEOL Carnaúba I	0,0100%
Punaú - Carnaúba II Eólica S.A.	FIP Caixa Milão	50,9900%
	Furnas	49,0000%
	CEOL Carnaúba II	0,0100%
Punaú - Carnaúba III Eólica S.A.	FIP Caixa Milão	50,9900%
	Furnas	49,0000%
	CEOL Carnaúba III	0,0100%
Punaú - Carnaúba V Eólica S.A.	FIP Caixa Milão	50,9900%
	Furnas	49,0000%
	CEOL Carnaúba V	0,0100%
Punaú - Cervantes I Eólica S.A.	FIP Caixa Milão	50,9900%
	Furnas	49,0000%
	CEOL Cervantes I	0,0100%
Punaú - Cervantes II Eólica S.A.	FIP Caixa Milão	50,9900%
	Furnas	49,0000%
	CEOL Cervantes II	0,0100%

SPE	Empresa	Participação
Punaú - Punaú I Eólica S.A. www.prunau.com.br	FIP Caixa Milão	50,9900%
	Furnas	49,0000%
	CEOL Punaú I	0,0100%
Rei Dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. www.brasventos.com.br	J.Malucelli Energia	51,0000%
	Furnas	24,5000%
	Eletronorte	24,5000%
Retiro Baixo Energética S.A. www.rbe.com.br/rbe	Cemig	49,9000%
	Furnas	49,0000%
	Orteng	1,1000%
Santo Antônio Energia S.A.	Mesa ⁵	100,0000%
Serra do Facão Energia S.A. www.sefac.com.br	Furnas	49,4737%
	Alcoa	34,9737%
	DME	10,0877%
	Camargo Corrêa	5,4649%
Teles Pires Participações S.A. www.uhetelespries.com.br	Neoenergia	50,5600%
	Furnas	24,7200%
	Eletrosul	24,7200%
Tijoá Participações e Investimentos S.A.	FIP Constantinopla	50,1000%
	Furnas	49,9000%
Transenergia Goiás S.A. www.transenergia.com.br/Grupo/Goias	Furnas	99,0000%
	J.Malucelli Energia	1,0000%
Transenergia Renovável S.A. www.transenergia.com.br	Gebbras Participações Ltda.	51,0000%
	Furnas	49,0000%
Transenergia São Paulo S.A. www.transenergia.com.br/Grupo/SaoPaulo	Gebbras Participações Ltda.	51,0000%
	Furnas	49,0000%
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	FIP Caixa Milão	51,0000%
	Furnas	49,0000%
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	FIP Caixa Milão	51,0000%
	Furnas	39,0000%
	CELG GT	10,0000%

¹ Subsidiária integral de Furnas. Compreende o "Complexo Acaraú" (Geradora Eólica Ventos de Uirapuru S.A., Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.), o "Complexo Famosa III" (Geradora Eólica Arara Azul S.A., Geradora Eólica Bentevi S.A., Geradora Eólica Ouro Verde I S.A., Geradora Eólica, Geradora Eólica Ouro Verde II S.A e Geradora Eólica Ouro Verde III S.A.) e o "Complexo Serra do Mel S.A." (Geradora Eólica Serra do Mel I S.A., Geradora Eólica Serra do Mel II S.A. e Geradora Eólica Serra do Mel III S.A.).

² Grupo Neoenergia (50,1%), Furnas (24,5%) e Eletrosul (24,5%).

³ O Consórcio UHE Baguari tem como acionistas "Baguari I - Grupo Neoenergia" com 51% de participação e a SPE Baguari Energia S.A. com 49% de participação. A "SPE Baguari Energia S.A." tem Furnas (30,6122%) e Cemig (69,3878%) como acionistas.

⁴ Holding Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A. (Iber). A Geradora Itaguaçu da Bahia SPE S.A. tem a seguinte estrutura societária: Furnas (49%), FIP Salus (49%) e Casa dos Vents (2%).

⁵ "Mesa – Madeira Energia S.A." tem como acionistas Furnas (39%), Cemig (10%), SAAG Investimentos S.A. (12,40%), Caixa FIP Amazônia (20%) e Odebrecht (18,60%).

INDICADORES GRI

GESTÃO DE PESSOAS

COLABORADORES POR GÊNERO E REGIÃO |GRI G4-10|

	2014				2015			
	Empregados efetivos		Empregados não efetivos		Empregados efetivos		Empregados não efetivos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sudeste	2.432	496	739	407	2.452	506	655	366
Sul	140	7	17	2	139	7	11	2
Norte	12	0	7	0	12	0	7	0
Centro-Oeste	384	46	124	34	385	47	110	27
Total	2.968	549	887	443	2.988	560	783	395
Total geral		3.517		1.330		3.548		1.178

COLABORADORES POR ESTADO |GRI G4-10|

	Empregados efetivos	Empregados não efetivos	Estagiários	Total
Sudeste	2.958	1.021	391	4.370
Rio de Janeiro	1.915	725	328	2.968
Minas Gerais	547	154	29	730
São Paulo	437	137	32	606
Espírito Santo	59	5	2	66
Centro-Oeste	432	137	28	597
Distrito Federal	158	53	13	224
Goiás	262	76	15	353
Mato Grosso	12	8	0	20
Sul	146	13	2	161
Paraná	146	13	2	161
Norte	12	7	1	20
Rondônia	5	5	1	11
Tocantins	7	2	0	9
Total		3.548		5.148
		1.178		

INDICADORES DE DIVERSIDADE * [GRI G4-LA12]

	Homens		Mulheres		Total	
	Nº de empregados	%	Nº de empregados	%	Nº de empregados	%
Funções gerenciais	202	100	43	100	245	100
Brancos	179	88,6	39	90,7	218	89,0
Pretos	5	2,5	2	4,7	7	2,9
Pardos	16	7,9	2	4,7	18	7,3
Amarelos	2	1,0	0	0,0	2	0,8
Indígenas	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Não declarada	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Pessoas com deficiência	0	0	0	0	0	0
Empregados	2.786	100	517	100	3.303	100
Brancos	1.996	71,6	424	82,0	2420	73,3
Pretos	149	5,3	16	3,1	165	5,0
Pardos	581	20,9	66	12,8	647	19,6
Amarelos	37	1,3	7	1,4	44	1,3
Indígenas	11	0,4	1	0,2	12	0,4
Não declarada	12	0,4	3	0,6	15	0,5
Pessoas com deficiência	22	0,8	2	0,4	24	0,7
Faixa etária	2.988	100	560	100	3.548	100
Até 30 anos	104	3,5	31	5,5	135	3,8
De 30 a 50 anos	1.655	55,4	334	59,6	1.989	56,1
Mais de 50 anos	1.229	41,1	195	34,8	1.424	40,1

* Empregados efetivos

ROTATIVIDADE * [GRI G4-LA1]

	Nº total de empregados na função	Nº de admitidos	Nº de desligados	Taxa de rotatividade (%)
Por gênero				
Masculino	2.988	37	17	0,90
Feminino	560	14	3	1,52
Total	3.548	51	20	1,00
Por idade				
Até 30 anos	135	10	2	4,44
De 31 a 40 anos	915	26	6	1,75
De 41 a 50 anos	1.074	5	4	0,42
Mais de 50 anos	1.424	10	8	0,63
Por região				
Sudeste	2.958	44	18	1,05
Sul	146	0	0	0,00
Norte	12	0	0	0,00
Centro-Oeste	432	7	2	1,04

* Empregados efetivos

LICENÇA-MATERNIDADE E PATERNIDADE [GRI G4-LA3]

	2014		2015	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Empregados efetivos que saíram em licença	75	21	69	18
Empregados efetivos que retornaram ao trabalho após o término da licença	75	21	69	18
Empregados efetivos que ainda estavam empregados 12 meses após o seu regresso ao trabalho	75	21	69	18
Taxas de retorno após o término da licença	100%	100%	100%	100%
Taxas de retenção 12 meses após o término da licença	100%	100%	100%	100%

APOSENTADORIA NOS PRÓXIMOS 5 A 10 ANOS [GRI EU15]

	Nº de empregados	Próximos 5 anos		Próximos 10 anos	
		Número	% do total	Número	% do total
Por categoria					
Cargo gerencial	245	126	51,43	152	62,04
Cargos com exigência de nível universitário	1.241	419	33,76	565	45,53
Cargos sem exigência de nível universitário	2.062	968	46,94	1.195	57,95
Por região					
Sudeste	2.958	1.229	41,55	1.562	52,81
Sul	146	87	59,59	92	63,01
Norte	12	1	8,33	2	16,67
Centro-Oeste	432	196	45,37	256	59,26

MÉDIA SALARIAL DAS MULHERES EM RELAÇÃO À DOS HOMENS (R\$) [GRI G4-LA13]

	2015		
	Homens	Mulheres	Relação
Função gerencial (Remuneração média) ¹	24.176,53	24.841,44	1,03
Cargo com nível superior (Salário médio)	10.790,11	9.185,76	0,85
Cargo sem nível superior (Salário médio)	5.819,42	5.656,01	0,97

¹ Salário + gratificação de função

COMPARATIVO COM O SALÁRIO MÍNIMO LOCAL [GRI G4-EC5]

	2013	2014	2015
Salário mais baixo da organização (masculino) R\$	1.361,53	1.471,76	1.615,90
Salário mais baixo da organização (feminino) R\$	2.184,70	2.432,39	2.710,04
Salário mínimo local estabelecido oficialmente pelo governo R\$	678,00	724,00	788,00

ACIDENTES POR REGIÃO |GRI G4-LA6|

	Sudeste		Centro-Oeste		Sul		Norte	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Número de horas trabalhadas	5.919.816	5.927.832	861.720	865.728	292.584	294.588	24.048	24.048
Número de dias perdidos	499	50	0	0	0	0	0	0
Número de lesões com afastamento	5	13	0	0	0	0	0	0
Número de lesões sem afastamento	6	11	0	0	0	0	0	0
Taxa de frequência de acidentes	1,55	1,56	0	0	0	0	0	0
Taxa de gravidade de acidentes	70	7	0	0	0	0	0	0
Óbitos	0	0	0	0	0	0	0	0

DIREITOS HUMANOS**QUEIXAS RELACIONADAS A DIREITOS HUMANOS** |GRI G4-HR12|

	2014	2015
Total (registradas no ano + pendentes ano anterior)	29	39
Pendentes do ano anterior	4	2
Pendentes do ano	2	2
Resolvidas	27	37
Registradas (no ano)		
Stakeholders externos	5	5
Stakeholders internos	20	31
Stakeholders não identificados	0	1
Gênero: mulheres	8	9
Gênero: homens	17	25
Grupos minoritários (discriminação)	0	1
Não identificados	-	2
Resolvidas (no ano)		
Stakeholders externos	5	5
Stakeholders internos	22	31
Stakeholders não identificados	-	1
Gênero: mulheres	8	9
Gênero: homens	19	25
Grupos minoritários (discriminação)	0	1
Não identificados	-	2
Procedentes		
Discriminação (origem étnica, cor, sexo, orientação sexual, religião, ideologia, nacionalidade ou origem social)	1	1
Direitos humanos (trabalho em condições degradantes, forçado, escravo ou análogo à condição de escravo, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes)	14	0

Obs.: Das oito manifestações recebidas pela Ouvidoria relacionadas a direitos humanos, cinco referiam-se à utilização de balsas em Minas Gerais, no que tange ao direito de ir e vir, a qual foi submetida para análise, tendo sido tomadas as devidas providências. Houve uma demanda sobre falta de atendimento pelo Programa Luz Para Todos, também解决ada, e duas sobre restrição de locomoção por pessoas com deficiência, tendo sido atendidas com providências de igualdade de tratamento.

GESTÃO DE FORNECEDORES

IMPACTOS NA CADEIA DE FORNECEDORES |GRI G4-S010, G4-HR11, G4-LA15, G4-EN33|

Riscos ou impactos potenciais	Categorias relevantes de fornecimento	Principais exigências licitatórias, contratuais e legais	Políticas, diretrizes, princípios e controles	
DIREITOS HUMANOS	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho infantil • Trabalho forçado ou compulsório • Discriminação no ambiente de trabalho (gênero, raça, orientação sexual, etc.) • Assédio sexual e moral • Coibição à liberdade de associação 	<ul style="list-style-type: none"> • Mão de obra • Engenharia e construção • Equipamentos • Consultoria (engenharia, gestão, TI) 	<ul style="list-style-type: none"> • Cláusula contratual, com compromisso de cumprir políticas e diretrizes de Furnas • Declaração de não empregar menor de 16 anos (exceto em condição de aprendiz), menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre • Declaração de não manter trabalho forçado ou análogo ao escravo • Respeito ao direito de liberdade de associação e negociação coletiva 	
PRÁTICAS TRABALHISTAS	<ul style="list-style-type: none"> • Não pagamento de salários • Não pagamento de direitos trabalhistas (INSS, FGTS, férias, dissídio, entre outros) • Não pagamento de outros benefícios previstos em contrato 	<ul style="list-style-type: none"> • Mão de obra • Engenharia e construção • Equipamentos • Consultoria (engenharia, gestão, TI) 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de certidões atualizadas • Comprovação de atendimento às obrigações trabalhistas, tributárias, fiscais e previdenciárias • Cláusula na qual Furnas pode efetuar diligências e auditorias nas instalações dos fornecedores • Cumprimento da Lei 8.666/93 sobre condições de trabalho 	
PRÁTICAS TRABALHISTAS/ SAÚDE E SEGURANÇA	<ul style="list-style-type: none"> • Acidentes de trabalho • Não uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) • Condições inadequadas e insalubres de alojamento e trabalho • Risco de doenças endêmicas ou sexualmente transmissíveis • Dificuldade de locomoção para o local de trabalho • Alimentação inadequada, entre outros 	<ul style="list-style-type: none"> • Mão de obra • Engenharia e construção • Equipamentos • Consultoria (engenharia, gestão, TI) • Comissionamento de equipamentos • Transportadoras de materiais tóxicos e perigosos • Insumos (óleo e gás) 	<ul style="list-style-type: none"> • Cláusula contratual de manter Comitê Permanente de Prevenção de Acidentes • Cláusulas que exigem o cumprimento das Normas de Segurança e Higiene do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego • Procedimentos-padrão de Segurança e Higiene Industrial 	<ul style="list-style-type: none"> • Política de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional • Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) e Comitês Permanentes de Prevenção de Acidentes • Comitê de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional • Campanhas e treinamentos • Termo de Compromisso com as Diretrizes da OCDE

Riscos ou impactos potenciais	Categorias relevantes de fornecimento	Principais exigências licitatórias, contratuais e legais	Políticas, diretrizes, princípios e controles	
SOCIAIS/CORRUPÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Pagamento de favores ou propinas 	<ul style="list-style-type: none"> • Mão de obra • Engenharia e construção • Equipamentos • Consultoria (engenharia, gestão, TI) 	<ul style="list-style-type: none"> • Cláusula contratual, com compromisso de cumprir políticas e diretrizes de Furnas 	
AMBIENTAIS E SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Impactos na biodiversidade • Poluição (sonora, atmosférica, geração de resíduos) • Contaminação do solo e da água (resíduos sólidos e efluentes líquidos) • Deslocamento de famílias (na fase de construção) • Alteração das condições de moradia e emprego • Impactos na infraestrutura (saúde, transporte, educação, etc.) • Interferência sobre estruturas sociais e cultura local 	<ul style="list-style-type: none"> • Mão de obra • Engenharia e construção • Equipamentos • Consultoria (engenharia, gestão, TI) • Comissionamento (fornecedores de equipamentos) • Transportadoras de materiais tóxicos e perigosos • Insumos (óleo e gás) • Transporte de equipamentos (carga excepcional indivisível) 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo de Impactos Ambientais (EIA) – ações necessárias para prevenir e/ou mitigar os possíveis impactos identificados • Licenças ambientais • Exigência do cadastro de motosserras e demais equipamentos no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) • Cláusulas em contratos que preveem as ações cabíveis • Cláusula contratual com requisitos ambientais específicos para as atividades desenvolvidas • Pré-qualificação de proponentes para atendimento de requisitos ambientais 	<ul style="list-style-type: none"> • Código de Ética das Empresas Eletrobras • Princípios e Normas de Conduta Empresarial na relação de Furnas com os seus Fornecedores • Termo de Compromisso com as Diretrizes da OCDE para as Empresas multinacionais, assinado pela Eletrobras • Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras

GESTÃO AMBIENTAL

LINHAS DE TRANSMISSÃO EM ÁREAS DE CONSERVAÇÃO |GRI G4-EN11

Classe de tensão	(km ²)	Classe de tensão	(km ²)
25 kV	1,23	500 kV	46,18
138 kV	7,68	600 kV	7,08
230 kV	2,37	750 kV	12,51
345 kV	50,13	Total	127,17

BIODIVERSIDADE - USINAS EM OPERAÇÃO |GRI G4-EN11

Área total inundada (km ²)	Valor da biodiversidade	Usinas que interceptam áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade (APCBs)
Baguari (MG)	16,06	
Batalha (MG/GO)	137,57	Cerrado <i>latu sensu</i>
Corumbá (GO)	65,00	Cerrado <i>latu sensu</i>
Foz do Chapecó (SC/RS)	79,90	
Funil (RJ)	40,00	Vegetação secundária em estágio inicial a avançado de Mata Atlântica
Furnas (MG)	1.440,00	Cerrado <i>latu sensu</i> Franca/Poços de Caldas – Prioridade: extremamente alta
Itumbiara (MG)	778,00	Rio Paranaíba – Prioridade: insuficientemente conhecida Alto Paraná – Prioridade: muito alta
Luiz Carlos Barreto de Carvalho (SP)	46,70	Campos e pastagens, cultivos agrícolas, vegetação arbórea e arbustiva e solos rochosos expostos ou em preparo
Manso (MT)	427,00	Cerrado <i>latu sensu</i>
Marimbondo (MG)	438,00	Cerca de 6% da área da bacia hidrográfica é composta de vegetação natural remanescente (mata nativa) Barretos – Prioridade: extremamente alta
Mascarenhas de Moraes (MG)	250,00	Campo limpo, campo sujo, campo Cerrado, Cerrado, Mata Ciliar e campos de altitude
Peixe Angical (TO)	294,10	Médio Tocantins – Prioridade: extremamente alta Sul Tocantins/Região Conceição Manuel Alves – Prioridade: insuficientemente conhecida
Porto Colômbia (MG)	143,00	Cerrado <i>latu sensu</i> e florestas mesófilas semidecíduas
Retiro Baixo (MG)	22,58	
Serra da Mesa (GO)	1.784,00	Cerrado <i>latu sensu</i> Serra da Mesa – Prioridade: extremamente alta Rio das Almas – Prioridade: extremamente alta
Serra do Facão (GO/MG)	232,37	
Simplício (RJ/MG)	117,00	Pastagens e remanescentes florestais de Mata Atlântica. Aproveitamento Múltiplo Vale do Médio Paraíba – Prioridade: extremamente alta
Total	6.311,28	

BIODIVERSIDADE - LINHAS DE TRANSMISSÃO EM OPERAÇÃO EM APCBs |GRI G4-EN11|

Classe de tensão	Área total (km²)	Área que intercepta APCBs (km²)	Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade (APCBs)
138 kV	42,07	5,16	Serra dos Órgãos (prioridade extremamente alta); Poço das Antas (extremamente alta); Alto Paraná (muito alta)
230 kV	73,77	24,18	Rio Paranaíba (insuficientemente conhecida); Alto Paraná (muito alta); Serra da Mesa (extremamente alta); Rio das Almas (extremamente alta); Pirenópolis (muito alta); Goiânia (extremamente alta); Distrito Federal e Entorno (extremamente alta)
345 kV	278,3	83,01	Estuário/Manguezal de Vitória até a Ilha das Garças (muito alta); Reserva Ecológica de Jacarenema até o Manguezal de Guarapari (extremamente alta); Rio Paranaíba (insuficientemente conhecida); Furnas do Bom Jesus (muito alta); Serra dos Rosas (alta); Franca Poços de Caldas (extremamente alta); Serra dos Órgãos (extremamente alta); Poço das Antas (extremamente alta); Serra da Mantiqueira (extremamente alta); Tijuca (extremamente alta); Serra da Bocaina (extremamente alta); Serra da Cantareira (extremamente alta); Morro Grande (extremamente alta); Baixada Santista (extremamente alta); Região de Santa Terezinha Duas Bocas (extremamente alta); Região de Ouro Preto e Serra do Caraça (extremamente alta); Fazenda Pindobas IV e Fragmentos de Afonso Cláudio (extremamente alta); Restinga de Setiba (alta); Usina Paineiras (muito alta); Serra das Torres (muito alta); Alto Paraná (muito alta); Pirenópolis (muito alta); Goiânia (extremamente alta); Distrito Federal e Entorno (extremamente alta); Nordeste de SP (extremamente alta)
500 kV	241,17	58,47	Rio Paranaíba (insuficientemente conhecida); Franca Poços de Caldas (extremamente alta); Serra da Mantiqueira (extremamente alta); Tijuca (extremamente alta); Serra da Bocaina (extremamente alta); Serra do Japi (extremamente alta); Baixada Santista (extremamente alta); Alto Paranapanema (insuficientemente conhecida); Alto Médio Rio Tibagi/Alto Rio Iguaçu (alta); várzeas e cabeceiras do Rio Iguaçu e Vila Velha (extremamente alta); Triângulo Mineiro (extremamente alta); Médio Tocantins (extremamente alta); Serra da Mesa (extremamente alta); Chapada dos Veadeiros (extremamente alta); Distrito Federal e entorno (extremamente alta); Vale do Paraíba (insuficientemente conhecida); Campinas(alta);
600 kV	148,9	42,39	Alto Paranapanema (insuficientemente conhecida); Alto Médio Rio Tibagi/Alto Rio Iguaçu (alta); Jaguariaíva, Sengés (muito alta); Itararé (insuficientemente conhecida); Itapeva (alta)
750 kV	230,61	0,00000008	Alto do Paranapanema (prioridade insuficientemente conhecida)
Total	1.014,85	213,21	

ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO |GRI G4-EN14|

Risco de extinção	Grupo	Nº de espécies	IUCN	Ministério do Meio Ambiente (2014)	
			Espécies	Nº de espécies	Espécies
LT 345 kV Tijuco Preto-Itapeti-Nordeste (Mogi das Cruzes e Itaquaquecetuba/SP)					
Quase ameaçadas	Aves	3	<i>Drymophilaochropyga, Phylloscartesdifficilis, Hemitriccusorbitatus</i>	-	
	Mamíferos	1	<i>Hylaeamyslaticeps</i>	-	
	Anfíbios	-		-	
	Répteis	-		-	
Criticamente ameaçadas de extinção	Aves	-		-	
	Mamíferos	-		-	
	Anfíbios	-		-	
	Répteis	-		-	
Ameaçadas	Aves	-		1	<i>Sporophilafrontalis</i>
	Mamíferos	-		1	<i>Callithrixaurita</i>
	Anfíbios	-		-	
	Répteis	-		-	
Vulneráveis	Aves	2	<i>Procniasnudicollis, Sporophilafrontalis</i>	-	
	Mamíferos	6	<i>Puma concolor, Leoparduspardalis, Leopardustigrinus, Myotisruber, Bradypusotorquatus, Callithrixaurita</i>	4	<i>Leopardustigrinus, Bradypusotorquatus, Puma concolor, Myotisruber</i>
	Anfíbios	-		-	
	Répteis	-		-	
Deficiente de Dados	Aves	-			
	Mamíferos	1	<i>Lontra longicaudis</i>		
	Anfíbios	-			
	Répteis	-			
Total		13		6	

ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO |GRI G4-EN14|

Risco de extinção	Grupo	Nº de espécies	IUCN	Ministério do Meio Ambiente (2014)	
			Espécies	Nº de espécies	Espécies
UHE Batalha (Cristalina/GO e Paracatu/MG)					
Quase ameaçadas	Aves	5	<i>Rhea americana, Alipiopsittaxanthops, Aratingaauricapillus, Charitospizaeucosma</i>	-	
	Mamíferos	4	<i>Myrmecophagatridactyla, Chrysocyonbrachyurus, Leoparduscolocolo, Ozotocerusbezoarticus</i>	-	
	Anfíbios	-		-	
	Répteis	-		-	
Criticamente ameaçadas de extinção	Aves	-		-	
	Mamíferos	-		-	
	Anfíbios	-		-	
	Répteis	-		-	
Ameaçadas	Aves	1	<i>Craxfasciolata</i>	2	<i>Phylloscartesroquettei, Coryphaspizamelanotis</i>
	Mamíferos	-		1	<i>Leopardustigrinus</i>
	Anfíbios	-		-	
	Répteis	-		-	
Vulneráveis	Aves	1	<i>Coryphaspizamelanotis</i>	-	
	Mamíferos	3	<i>Priodontesmaximus, Leopardustigrinus, Tapirusterrestris</i>	9	<i>Priodontesmaximus, Myrmecophagatridactyla, Lycalopexvetulus, Chrysocyonbrachyurus, Leoparduscolocolo, Puma yagouaroundi, Puma concolor, Ozotocerusbezoarticus e Tapirusterrestris</i>
	Anfíbios	-		-	
	Répteis	1	<i>Chelonoidiscarbonaria</i>	-	
Deficiente de dados	Aves	-			
	Mamíferos	3	<i>Lontra longicaudis, Mazama americana, Dasyproctaazarae</i>		
	Anfíbios	-			
	Répteis	-			
Total		18		12	

BIODIVERSIDADE DE HABITATS DE SUBSTITUIÇÃO |GRI EU13|

	Antes (levantamento prévio/inventário)	Depois (monitoramento)
LT Tijuco Preto-Itapeti-Nordeste		
Nº de espécies animais	272	362
Anfíbios	27	46
Répteis	6	15
Aves	202	237
Mamíferos	37	64
Nº de espécies vegetais	142	ND
UHE Batalha		
Nº de espécies animais	408	374
Anfíbios	38	30
Répteis	44	25
Aves	271	242
Mamíferos	55	77
Nº de espécies vegetais	161	125

Nota: Na LT Tijuco Preto-Itapeti-Nordeste houve diferença amostral entre os dados prévios e os de monitoramento. Já no caso da UHE Batalha, a redução no número de espécies na maioria dos grupos pode ser explicada pela mudança da equipe técnica que realizou o levantamento prévio e o monitoramento ou pela redução das áreas monitoradas. No caso da flora de Batalha, as áreas de monitoramento foram menores que as de inventário, o que pode explicar a menor quantidade posterior de espécies.

QUALIDADE E VOLUME DE ÁGUA DESCARTADA (m³) |GRI G4-EN22|

	UTE SANTA CRUZ	UTE CAMPOS
Destinação	Canal de Santo Agostinho	Rio Paraíba do Sul
Descartes planejados (m³)		
Efluente tratado	9.477,60	1.500,00
Efluente sem necessidade de tratamento	153.720,00	-
Qualidade do descarte		
Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO)	4,045 mg/l	10,13 mg/l
Resíduos sedimentáveis (RS)	< 0,1 ml/l	< 0,1 ml/l
Demanda Química de Oxigênio (DQO)	15,25 mg/l	31,75 mg/l
Óleos e graxas totais	< 10,0 mg/l	4,16 mg/l
Resíduos Não Filtráveis Totais (RNFT)	36,5 mg/l	4,37 mg/l
pH	6,37	7,99
Temperatura	28,40 °C	32,78 °C
Cromo total	< 0,01 mg/l	< 0,01 mg/l
Alumínio total	0,208 mg/l	0,31 mg/l
Manganês total	0,544 mg/l	0,105 mg/l
Chumbo total	0,012 mg/l	0,01 mg/l

(*) Só ocorreram descartes planejados

INDICADORES ANEEL

Dimensão geral

Dados técnicos (insumos, capacidade de produção, vendas, perdas)	2015	2014	2013
Número de empregados efetivos	3.548	3.517	3.547
Número de empregados não efetivos	1.178	1.330	1.399
Energia gerada (GWh)	40.174	42.186	35.371
Energia comprada (GWh)	3.536	3.332	4.159
Perdas elétricas globais (GWh)	-	ND	ND
Perdas elétricas – Total (%) sobre o requisito de energia [GRI EU12]	1,11%	1,05%	1,62%
Perdas técnicas – (%) sobre o requisito de energia [GRI EU12]	2,35%	2,19%	2,17%
Capacidade instalada em geração (MW) – próprio e em parcerias	11.161	10.888	10.366
Energia vendida (GWh)	38.831	40.561	42.231
Ambiente de Contratação Regulado (ACR)	36.441	NI	NI
Ambiente de Contratação Livre (ACL)	2.390	NI	NI
Subestações (em unidades) [GRI EU1]	70	68	63
Capacidade instalada (MVA) [GRI EU1]	119.118	118.243	109.865
Linhas de transmissão (em km) [GRI EU4]	24.154	24.140	23.843
Próprias de Furnas (em km) [GRI EU4]	19.907	19.907	19.868
Linhas em parceria (em km) [GRI EU4]	4.247	4.233	3.975
Venda de energia por capacidade instalada (GWh/MW*No horas/ano) – geração	0,00041	0,00044	0,00039
Energia vendida por empregado (MWh/empregado)	10.944	11.533	11.906
Valor adicionado/GWh Vendido (R\$ mil)	100,01	71,18	54,66

Dimensão governança corporativa

ADMINISTRADORES

	2015				2014				2013			
	CA	DE	CF	Total	CA	DE	CF	Total	CA	DE	CF	Total
Número de membros	6	6	3	15	6	6	3	15	6	6	3	15
Remuneração Fixa Anual (R\$ mil)	315,8	2.912,5	162,5	3.390,8	279,4	3.029,9	139,7	3.449,0	285,7	2.814,4	143,1	3.243,1
Salário ou pró-labore	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios diretos ou indiretos ¹												
Participações em comitês	0	71,3	0	71,3	0	77,2	0	77,2	0	238,4	0	238,4
Outros - Prev. Privada (FRG)		172,5		172,5		118,4		118,4		133,0		133,0
Descrição de outras numerações fixas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Remuneração Variável (R\$ mil)	0	0	0	0	0	0	0	0	341,0		341,0	
Bônus	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Participação em resultados ²	0	0	0	0	0	0	0	0	341,0		341,0	
Participação em reuniões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

¹ Incluem auxílio-moradia e reembolsos escolares . Em 2013, incluiu auxílio-transferência de um dos diretores.

² Valor de 2013 reflete pagamento de PLR a diretores, que foi suspenso pelo Dest a partir de 2014.

Dimensão econômico-financeira

Demonstração do Valor Adicionado GRI 64-EC1 	Em milhares de reais 2015	Em milhares de reais 2014
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	7.150.391	6.877.048
Outras Receitas Operacionais	196.861	181.292
Insumos		
Custo de Energia Comprada	-926.291	-1.942.894
Materiais	-38.529	-32.035
Serviços de Terceiros	-837.496	-727.175
Outros Custos Operacionais	-1.712.084	-1.428.477
Valor Adicionado Bruto	3.832.852	2.927.759
Depreciação e Amortização	-244.517	-222.476
Constituição/Reversão de Provisões	-383.693	488.546
Valor Adicionado Líquido Gerado	3.204.642	3.193.829
Receitas Financeiras (Transferências)	363.615	580.759
Equivalência Patrimonial	315.391	-887.111
Valor Adicionado a Distribuir	3.883.648	2.887.477
Distribuição do Valor Adicionado	1.148.167	1.097.419
Remuneração do Trabalho	911.622	933.862
Governo (Impostos e Contribuições)	1.666.136	1.038.754
Encargos Financeiros e Variação Monetária	228.010	223.096
Encargos Setoriais	3.883.648	2.887.477
Lucros (Prejuízos) Retidos	-70.287	-405.654
Total da Distribuição do Valor Adicionado	3.883.648	2.887.477
<hr/>		
Investimentos	2015	2014
	R\$ milhões	Δ%
Geração		R\$ milhões
Modernização e manutenção	73	- 34,2%
Expansão (própria)	19	- 53,7%
Expansão (SPEs)	571	- 53,1%
Outros	16	-
TOTAL	1.652	- 28,4%
Transmissão		R\$ milhões
Modernização e manutenção	221	- 57,6%
Expansão (própria)	287	237,6%
Expansão (SPEs)	352	46,1%
Outros	113	24,2%
TOTAL	1.652	- 28,4%
		2.308

Dimensão social e setorial

INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

	2015	2014	2013
Empregados/empregabilidade/administradores			
a) Informações gerais			
Número total de empregados efetivos GRI G4-10	3.548	3.517	3.547
Homens	2.988	2.968	2.995
Mulheres	560	549	552
Sudeste	2.958	2.928	2.943
Centro-Oeste	432	430	423
Sul	146	147	158
Norte	12	12	23
Número de empregados não efetivos (terceirizados, subcontratados, autônomos) por tipo de emprego, contrato de trabalho e região GRI G4-10	1.178	1.330	1.339
Homens	783	887	892
Mulheres	395	443	447
Sudeste	1.021	1.146	1.156
Centro-Oeste	137	158	158
Sul	13	19	19
Norte	7	7	6
Empregados efetivos até 30 anos de idade (%) GRI G4-LA12	3,8%	4,7%	7,0%
Empregados efetivos com idade entre 31 e 40 anos (%) GRI G4-LA12	25,8%	27,9%	28,0%
Empregados efetivos com idade entre 41 e 50 anos (%) GRI G4-LA12	30,3%	31,0%	32,0%
Empregados efetivos com idade superior a 50 anos (%) GRI G4-LA12	40,1%	36,4%	33,0%
Número de mulheres em relação ao total de empregados efetivos (%)	15,8%	15,6%	15,6%
Mulheres em cargos gerenciais – em relação ao total de cargos gerenciais (%)	17,6%	17,7%	20,6%
Empregadas efetivas negras (pretas e pardas) – em relação ao total de empregados efetivos (%)	2,4%	2,3%	2,3%
Empregados efetivos negros (pretos e pardos) – em relação ao total de empregados efetivos (%)	21,2%	21,4%	21,5%
Empregados(a) efetivos negros (pretos e pardos) em cargos gerenciais em relação ao total de cargos gerenciais %	10,2%	11,2%	11,6%
Estagiários em relação ao total de empregados efetivos (%)	11,9%	13,9%	12,5%
Empregados do programa de contratação de aprendizes (%)	2,2%	2,9%	2,3%
Empregados com deficiência GRI G4-LA12	248 ¹	249	247
b) Remuneração, benefícios e carreira (R\$ mil) GRI G4-EC1 			
Remuneração			
Folha de pagamento bruta	1.180.892	1.129.711	1.542.746
Encargos sociais compulsórios	256.907	243.615	384.622
Benefícios			
Educação	4.698	3.945	3.836
Alimentação	64.461	58.801	59.482
Transporte	1.317	924	498
Saúde	139.193	133.167	117.876
Fundação	36.551	33.633	28.962

	2015	2014	2013
Segurança e medicina do trabalho	12.385	9.968	9.796
Cultura	2.201	1.745	1.735
Capacitação e desenvolvimento profissional	23.148	20.663	18.021
Creches ou auxílio-creches	13.337	12.817	12.415
Outros (Especifique)	64.124	48.736	335.952
c) Participação nos resultados [GRI G4-EC1]			
Investimento total em programa de participação nos resultados da Empresa (R\$ mil)	47.023	58.159	88.504
Valores distribuídos em relação à folha de pagamento bruta (%)	3,98%	5,1%	5,7%
Divisão da maior remuneração pela menor remuneração paga pela outorgada	28	36	47
Divisão da menor remuneração da Empresa pelo salário mínimo vigente [GRI G4-EC5]	2,05	2,03	2,01
d) Perfil da remuneração			
Categorias (salário médio no ano corrente) – R\$			
Função gerencial	16.493,46	14.365,55	12.425,12
Cargo com nível superior	10.364,78	9.440,23	8.477,55
Cargo sem nível superior	5.804,52	5.260,25	4.703,80
e) Saúde e segurança no trabalho [GRI G4-LA6]			
Média de horas extras por empregado efetivo/ano	160	356	192
Índice TF (taxa de frequência) total da Empresa no período, para empregados efetivos	1,56	1,55	2,87
Índice TG (taxa de gravidade) no período, para empregados efetivos	7	70	1.551
Índice TF (taxa de frequência) total da Empresa no período, para empregados não efetivos	1	1,02	2,05
Índice TG (taxa de gravidade) no período, para empregados não efetivos	0	9	22
Índice TF (taxa de frequência) da Empresa no período, para a força de trabalho (efetivos + não efetivos)	ND	ND	ND
Índice TG (taxa de gravidade) no período, para a força de trabalho (efetivos + não efetivos)	ND	ND	ND
Óbitos – empregados efetivos	0	0	2
Óbitos – empregados não efetivos	0	0	0
f) Desenvolvimento profissional			
Perfil da escolaridade – discriminar, em percentagem, em relação ao total dos empregados efetivos [GRI G4-LA12]			
Ensino fundamental	2,37	3,30	3,35
Ensino médio	9,16	9,50	9,56
Ensino técnico	31,71	30,17	30,11
Ensino superior	30,52	30,76	31,83
Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)	26,24	26,27	25,15
Valor investido em desenvolvimento profissional e educação (R\$ mil)	3.936	4.803	3.878
Média de horas de treinamento por ano, por empregado efetivo, discriminadas por categoria funcional [GRI G4-LA9]			
Gerencial			
Homens	84,4	40,41	33,13
Mulheres	53,72	76,12	38,41
Nível superior			
Homens	17,26	23,06	15,95
Mulheres	49,52	34,65	25,65
Sem nível superior			
Homens	15,45	20,15	5,34
Mulheres	25,35	57,04	30,36

	2015	2014	2013
g) Comportamento frente a demissões			
Taxa de rotatividade [GRI G4-LA1]	1%	1,9%	13,7%
Reclamações trabalhistas [GRI G4-S08]			
Valor provisionado no período	259.077	227.554	344.481
Número de processos trabalhistas movidos contra a Empresa no período	682	850	914
Número de processos trabalhistas julgados procedentes no período	11	496	324
Número de processos trabalhistas julgados improcedentes no período	82	577	362
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça no período (R\$ mil)	85.782	29.164	23.050
h) Preparação para a aposentadoria [GRI G4-EC3]			
Investimentos em previdência complementar (R\$ mil)	93.943	94.874	93.294
Número de beneficiados pelo programa de previdência complementar	11.419	11.424	11.173

¹ Refere-se à soma de 24 empregados efetivos e 224 profissionais vinculados ao contrato firmado com o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD).

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

	2015	2014	2013
Comunidade			
Impactos causados na saúde e segurança ¹			
Número total de acidentes sem óbito com a população [GRI EU25]	0	1	0
Número total de acidentes com óbito com a população [GRI EU25]	0	1	0
Demandas judiciais decorrentes de acidentes com a população - Base Contencioso Geral (R\$)	0	25.680,54	0
Envolvimento da Empresa com ação social [GRI G4-EC7]			
Recursos aplicados em educação (R\$ mil)	3.083	2.869	3.294
Recursos aplicados em saúde e saneamento (R\$ mil)	7.749	7.746	9.295
Recursos aplicados em cultura (R\$ mil)	8.891	8.307	11.024
Recursos aplicados em esporte (R\$ mil)	1.067	2.538	2.712
Outros recursos aplicados em ações sociais (R\$ mil)	9.732	7.373	6.077
Empregados que realizam trabalhos voluntários na comunidade externa à Empresa/total de empregados (%) ²	ND	ND	ND
Quantidade de horas mensais doadas (liberadas do horário normal de trabalho) pela Empresa para trabalho voluntário de funcionários ²	ND	ND	ND
Envolvimento da Empresa em projetos culturais, esportivos, etc. (Lei Rouanet) [GRI G4-EC7, G4-EC4]			
Montante de recursos destinados aos projetos (R\$ mil)	4.506	4.524	3.680
Montante de recursos destinados ao maior projeto (R\$ mil)	600	498	525
Nome do maior projeto	Temporada Artística – Sala Cecília Meireles	Flamengo Olímpico	"O casamento de Gorete"
Beneficiário do maior projeto	Associação dos Amigos da Sala Cecilia Meireles	Clube de Regatas do Flamengo	Letícia Spiller Pena Produções Artísticas

¹ Ocorrências de 2014: 1 acidente de trânsito, por derramamento de óleo em pista, pelo qual o condutor da moto pleiteia o valor de R\$ 25.680,54 por danos morais e materiais; 1 adolescente que estava segurando uma pipa foi encontrado morto em subestação de Furnas, no RJ.

² Informações não disponíveis para os anos relatados, prevendo-se dispor de dados a partir de 2016.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO (R\$ mil)

		2015		2014		2013	
Por temas de pesquisa (Manual de Pesquisa e Desenvolvimento)		Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)
FA - Fontes Alternativas de Geração de Energia Elétrica	5.455,7	32,42		3.389,7	28,49	30.098,9	18,53
GT - Geração Termelétrica	-	-		-	-	-	-
GB - Gestão de Bacias e Reservatórios	4.375,9	26,00		2.050,0	17,23	19.966,3	12,29
MA - Meio Ambiente	779,9	4,63		1.176,2	9,89	9.577,0	5,90
SE - Segurança	64,0	0,38		-	-	31,8	0,02
EF - Eficiência Energética	-	-		-	-	-	-
PL - Planejamento de Sistemas de Energia Elétrica	1.691,1	10,05		2.078,5	17,47	98.085,4	60,38
OP - Operação de Sistemas de Energia Elétrica	-	-		-	-	-	-
SC - Supervisão, Controle e Proteção de Sistemas de Energia Elétrica	441,2	2,62		211,7	1,78	269,4	0,17
QC - Qualidade e Confiabilidade dos Serviços de Energia Elétrica	2.168,5	12,89		72,4	0,61	135,7	0,08
MF - Medição, Faturamento e Combate a Perdas Comerciais	116,4	0,69		1.583,4	13,31	2.231,8	1,37
OU - Outro	1.735,5	10,31		1.336,5	11,23	2.037,6	1,25
Total	16.828,2	100,00		11.898,4	100,00	162.433,9	100,0

Dimensão ambiental

INDICADORES AMBIENTAIS

	2015	2014	2013
Recuperação de áreas degradadas			
Rede protegida isolada (rede ecológica ou linha verde) na área urbana (em km)	NA	NA	NA
Percentual da rede protegida isolada/total da rede de distribuição na área urbana	NA	NA	NA
Geração e tratamento de resíduos			
Emissão			
Volume anual de gases do efeito estufa (CO ₂ , CH ₄ , N ₂ O, HFC, PFC, SF ₆), emitidos na atmosfera (em toneladas de CO ₂ equivalentes) ¹	2.433.878,02	2.554.927	2.007.327
Volume anual de emissões de gases destruidores da camada de ozônio (em toneladas de CFC equivalentes) ¹	1.090,89	ND	ND
Efluentes²			
Descarte total de água, por qualidade e destinação [GRI G4-EN22]	11.027,6	ND	ND
Sólidos			
Quantidade anual (em toneladas) de resíduos sólidos gerados (lixo, dejetos, entulho, etc.)	32.563	22.895	20.978
Quantidade de resíduos contaminados por PCB (Ascarel) destinados [GRI G4-EN25]	0	0	0
Uso de recursos no processo produtivo e em processos gerenciais da organização³			
Consumo total de energia por fonte:			
Consumo de energia por kWh vendido (GJ/kWh vendido) [GRI G4-ENS]	0,00085	0,000772	0,000604
Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária, em GJ [GRI G4-EN3]	33.077.630	31.305.764	25.518.686
Diesel	53.070	49.185	40.694
Fontes fixas	444	548	1.360
Fontes móveis	48.476	44.420	39.331

	2015	2014	2013
Hidrelétricas	3.796	3.762	ND
Termelétricas	0	53	3
Termelétricas (diesel metropolitano)	0	6	0
Transmissão (grupos geradores em subestações)	354	396	ND
Gasolina	33.238	41.776	32.679
Fontes fixas	338	322	341
Fontes móveis (embarcações)	38	64	131
Fontes móveis (veículos)	32.862	41.390	32.207
Etanol	4.921	1.269	604
Fontes móveis (veículos)	4.921	1.269	604
Gás natural	32.985.480	30.687.151	25.443.670
Fontes fixas	217	210	237
Fontes móveis	0	0	21
Termelétricas	32.985.263	30.686.941	25.443.412
Outros	919	664	1.039
GLP – fontes fixas	323	621	614
GLP – fontes móveis	254	32	410
Óleo 2 tempos (lubrificantes) – fontes fixas	37	11	13
Óleo 2 tempos (lubrificantes) – fontes móveis (embarcações)	1	0	3
Energia elétrica (GJ) [GRI G4-EN3]	197.410	525.719	387.273
Atividades administrativas	74.610	85.228	123.005
Geração hidrelétrica	ND	162.057	155.210
Geração termelétrica	122.800	131.461	109.058
Transmissão – serviços auxiliares em subestações	ND	146.973	ND
Consumo total de água por fonte (em m ³): [GRI G4-EN8]			
Abastecimento (rede pública)	163.808	154.895	161.661
Fonte subterrânea (poço)	130.449	119.682	114.279
Captação superficial (cursos d'água)	3.283.842	3.246.625	3.612.979
Consumo total de água (em m ³)	3.578.098	3.521.202	3.888.919
Consumo de água por empregado (em m ³)	1.008	1.001	1.096
Educação e conscientização ambiental			
Educação ambiental – Na organização			
Número de empregados treinados nos programas de educação ambiental	148	ND	ND
Percentual de empregados treinados nos programas de educação ambiental/total de empregados	3,1	ND	ND
Número de horas de treinamento ambiental/total de horas de treinamento	ND	ND	ND
Educação ambiental – Comunidade			
Número de unidades de ensino fundamental e médio atendidas	26	ND	ND
Número de alunos atendidos	700	ND	ND
Número de professores capacitados	455	ND	ND
Número de unidades de ensino técnico e superior atendidas	ND	ND	ND
Número de alunos atendidos	ND	ND	ND

¹ Dados preliminares. O inventário de emissões não estava concluído até a finalização deste Relatório.

² Essas informações referem-se aos escoamentos tratados das UTEs Campos e Santa Cruz.

³ Os dados de 2015 relativos ao uso de recursos no processo produtivo e em processos gerenciais da organização são preliminares, ainda não auditados ou consolidados no Inventário de GEE, que não estava concluído no momento da finalização deste Relatório.

INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL - EMPRESAS DE GERAÇÃO

	2015	2014	2013
Fonte de geração hidráulica			
Consumo de energia elétrica das unidades geradoras e auxiliares (kWh)	ND	ND	ND
Consumo de água por kWh gerado (Consumo máximo de vazão (m ³ /s) por kWh entregue)	ND	ND	ND
Restauração de mata ciliar (Unidades de mudas ou área plantada/recuperada por ano) - hectares	25,4	ND	ND
Resgate de peixes em turbinas (kg de peixe por parada de máquina)	397,5	ND	ND
Repovoamento de peixes (Quantidade de alevinos)	56.781	ND	ND
Vazamento de óleos lubrificante e hidráulico nas turbinas (Toneladas/ano ou m ³ /ano, dependendo do tipo de óleo)	0,00	ND	ND
Recuperação de áreas degradadas pela extração do carvão e de seus resíduos gerados (Unidade de área recuperada (ha) por ano e empenho de recursos em projetos de recuperação e preservação (R\$/ano)	NA	ND	ND
Consumo de água de reposição durante a geração (m ³ /MWh)	ND	ND	ND
Fonte de geração eólica			
Ruído associado à geração de energia (decibéis)	ND	ND	ND
Interferências em ondas de rádio (Unidade de medida de interferência ou ocorrências de interferências por ano)	ND	ND	ND
Número de pássaros mortos em choque com as hélices por ano	ND	ND	ND

INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL - EMPRESAS DE TRANSMISSÃO

	2015	2014	2013
Supressão vegetal (hectare de área suprimida por trimestre)	ND	ND	ND
Poda (kg de resíduos gerados por mês)	ND	ND	ND
Vazamento de óleo (pontos de vazamento por mês) [GRI G4-EN24]	6,08 *	ND	ND

* Óleo mineral (m³) derramado acidentalmente na subestação de Poços de Caldas (MG)

SIGLAS E ACRÔNIMOS

A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública

Abdib – Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base

Abeeólica – Associação Brasileira de Energia Eólica

Abendi – Associação Brasileira de Ensaios Não Destrutivos e Inspeção

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

Abraconee – Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica

Abrage – Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica

Abraget – Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas

Abrate – Associação Brasileira de Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica

ACPP – Acordo de Conduta Pessoal e Profissional

ACR – Ambiente de Contratação Regulado

ACL – Ambiente de Contratação Livre

AD-Rio – Agência de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro

AGU – Advocacia Geral da União

ANA – Agência Nacional de Águas

Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica

Anefac – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

APA – Área de Proteção Ambiental

APCBs – Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade

APP – Área de Preservação Permanente

BA – Estado da Bahia

BD – Benefício Definido

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

Bracier – Comitê Brasileiro da Cier (Comissão de Integração Energética Regional)

CA – Corrente Alternada

CAOEF – Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização

CBCME – Comitê Brasileiro do Conselho Mundial da Energia

CBDB – Comitê Brasileiro de Barragens

CC – Corrente Contínua

CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

CD – Contribuição Definida

CDI – Certificado de Depósito Interbancário

CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

CFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

Cigré-Brasil – Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica

Cipa – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CIRJ – Centro Industrial do Rio de Janeiro

CMDE – Contrato de Metas e Desempenho Empresarial

Coep – Comitê de Entidades no Combate à Fome pela Vida

Crea-RJ – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro

CPSM – Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção

CPSOM – Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção

CPST – Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão

CSC – Centros de Serviços Compartilhados

CTT – Contrato de Concessão

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DBO – Demanda Bioquímica de Oxigênio

Dest – Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

DF – Distrito Federal

DQO – Demanda Química de Oxigênio

DJSI – Dow Jones Sustainability Index

EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization

EAD – Programa de Ensino a Distância

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Eletronortheast – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

EPC – Plataforma Empresas pelo Clima

EPE – Empresa de Pesquisa Energética

EPI – Equipamento de Proteção Individual

ES – Estado do Espírito Santo

Fesc – Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Funai – Fundação Nacional do Índio

FRG – Fundação Real Grandeza

GDRC – Gestão Dinâmica de Riscos Corporativos

GEE – Gases de Efeito Estufa

GHG – Greenhouse Gas Protocol

GO – Estado de Goiás

GRI – Global Reporting Initiative

GSF – Generation Scaling Factor

GWh – Gigawatt Hora

Hz – Hertz

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBDD – Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	PA – Estado do Pará	RN – Resolução Normativa
IFRS – <i>International Financial Reporting Standard</i>	PAAC – Programa de Apoio aos Avá-Canoeiro	RNFT – Resíduos Não Filtráveis Totais
IHA – <i>International Hydropower Association</i>	PAE – Plano de Atendimento a Emergências	RS – Estado do Rio Grande do Sul
Inca – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Paint – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna	RS – Resíduos Sedimentáveis
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social	PBA – Projeto Básico Ambiental	RTDS – Simulador Digital em Tempo Real
ISE Bovespa – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo	PCB – Bifenilas Policloradas	SC – Estado de Santa Catarina
km – Quilômetro	PCH – Pequena Central Hidrelétrica	SCE EPC – Sistema de Comércio de Emissões da Plataforma Empresas Pelo Clima
kV – Quilovolt	PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional	SCM – Serviços de Comunicação Multimídia
kWh – Quilowatt Hora	PDI – Plano de Desenvolvimento Individual	SE – Subestação
LP – Licença Prévia	PEA – Programas de Educação Ambiental	Seppir – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
LI – Licença de Instalação	PGA – Programa de Gestão de Ativos	SF₆ – Hexafluoreto de Enxofre
LO – Licença de Operação	PGV – Plano de Geração de Valor	SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
LT – Linha de Transmissão	PGER – Plano Geral de Empreendimentos de Geração em Instalações em Operação	SIN – Sistema Interligado Nacional
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens	PGET – Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação	Sipat – Semana Interna de Prevenção de Acidentes
MCP – Mercado de Curto Prazo	PGR – Plano de Gerenciamento de Resíduos	SOx – Lei Sarbanes-Oxley
MG – Estado de Minas Gerais	PIB – Produto Interno Bruto	SP – Estado de São Paulo
MMA – Ministério do Meio Ambiente	Pine – Programa de Integração dos Novos Empregados	SPE – Sociedade de Propósito Específico
MME – Ministério de Minas e Energia	PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	SPM-PR – Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
MP – Medida Provisória	PPRA – Programas de Prevenção de Riscos Ambientais	STF – Supremo Tribunal Federal
MPT – Ministério Público do Trabalho	PR – Estado do Paraná	TCU – Tribunal de Contas da União
MT – Estado do Mato Grosso	PRAD – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas	TF – Taxa de Frequência
MVA – Megavolt Ampère	PRC – Planos de Repasse de Conhecimento	TG – Taxa de Gravidade
MW – Megawatt	Preq – Plano de Readequação do Quadro de Pessoal	TI – Tecnologia da Informação
MWh – Megawatt Hora	Prodeem – Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios	TO – Estado do Tocantins
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico	PRO-Furnas – Projeto de Reestruturação Organizacional	UHE – Usina Hidrelétrica
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	RAE – Reunião de Acompanhamento da Estratégia	Unifem – Fundo das Nações Unidas para a Mulher
O&M – Operação e Manutenção	RAG – Receita Anual de Geração	Useg – Unidade de Segurança
OGU – Ouvidoria Geral da União	RJ – Estado do Rio de Janeiro	UTE – Usina Termelétrica
OIT – Organização Internacional do Trabalho		WBCSD – <i>World Business Council for Sustainable Development</i>
ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico		WEC – <i>World Energy Council</i>
ONU – Organização das Nações Unidas		WRI – <i>World Resources Institute</i>
P&D – Pesquisa & Desenvolvimento		
P&D+I – Pesquisa & Desenvolvimento e Inovação		

BALANÇO SOCIAL ANUAL 2015

1 - Base de cálculo		2015 Valor (mil reais)		2014 Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)		6.368.215		6.182.015		
Resultado operacional (RO)		1.225.547		1.344.862		
Folha de pagamento bruta (FPB)		1.180.892		1.129.711		
2 - Indicadores sociais internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB
Alimentação	64.461	5,46	1,01	58.801	5,20	0,95
Encargos sociais compulsórios	256.907	21,76	4,03	243.615	21,56	3,94
Previdência privada	36.551	3,10	0,57	33.633	2,98	0,54
Saúde	139.193	11,79	2,19	133.167	11,79	2,15
Segurança e saúde no trabalho	12.385	1,05	0,19	9.968	0,88	0,16
Educação	4.698	0,40	0,07	3.945	0,35	0,06
Cultura	2.201	0,19	0,03	1.745	0,15	0,03
Capacitação e desenvolvimento profissional	23.148	1,96	0,36	20.663	1,83	0,33
Creches ou auxílio-creche	13.337	1,13	0,21	12.817	1,13	0,21
Participação nos lucros ou resultados	47.023	3,98	0,74	58.159	5,15	0,94
Outros	64.124	5,43	1,00	48.736	4,31	0,78
Total - Indicadores sociais internos	664.028	56,25	10,40	625.249	55,33	10,09
3 - Indicadores sociais externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO
Educação	3.083	0,25	0,05	2.869	0,21	0,05
Cultura	8.891	0,73	0,14	8.307	0,62	0,13
Saúde e saneamento	7.749	0,63	0,12	7.746	0,58	0,13
Esporte	1.067	0,09	0,02	2.538	0,19	0,04
Combate à fome e segurança alimentar	156	0,01	0,00	841	0,06	0,01
Outros	9.576	0,78	0,16	6.532	0,49	0,10
Total das contribuições para a sociedade	30.522	2,49	0,49	28.833	2,15	0,46
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.017.438	83,01	15,97	1.067.404	79,37	17,28
Total - Indicadores sociais externos	1.047.960	85,50	16,46	1.096.237	81,52	17,74
4 - Indicadores ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO
Investimentos relacionados com a produção/operação da Empresa	40.257	3,29	0,63	41.167	3,06	0,67
Investimentos em programas e/ou projetos externos	48.672	3,97	0,76	39.103	2,90	0,63
Total dos investimentos em meio ambiente	88.929	7,26	1,39	80.270	5,96	1,30

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa

- (x) não possui metas
- () cumpre de 51 a 75%
- () cumpre de 0 a 50%
- () cumpre de 76 a 100%

- (X) não possui metas
- () cumpre de 51 a 75%
- () cumpre de 0 a 50%
- () cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do corpo funcional	2015	2014
Nº de empregados(as) efetivos(as) ao final do período	3.548	3.517
Nº de admissões durante o período	51	53
Nº de empregados(as) não efetivos (as)	1.178	1.330
Nº de estagiários(as)	422	488
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.977	1.877
Nº de mulheres que trabalham na Empresa	560	549
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	21,65%	20,69%
Nº de negros(as) que trabalham na Empresa	837	833
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	11,00%	11,23%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	248 ¹	249
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2015	Metas 2016
Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	28	ND
Número total de acidentes de trabalho	11	ND
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por ² :	() direção e gerências () todos(as) empregados(as) (x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências () todos(as) empregados(as) (x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve () segue as normas da OIT (x) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá () seguirá as normas da OIT (x) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados () são sugeridos (x) são exigidos	() não serão considerados () serão sugeridos (x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve () apoia (x) organiza e incentiva	() não se envolverá () apoiará (x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa: NA no Procon: NA na Justiça: NA	na empresa: NA no Procon: NA na Justiça: NA
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa: NA no Procon: NA na Justiça: NA	na empresa: NA no Procon: NA na Justiça: NA
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2015: 3.883.648	Em 2014: 2.887.477
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	23,47% governo 29,56% colaboradores(as) 0,0% acionistas 48,77% terceiros -1,80% retido	32,34% governo 38,01% colaboradores(as) 0% acionistas 43,70% terceiros -14,05% retido

7 - Outras informações

¹Refere-se à soma de 24 empregados efetivos e 224 profissionais vinculados ao contrato firmado com o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD).

²Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT)do Departamento de Prestação de Serviços de Recursos Humanos da Empresa. A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) colabora, por meio da elaboração de Mapas de Riscos, com enfoque qualitativo.

SOBRE O RELATÓRIO

Furnas publica anualmente, desde 2005, o seu Relatório de Sustentabilidade com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), organização internacional que criou uma referência para o relato integrado de informações de caráter econômico, social e ambiental. Este documento cobre ações e resultados obtidos no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015. Ele segue a versão G4 da GRI, incluindo o suplemento setorial de energia, e o Manual de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). [\[GRI G4-28, G4-30\]](#)

Os indicadores financeiros foram apurados de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standard – IFRS*) e passaram por verificação da KPMG Auditores Independentes. Eles se referem a Furnas Centrais Elétricas S.A., sendo que a consolidação de dados relativos a Sociedades de Propósito Específico (SPEs) teve por base o método de equivalência patrimonial, que consiste em atualizar o valor contábil do investimento na proporção do percentual da participação detida por Furnas nessas empresas. No relacionamento com os auditores externos, Furnas mantém como política preservar a independência na prestação do serviço e no exame dos demonstrativos financeiros [\[GRI G4-17, G4-33\]](#)

Os indicadores sociais e ambientais compreendem todas as operações sobre as quais a Empresa detém gestão – excluindo, portanto, as SPEs. Eles foram apurados internamente por colaboradores de todas as diretorias, tendo os membros do Comitê de Sustentabilidade Empresarial como facilitadores do processo. Os dados tomaram por base normas brasileiras, como as relacionadas à gestão de pessoas e à segurança no trabalho, e indicadores do Balanço Social Ibase, e não foram verificados externamente.

Relevância [GRI G4-18]

Os temas abordados neste Relatório seguem a prioridade indicada em processo de consulta que teve o objetivo de conhecer os interesses e as opiniões dos públicos de relacionamento em relação ao desempenho em sustentabilidade. Como oportunidade de diálogo e engajamento, Furnas participou de pesquisa com esses públicos realizada anualmente pela Eletrobras. A consulta se deu por meio de correio eletrônico enviado a uma relação de 1.060 pessoas, entre clientes e consumidores, comunidade, fornecedores, parceiros, patrocinados, governo, órgãos reguladores, imprensa e formadores de opinião, investidores, acionistas e analistas de mercado, e outros segmentos da sociedade. A pesquisa foi enviada também para todos os colaboradores de Furnas, efetivos e não efetivos. Participaram 382 respondentes, sendo colaboradores o contingente mais expressivo, com 287 respostas.

A pesquisa submeteu uma série de temas a partir da questão: “Pensando nos negócios das empresas Eletrobras (geração, transmissão e distribuição), qual o grau de percepção do quanto você (ou sua organização) é impactado pelos [seguintes] temas?” Os itens da pesquisa ofereciam cinco opções de resposta, de modo a aferir o grau de relevância de cada tema, variando entre muito alto (4 pontos), alto (3 pontos), médio (2 pontos), baixo (1 ponto), e nenhum (zero). A partir da pontuação de cada item e o número de respostas, processou-se uma priorização ponderada dos temas.

Em outra etapa, os mesmos temas foram avaliados pela Diretoria de Furnas, que utilizou o mesmo critério de ponderação para qualificar os tópicos a partir da visão estratégica dos negócios.

A combinação das percepções de públicos de relacionamento e da alta administração resultou em uma priorização de temas, representada na tabela a seguir.

Processo de consulta a representantes de públicos de relacionamento identificou temas mais relevantes para abordar no Relatório

TEMAS PRIORIZADOS |GRI G4-19, G4-27|

Temas	Limites dentro de Furnas GRI G4-20	Limites fora de Furnas GRI G4-21	Conteúdos-padrão GRI
Fornecimento de energia	Todas as operações	Acionistas, fornecedores, clientes, governo e sociedade	EU1, EU2, EU4, EU10, EU11, EU12, EU30, G4-DMA Disponibilidade e confiabilidade (ex-EU6), G4-DMA Acesso (ex-EU23)
Resultados financeiros	Todas as operações	Acionistas, fornecedores, clientes, governo e sociedade	G4-EC1, G4-EC2, G4-EC3, G4-EC4
Corrupção e gestão da ética	Todas as operações	Acionistas, fornecedores, clientes, governo e sociedade	G4-56, G4-57, G4-58, G4-S03, G4-S04, G4-S05
Gestão de risco e crise	Todas as operações	Acionistas, fornecedores, clientes, governo e sociedade	G4-2, G4-14, G4-EC2, G4-DMA Desastre e emergência (ex-EU21)
Água	Todas as operações	Fornecedores, governo e sociedade	G4-EN8, G4-EN9, G4-EN10
Saúde e segurança	Todas as operações	Fornecedores, governo e sociedade	G4-LA5, G4-LA6, G4-LA7, G4-LA8, EU18, G4-DMA Saúde e segurança (ex-EU16)
Inovação, diversificação e P&D	Todas as operações	Acionistas, fornecedores, clientes, governo e sociedade	G4-2, G4-DMA P&D (ex-EU8)
Conformidade legal	Todas as operações	Acionistas, fornecedores, clientes, governo e sociedade	G4-EN29, G4-S08, G4-PR2, G4-PR4, G4-PR7, G4-PR8, G4-PR9
Empregados e emprego	Todas as operações	Fornecedores, governo e sociedade	G4-10, G4-11, G4-LA1, G4-LA2, G4-LA3, G4-LA12, G4-LA13, EU15, G4-DMA Emprego (ex-EU14)
Mudanças climáticas	Todas as operações	Acionistas, clientes, governo e sociedade	G4-EC2, G4-EN15, G4-EN16, G4-EN17, G4-EN18, G4-EN19, G4-EN20, G4-EN21
Satisfação das partes interessadas	Todas as operações	Acionistas, clientes, fornecedores, governo e sociedade	G4-15, G4-16, G4-24, G4-25, G4-26, G4-27, G4-PR5
Comunidades	Todas as operações	Fornecedores, governo e sociedade	G4-S01, G4-S02, G4-EC7, G4-EC8, G4-DMA (ex-EU19), G4-DMA (ex-EU20), EU22, G4-DMA Acesso (ex-EU23), G4-DMA Provisão da informação (ex-EU24), EU26
Biodiversidade	Todas as operações	Fornecedores, clientes, governo e sociedade	G4-EN11, G4-EN12, G4-EN13, G4-EN14, EU13
Relações Institucionais	Todas as operações	Governo e sociedade	G4-15, G4-16, G4-S06, G4-DMA Políticas públicas (ex-S05)
Fornecedores	Todas as operações	Acionistas, fornecedores, clientes, governo e sociedade	G4-12, G4-13, G4-EC9, G4-HR5, G4-HR6, G4-HR7, G4-EN32, G4-EN33, G4-S09, G4-S010, G4-LA14, G4-LA15, G4-HR10, G4-HR11
Resíduos	Todas as operações	Fornecedores, governo e sociedade	G4-EN23, G4-EN25
Direitos Humanos	Todas as operações	Acionistas, fornecedores, clientes, governo e sociedade	G4-HR1, G4-HR2, G4-HR3, G4-HR4, G4-HR5, G4-HR6, G4-HR7, G4-HR8, G4-HR9, G4-HR-12

SUMÁRIO DE CONTEÚDO GRI G4

Opção de acordo "essencial"

[GRI G4-32]

CONTEÚDOS-PADRÃO GERAIS

	Página	Verificação externa
ESTRATÉGIA E ANÁLISE		
G4-1 - Declaração do decisor mais graduado da organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia de sustentabilidade	14	Não
G4-2 - Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	20, 28	Não
PERFIL ORGANIZACIONAL		
G4-3 - Nome da organização	5	Não
G4-4 - Principais marcas, produtos e serviços	5	Não
G4-5 - Localização da sede da organização	117	Não
G4-6 - Número de países nos quais a organização opera e nome dos países nos quais as suas principais operações estão localizadas ou que são especialmente relevantes para os tópicos de sustentabilidade abordados no relatório	5	Não
G4-7 - Natureza da propriedade e forma jurídica da organização	5, 23	Não
G4-8 - Mercados em que a organização atua (com discriminação geográfica, setores abrangidos e tipos de clientes e beneficiários)	5, 8	Não
G4-9 - Porte da organização (número total de empregados e de operações, vendas líquidas ou receita líquida, capitalização total discriminada em termos de dívida e patrimônio líquido, quantidade de produtos e serviços prestados)	5, 10, 45	Não
G4-10 - Número total de empregados por contrato de trabalho e gênero; número total de empregados permanentes por tipo de emprego e gênero; força de trabalho total por empregados e empregados contratados e por gênero; força de trabalho total por região e gênero; relato se uma parte substancial do trabalho da organização é realizada por trabalhadores legalmente reconhecidos como autônomos ou por indivíduos que não sejam empregados próprios ou terceirizados, inclusive funcionários e empregados contratados de empresas terceirizadas; quaisquer variações significativas no número de empregados	49, 50, 51, 81, 94	Não
G4-11 - Percentual do total de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva	100% dos empregados efetivos e não efetivos	Não
G4-12 - Descrição da cadeia de fornecedores da organização	55	Não
G4-13 - Mudanças significativas ocorridas no decorrer do período coberto pelo relatório em relação ao porte, estrutura, participação acionária ou cadeia de fornecedores da organização	6, 19, 55	Não
G4-14 - Indicação se e como a organização adota a abordagem ou princípio da precaução	Furnas não adota iniciativas do princípio da precaução	Não
G4-15 - Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa	33	Não
G4-16 - Participação em associações e organizações nacionais ou internacionais de defesa em que a organização: tem assento no conselho de governança; participa de projetos ou comissões; contribui com recursos financeiros além da taxa básica como organização associada; considera estratégica a sua participação	33	Não
EU1 - Capacidade instalada (MW), por fonte de energia primária e regime regulatório	8, 72, 73, 92	Não
EU2 - Produção líquida de energia, por fonte de energia primária e regime regulatório	5, 37	Não
EU3 - Número de unidades consumidoras residenciais, industriais, institucionais e comerciais	Furnas não atende consumidores finais	

CONTEÚDOS-PADRÃO GERAIS

	Página	Verificação externa
EU4 - Comprimento de linhas de transmissão e distribuição aéreas e subterrâneas, discriminadas por sistema regulatório	5, 10, 92	Não
EU5 - Alocação de permissões de emissões de equivalentes de CO ₂ , discriminadas por estrutura do mercado de créditos de carbono	Furnas não comercializa créditos de carbono	Não
ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES		
G4-17 - Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes da organização. Relato se qualquer entidade incluída nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes da organização não foi coberta pelo relatório	104	Não
G4-18 - Processo adotado para definir o conteúdo do relatório e os limites dos aspectos. Explicação como a organização implementou os Princípios para Definição do Conteúdo do Relatório	104	Não
G4-19 - Aspectos materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório	105	Não
G4-20 - Para cada aspecto material, relato do limite do aspecto dentro da organização. Relato se o aspecto é material. Se o aspecto não for material para todas as entidades dentro da organização (como descrito no ponto G4-17), apresentação da lista de entidades ou grupos de entidades incluídos no ponto G4-17 para os quais o Aspecto não é relevante ou da lista de entidades ou grupos de entidades incluídos no ponto G4-17 para os quais o aspecto é relevante. Relato sobre qualquer limitação específica relacionada ao limite do aspecto dentro da organização	105	Não
G4-21 - Para cada aspecto material, relato do limite fora da organização. Relato se o aspecto é material fora da organização. Se aspecto for material fora da organização, identificação das entidades, grupos de entidades ou elementos para os quais o aspecto é material. Descrição da localização geográfica na qual o aspecto é relevante para as entidades identificadas. Relato sobre qualquer limitação específica relacionada ao limite do aspecto fora da organização	105	Não
G4-22 - Efeito de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para essas reformulações	10, 49, 51, 52	Não
G4-23 - Alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores em escopo e limites de aspecto	Não ocorreram	Não
ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS		
G4-24 - Lista de grupos de stakeholders engajados pela organização	31, 32	Não
G4-25 - Base usada para a identificação e seleção de stakeholders para engajamento	31	Não
G4-26 - Abordagem adotada pela organização para engajar stakeholders, inclusive a frequência do seu engajamento discriminada por tipo e grupo, com uma indicação de que algum engajamento foi especificamente promovido como parte do processo de preparação do relatório	31, 32	Não
G4-27 - Principais tópicos e preocupações levantadas durante o engajamento de stakeholders e as medidas adotadas pela organização para abordar esses tópicos e preocupações, inclusive no processo de relatá-las. Relato dos grupos de stakeholders que levantaram cada uma das questões e preocupações mencionadas	105	Não
PERFIL DO RELATÓRIO		
G4-28 - Período coberto pelo relatório para as informações apresentadas		Não
G4-29 - Data do relatório anterior mais recente	Ano de 2014, publicado em abril de 2015	Não
G4-30 - Ciclo de emissão de relatórios	104	Não
G4-31 - Ponto de contato para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo	117	Não
G4-32 - Opção "de acordo" escolhida pela organização. Sumário de Conteúdo da GRI para a opção escolhida. Referência ao Relatório de Verificação Externa, caso o relatório tenha sido submetido a essa verificação	106	Não
G4-33 - Política e prática corrente adotadas pela organização para submeter o relatório a uma verificação externa. Se essa informação não for incluída no relatório de verificação que acompanha o relatório de sustentabilidade, relato do escopo e da base de qualquer verificação externa realizada. Relação entre a organização e a parte responsável pela verificação externa. Relato se o mais alto órgão de governança ou altos executivos estão envolvidos na busca de verificação externa para o relatório de sustentabilidade da organização	104	Não

CONTEÚDOS-PADRÃO GERAIS

	Página	Verificação externa
GOVERNANÇA		
G4-34 – Estrutura de governança da organização, incluindo os comitês do mais alto órgão de governança responsáveis pelo assessoramento na tomada de decisões que possuam impactos econômicos, ambientais e sociais	23	Não
G4-35 – Processo usado para a delegação de autoridade sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais pelo mais alto órgão de governança para executivos seniores e outros empregados	25	Não
G4-36 – Relato se a organização designou um ou mais cargos e funções de nível executivo como responsável pelos tópicos econômicos, ambientais e sociais e se esses responsáveis se reportam diretamente ao mais alto órgão de governança	25	Não
G4-37 – Processos de consulta usados entre os <i>stakeholders</i> e o mais alto órgão de governança em relação aos tópicos econômicos, ambientais e sociais. Se a consulta for delegada a outras estruturas, órgãos ou pessoas, indicação a quem e quaisquer processos existentes de <i>feedback</i> para o mais alto órgão de governança	25	Não
G4-38 – Composição do mais alto órgão de governança e dos seus comitês, por: função executiva ou não executiva; independência; mandato; outras funções e compromissos importantes de cada indivíduo, bem como a natureza desses compromissos (p. ex.: participação em outros conselhos, comitês, comissões, grupos de trabalho, etc.); gênero; participação de grupos sociais sub-representados; competências relacionadas a impactos econômicos, ambientais e sociais; e participação de <i>stakeholders</i>	24	Não
G4-39 – Relato se o presidente do mais alto órgão de governança também é um diretor-executivo (e, nesse caso, sua função na gestão da organização e as razões para esse acúmulo)	24	Não
G4-40 – Processos de seleção e nomeação para o mais alto órgão de governança e seus comitês, bem como os critérios adotados para selecionar e nomear os membros do mais alto órgão de governança, incluindo: se e como são consideradas as questões de diversidade, independência, conhecimentos e experiências relacionados a tópicos econômicos, ambientais e sociais e como <i>stakeholders</i> (inclusive acionistas) são envolvidos	24	Não
G4-41 – Processos usados pelo mais alto órgão de governança para garantir a prevenção e administração de conflitos de interesse. Relate se conflitos de interesse são revelados aos <i>stakeholders</i> , incluindo ao menos: participação cruzada em outros órgãos de administração (participação em outros conselhos, acumulação de cargos de diretoria e conselhos, etc.); participação acionária relevante cruzada com fornecedores e outros <i>stakeholders</i> ; existência de acionista majoritário e/ou acordo de acionistas; divulgação de informações sobre partes relacionadas	25	Não
G4-42 – Papéis desempenhados pelo mais alto órgão de governança e pelos executivos seniores no desenvolvimento, aprovação e atualização do propósito, declaração de missão, visão e valores, e definição de estratégias, políticas e metas relacionadas a impactos econômicos, ambientais e sociais da organização	24, 25	Não
G4-43 – Medidas tomadas para desenvolver e aprimorar o conhecimento do mais alto órgão de governança sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais	25	Não
G4-44 – Processos de avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança no que diz respeito à governança de tópicos econômicos, ambientais e sociais. Relato se essa avaliação é independente ou não, com que frequência ela é realizada e se é uma autoavaliação. Relato de medidas tomadas em resposta à avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança no que diz respeito à governança de tópicos econômicos, ambientais e sociais, incluindo, no mínimo, mudanças em sua composição e em práticas organizacionais	25	Não
G4-45 – Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na identificação e gestão de impactos, riscos e oportunidades derivados de questões econômicas, ambientais e sociais e na implementação de processos de <i>due diligence</i> . Relato se processos de consulta e relacionamento com <i>stakeholders</i> são usados para apoiar o mais alto órgão de governança na identificação e gestão de impactos, riscos e oportunidades derivados de questões econômicas, ambientais e sociais	28	Não
G4-46 – Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na análise da eficácia dos processos de gestão de risco da organização para tópicos econômicos, ambientais e sociais	28	Não
G4-47 – Frequência com que o mais alto órgão de governança analisa impactos, riscos e oportunidades derivados de questões econômicas, ambientais e sociais	28	Não
G4-48 – Órgão ou o cargo de mais alto nível que analisa e aprova formalmente o relatório de sustentabilidade da organização e garante que todos os aspectos materiais sejam abordados	Conselho de Administração	Não
G4-49 – Processo adotado para comunicar preocupações críticas ao mais alto órgão de governança	24, 25	Não

CONTEÚDOS-PADRÃO GERAIS

	Página	Verificação externa
G4-50 – Natureza e número total de preocupações críticas comunicadas ao mais alto órgão de governança e o(s) mecanismo(s) adotado(s) para abordá-las e resolvê-las	49, 50 Não há informação atualmente não disponível, do número total, havendo o compromisso de relatá-lo no documento de 2017	Não
G4-51 – Políticas de remuneração aplicadas ao mais alto órgão de governança e a executivos seniores para os seguintes tipos de remuneração: Salário fixo e remuneração variável – remuneração baseada no desempenho; remuneração baseada em ações (ações ou opções de ações); bônus; ações exercíveis ou diferidas –; Bônus de atração ou pagamentos de incentivos ao recrutamento; Pagamentos de rescisão; Clawbacks; Benefícios de aposentadoria, inclusive a diferença entre plano de benefícios e taxas de contribuições para o mais alto órgão de governança, altos executivos e todos os demais empregados. Relato de como os critérios de desempenho da política de remuneração aplicam-se aos objetivos econômicos, ambientais e sociais do mais alto órgão de governança e executivos seniores	25	Não
G4-52 – Processo adotado para a determinação da remuneração. Relato se consultores de remuneração são envolvidos na determinação de remunerações e se eles são independentes da administração. Relato sobre quaisquer outras relações entre os consultores de remuneração e a organização	25	Não
G4-53 – Como as opiniões dos <i>stakeholders</i> são solicitadas e levadas em conta em relação à questão da remuneração, incluindo os resultados de votações sobre políticas e propostas de remuneração, se aplicável	25	Não
G4-54 – Proporção entre a remuneração anual total do indivíduo mais bem pago da organização em cada país em que a organização possua operações significativas e a remuneração média anual total de todos os empregados (excluindo o mais bem pago) no mesmo país	Proporção de 3 para 1	Não
G4-55 – Proporção entre o aumento percentual da remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização em cada país em que possua operações significativas e o aumento percentual médio da remuneração anual total de todos os empregados (excluindo o mais bem pago) no mesmo país	Proporção de 1/1. O empregado com maior remuneração recebe o mesmo aumento percentual que todos os demais empregados	Não
ÉTICA E INTEGRIDADE		
G4-56 – Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como códigos de conduta e de ética	7, 26	Não
G4-57 – Mecanismos internos e externos adotados pela organização para solicitar orientações sobre comportamentos éticos e em conformidade com a legislação, como canais de relacionamento	26, 27	Não
G4-58 – Mecanismos internos e externos adotados pela organização para comunicar preocupações em torno de comportamentos não éticos ou incompatíveis com a legislação e questões relacionadas à integridade organizacional, como encaminhamento de preocupações pelas vias hierárquicas, mecanismos para denúncias de irregularidades ou canais de denúncia	27, 29	Não

CONTEÚDOS-PADRÃO ESPECÍFICOS

Aspectos materiais	Informações sobre a forma de gestão e indicadores			Verificação externa
	Conteúdos-padrão específicos	Página	Omissões	
CATEGORIA: ECONÔMICA				
Desempenho econômico	G4-DMA – Forma de gestão	17, 28, 29, 50, 65	-	Não
	G4-EC1– Valor econômico direto gerado e distribuído	47, 59, 93, 94, 95	-	Não
	G4-EC2 – Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência de mudanças climáticas	65, 66	-	Não
	G4-EC3 – Cobertura das obrigações previstas no plano de pensão de benefício definido da organização	50, 96	-	Não
	G4-EC4 – Assistência financeira recebida do governo	57, 96	-	Não
Impactos econômicos indiretos	G4-DMA – Forma de gestão	57, 60	-	Não
	G4-EC7 – Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos	57, 59, 96	-	Não
	G4-EC8 – Impactos econômicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos	60, 62	-	Não
Práticas de compra	G4-DMA – Forma de gestão	55	-	Não
	G4-EC9 – Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes	55	-	Não
Disponibilidade e confiabilidade	G4-DMA – Forma de gestão (ex-EU6)	19	-	Não
	EU10 – Capacidade planejada em comparação à projeção de demanda de eletricidade a longo prazo, por fonte de energia e sistema regulatório	8, 19	-	Não
Gerenciamento pelo lado da demanda	G4-DMA (ex-EU7)	63	-	Não
Pesquisa e desenvolvimento	G4-DMA (ex-EU8)	21	-	Não
Eficiência do sistema	G4-DMA – Forma de gestão	19, 20, 37, 38	-	Não
	EU11 – Eficiência média de geração de usinas termelétricas, por fonte de energia e sistema regulatório	37	-	Não
	EU12 – Percentual de perda de transmissão e distribuição em relação ao total de energia	92	-	Não
	CATEGORIA: AMBIENTAL			
Água	G4-DMA – Forma de gestão	65, 67	-	Não
	G4-EN8 – Total de retirada de água por fonte	67, 68, 98	-	Não
	G4-EN9 – Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água	67	-	Não
	G4-10 – Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	68	-	Não
Biodiversidade	G4-DMA – Forma de gestão	65, 69	-	Não
	G4-EN11 – Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou nas adjacências de áreas protegidas e áreas de alto índice de biodiversidade situadas fora de áreas protegidas	69, 87, 88	-	Não
	G4-EN12 – Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto índice de biodiversidade situadas fora de áreas protegidas	69	-	Não
	G4-EN13 – <i>Habitats</i> protegidos ou restaurados	70	-	Não
	EU13 – Biodiversidade de <i>habitats</i> de substituição em comparação à biodiversidade das áreas afetadas	70, 91	-	Não
	G4-EN14 – Número total de espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com <i>habitats</i> situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção	89, 90	-	Não

CONTEÚDOS-PADRÃO ESPECÍFICOS

Aspectos materiais	Informações sobre a forma de gestão e indicadores			Verificação externa
	Conteúdos-padrão específicos	Página	Omissões	
Emissões	G4-DMA – Forma de gestão	65, 66	-	Não
	G4-EN15 – Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 1)	67	Dado de 2015 não disponível na data de conclusão do relatório	Não
	G4-EN16 – Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia (Escopo 2)	67	Não disponível na conclusão do relatório	Não
	G4-EN17 – Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 3)	67	Não disponível na conclusão do relatório	Não
	G4-EN18 – Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	-	Não disponível na conclusão do relatório	Não
	G4-EN19 – Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	-	Não disponível na conclusão do relatório	Não
	G4-EN20 – Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio	-	Não disponível na conclusão do relatório	Não
Efluentes e resíduos	G4-EN21 – Emissões de NO _x , SO _x e outras emissões atmosféricas significativas	-	Não disponível na conclusão do relatório	Não
	G4-DMA – Forma de gestão	65, 68	-	Não
	G4-EN22 – Descarte total de água, por qualidade e destinação	91, 97	-	Não
	G4-EN23 – Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	68	-	Não
	G4-EN24 – Número total e volume de vazamentos significativos	Foi registrado um vazamento, de 6,08 m ³ de óleo mineral em operação de transmissão (subestação Poços de Caldas), sem impacto significativo	-	Não
	G4-EN25 – Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia, anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente	68, 97	-	Não
	G4-EN26 – Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descargas e drenagem de água realizados pela organização	67	-	Não

CONTEÚDOS-PADRÃO ESPECÍFICOS

Aspectos materiais	Informações sobre a forma de gestão e indicadores			Verificação externa
	Conteúdos-padrão específicos	Página	Omissões	
Conformidade	G4-DMA – Forma de gestão	29, 65	-	Não
	G4-EN29 – Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos ambientais	Não foram registradas	-	Não
Avaliação Ambiental de Fornecedores	G4-DMA – Forma de gestão	55	-	Não
	G4-EN32 – Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	Não houve avaliação sob esses critérios	-	Não
	G4-EN33 – Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	85	-	Não

CATEGORIA: SOCIAL

SUBCATEGORIA: PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE

Emprego	G4-DMA – Forma de gestão	49	-	Não
	G4-LA1 – Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região	82, 96	-	Não
	G4-LA2 – Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados por unidades operacionais importantes da organização	50	-	Não
	G4-LA3 – Taxas de retorno ao trabalho e retenção após uma licença maternidade/paternidade, por gênero	83	-	Não
	EU15 – Porcentagem de empregados com direito a aposentadoria nos próximos 5 e 1 – 0 anos, discriminada por categoria funcional e região	83	-	Não
Saúde e segurança no trabalho	G4-DMA – Forma de gestão (ex-EU16)	53	-	Não
	G4-LA5 – Percentual da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança, compostos por empregados de diferentes níveis hierárquicos, que ajudam a monitorar e orientar programas de saúde e segurança no trabalho	54	-	Não
	G4-LA6 – Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero	53, 84, 95	-	Não
	G4-LA7 – Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação	54	-	Não
	G4-LA8 – Tópicos relativos à saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos	54	-	Não
Diversidade e igualdade de oportunidades	G4-DMA – Forma de gestão	50	-	Não
	G4-LA12 – Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	24, 50, 82, 94, 95	-	Não
Igualdade de remuneração entre mulheres e homens	G4-DMA – Forma de gestão	50	-	Não
	G4-LA13 – Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes	83	-	Não

CONTEÚDOS-PADRÃO ESPECÍFICOS

Aspectos materiais	Informações sobre a forma de gestão e indicadores			Verificação externa
	Conteúdos-padrão específicos	Página	Omissões	
Avaliação de fornecedores em práticas trabalhistas	G4-DMA – Forma de gestão	55	-	Não
	G4-LA14 – Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas trabalhistas	55	-	Não
	G4-LA15 – Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	85	-	Não

SUBCATEGORIA: DIREITOS HUMANOS

Investimentos	G4-DMA – Forma de gestão G4-HR1 – Número total e percentual de acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos à avaliação referente a direitos humanos G4-HR2 – Número total de horas de treinamento de empregados em políticas de direitos humanos ou procedimentos relacionados a aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações da organização, incluindo o percentual de empregados treinados	55 55 26	- - -	Não Não Não
Não discriminação	G4-DMA – Forma de gestão G4-HR3 – Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	26, 50 Não houve registro	- -	Não Não
Liberdade de associação e negociação coletiva	G4-DMA – Forma de gestão G4-HR4 – Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violado ou haja risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito	26, 49, 55 Esse direito é assegurado por Furnas a funcionários e contratados de terceiros e integra cláusula contratual nos contratos com fornecedores. Não foram registrados casos em 2015	- -	Não Não
Trabalho infantil	G4-DMA – Forma de gestão G4-HR5 – Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil	26, 29, 55 55	- -	Não Não
Trabalho forçado ou análogo ao escravo	G4-DMA – Forma de gestão G4-HR6 – Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo	26, 29, 55 55	- -	Não Não
Práticas de segurança	G4-DMA – Forma de gestão G4-HR7 – Percentual do pessoal de segurança que recebeu treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos que sejam relevantes às operações	26, 29, 55 100%. A Segurança é integrada por cinco colaboradores, sendo dois próprios e três prestadores de serviço, que supervisionam as empresas terceirizadas. Regularmente é realizada a leitura do Código de Ética e de Instruções Normativas. Os contratados de terceiros passam a cada dois anos por reciclagem	- -	Não Não

CONTEÚDOS-PADRÃO ESPECÍFICOS

Aspectos materiais	Informações sobre a forma de gestão e indicadores			Verificação externa
	Conteúdos-padrão específicos	Página	Omissões	
Direitos indígenas	G4-DMA – Forma de gestão	26, 63	-	Não
	G4-HR8 – Número total de casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais e medidas tomadas a esse respeito	63	-	Não
Avaliação	G4-DMA – Forma de gestão	26	-	Não
	G4-HR9 – Número total e percentual de operações submetidas a análises ou avaliações de direitos humanos de impactos relacionados a direitos humanos	Furnas submete 100% das operações em seus empreendimentos a análises de impactos de direitos humanos	-	Não
Avaliação de fornecedores em direitos humanos	G4-DMA – Forma de gestão	26, 55	-	Não
	G4-HR10 – Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados a direitos humanos	55	-	Não
	G4-HR11 – Impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	85	-	Não
Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a direitos humanos	G4-DMA – Forma de gestão	26	-	Não
	G4-HR12 – Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos em direitos humanos registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal	84	-	Não
SUBCATEGORIA: SOCIEDADE				
Comunidades locais	G4-DMA – Forma de gestão (+ ex-EU19, ex-EU20)	57, 60, 62	-	Não
	G4-S01 – Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local	60	-	Não
	G4-S02 – Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais	61	-	Não
	EU22 – Número de pessoas deslocadas física e economicamente e indenização, discriminados por tipo de projeto	62	-	Não
Prevenção e preparação para emergências e desastres	G4-DMA – Forma de gestão (ex-EU21)	30	-	Não
Combate à corrupção	G4-DMA – Forma de gestão	26, 29	-	Não
	G4-S03 – Número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção e os riscos significativos identificados	26	-	
	G4-S04 – Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção	29	-	Não
	G4-S05 – Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	26	-	Não
Políticas públicas	G4-DMA – Forma de gestão	34	-	Não
	G4-S06 – Valor total de contribuições para partidos políticos e políticos, discriminado por país e destinatário/beneficiário	Por determinação legal, Furnas não faz contribuições a partidos políticos ou a políticos	-	Não

CONTEÚDOS-PADRÃO ESPECÍFICOS

Aspectos materiais	Informações sobre a forma de gestão e indicadores		Verificação externa	
	Conteúdos-padrão específicos	Página		
Conformidade	G4-DMA – Forma de gestão	29	-	Não
	G4-S08 – Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos	96 Valor de R\$ 546.819.463,30, de cobrança de IRPJ e CSLL relativos ao exercício de 2010, em decorrência de contestação de critérios de contabilização de despesas com a Fundação Real Grandeza e de compensação de créditos na apuração das bases de cálculo do IRPJ e CSLL. Foram pagos também R\$ 85.782.000,00 em indenizações e multas judiciais. Foram movidos 682 processos trabalhistas contra a Empresa. Dos processos transitados e encerrados, 11 foram julgados procedentes e 82 improcedentes. Do valor total, R\$ 77.331.499,29, referem-se ao pagamento da Ação de Cumprimento nº 0322200-47.1981.5.01.0031 movida pelo Sindicato dos Engenheiros	-	Não
Avaliação de fornecedores em impactos na sociedade	G4-DMA – Forma de gestão	55	-	Não
	G4-S09 – Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a impactos na sociedade	Não houve avaliação sob esses critérios	-	Não
	G4-S010 – Impactos negativos significativos reais e potenciais da cadeia de fornecedores na sociedade e medidas tomadas a esse respeito	85	-	Não
SUBCATEGORIA: RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO				
Saúde e segurança do cliente	G4-DMA – Forma de gestão	57	-	Não
	G4-PR1 – Percentual das categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança buscando melhorias	100% das operações	-	Não
	G4-PR2 – Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante seu ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado	Não foram registrados	-	Não
	EU25 – Número de acidentes e óbitos de usuários do serviço envolvendo bens da Empresa, entre os quais decisões e acordos judiciais, além de casos judiciais pendentes relativos a doenças	96	-	Não

CONTEÚDOS-PADRÃO ESPECÍFICOS

Aspectos materiais	Informações sobre a forma de gestão e indicadores			Verificação externa
	Conteúdos-padrão específicos	Página	Omissões	
Rotulagem de produtos e serviços	G4-DMA – Forma de gestão	31	-	Não
	G4-PR3 - Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização referentes a informações e rotulagem de produtos e serviços e percentual de categorias significativas sujeitas a essas exigências	Não se aplica. Não há exigência de informações e rotulagem em serviços de geração, transmissão e comercialização de energia	-	Não
	G4-PR4 – Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminado por tipo de resultados	Não se aplica. Não há exigências	-	Não
Comunicações de marketing	G4-PR5 – Resultados de pesquisas de satisfação do Cliente	31	-	Não
	G4-DMA – Forma de gestão	26	-	Não
	G4-PR6 – Venda de produtos proibidos ou contestados	Não se aplica. Os serviços de energia não são proibidos ou contestados	-	Não
Privacidade do cliente	G4-PR7 – Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultados	Não foram registrados	-	Não
	G4-DMA – Forma de gestão	26	-	Não
	G4-PR8 – Número total de queixas e reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes	Não foram registrados	-	Não
Conformidade	G4-DMA – Forma de gestão	26, 29	-	Não
	G4-PR9 – Valor monetário de multas significativas aplicadas em razão de não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços	46	-	Não
Acesso	G4-DMA – Forma de gestão (ex-EU23)	63	-	Não
	EU26 – Percentual da população não atendida em áreas com distribuição ou serviço regulamentados	Não se aplica aos serviços de geração, transmissão e comercialização de energia	-	Não
	EU30 – Fator de disponibilidade média da usina, discriminado por fonte de energia e por sistema regulatório	37	-	Não
Provisão de informações	G4-DMA – Forma de gestão (ex-EU24)	57	-	Não

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José da Costa Carvalho Neto (Presidente)

Flavio Decat de Moura

Francisco Romário Wojcicki

João Guilherme Rocha Machado

Vladimir Muskatirovic

Leonardo dos Santos Pessoa

(Representante dos empregados)

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

Sonia Regina Jung

TITULARES

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

(Representante do Tesouro Nacional)

Ticiana Freitas de Sousa

SUPLENTES

João Vicente Amato Torres

Maria Carmozita Bessa Maia

(Representante do Tesouro Nacional)

Ronaldo Sérgio Monteiro Lourenço

DIRETORIA-EXECUTIVA

Flavio Decat de Moura – Diretor-Presidente

Cesar Ribeiro Zani – Diretor de Operação e Manutenção

Flavio Decat de Moura – Diretor de Administração

Nilmar Sisto Foletto – Diretor de Finanças

Olga Côrtes Rabelo Leão Simbalista – Diretora de Gestão de Novos Negócios e de Participações

Flávio Eustáquio Ferreira Martins – Diretor de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos

ENDEREÇO [GRI G4-5]

ESCRITÓRIO CENTRAL

Rua Real Grandezza, 219

Botafogo – Rio de Janeiro, RJ

CEP 22281-900

Tel.: 55 21 2528-3112

www.furnas.com.br

Mais informações sobre este documento podem ser obtidas enviando mensagem para o e-mail sustentabilidade@furnas.com.br [GRI G4-31]

CRÉDITOS

COORDENAÇÃO

Superintendência de Estratégia e Sustentabilidade

Coordenação de Sustentabilidade

PESQUISA E COLETA DE INFORMAÇÕES

Lisangela Gnocchi da Costa Reis (coordenação)

Alexandre Sampaio da Fonseca e Silva

Ana Pimentel Barbosa

Carlos Augusto Santana Braga

Diana Rodrigues da Silva

João Leonardo da Silva Soito

Ricardo Sforza

Edição de conteúdo: Editora Contadino

Diagramação: Multi Design

Fotografias:

AC Junior: capa, páginas 27 e 65

Daniela Monteiro: páginas 41, 52 e 58

José Lins: páginas 5, 7, 12, 34, 35, 47 e 51

Lúcia Pacheco: página 60

Pedro Rocha: página 58

Teresa Travassos: páginas 20, 54 e 57

COLABORADORES QUE CONTRIBUÍRAM COM INFORMAÇÕES:

Adão Sérgio Gomes, Adriana Aguiar Aparício Fogel, Alan Roberto Bernardo Sucupira, Alana Maria da Silva, Albano de Castro Canário, Alexandre Correa Moreira, Ana Cláudia Fernandes Gesteira, Ana Paula da Rocha Santos, André Millions Coutinho, Anselmo Garcia Sobrosa, Antonio Carlos Barbosa Martins, Bayard Marques Palmeiro, Beatriz Rodrigues, Carlo Tadeu da Silva Caldas de Oliveira, Carlos Victor Alarcon Guzman, Clarice de Almeida Azevedo, Cláudia de O. Bastos Lorena de Sant'Anna, Cláudia Regina Tenório Monteiro, Cláudio de Almeida Azevedo, Daniel Olavo Orsida Brum, Douglas Almyr Fares, Eduardo Hatherly Vilas Boas, Eliana Maria Granado Craesmeyer, Elizabeth Pacetta, Eloá Peres Geraldo, Erika Helena Laun Gonçalves, Estênio Amaral e Souza, Felipe Nunes Suarez, Felipe Sousa Chaves, Fernanda Almeida T. Pontual de Lemos, Fernanda Merhy Lagrotta, Flávia Correa Daisson, Frederico de Abreu Puglia, Helena Elizabeth Kulnig de Bragança, Joerlei Carvalho Alves, Jóilson José Inácio, Jorge Vieira Cardoso, Júlio Cesar Andrade, Júlio Guedes das Chagas, Laila Antunes Lemos, Leonardo de Souza Pereira, Leonardo dos Santos Pessoa, Leonardo Faria Landim, Lívia Maria Krykhtine Lira, Luciano Contin Leite, Luís Pinheiro de Castello Branco, Marcelo Luiz Braga Maia, Marco Antônio Fernandes da Costa, Marcos Martinelli Borges, Maria Tereza Mayer Fernandes, Milena Fagundes Baptista Ferreira de Castro, Nádia Cristina Carvalho da Silva, Nelson de Araújo dos Santos, Nelson Silva de Souza, Nilton Luiz de Góis Pires, Paloma Mirtes Costa Castro L. Malheiros, Pedro Marcos Oliveira Bello, Renato Sardenberg, Roberto Cássio Kneip, Ronaldo Alves dos Santos, Robson Moraes da Silva, Rubens Machado Bittencourt, Sâmara Ibañes Loureiro de Assis, Sandra Aparecida S. Fonseca, Sérgio Barata de Araújo, Sérgio da Rocha Muniz, Thiago Felício de Souza, Túlio de Oliveira Pisaneschi, Vanessa Freitas Silva, Victor Albano da Silva Esteves, Wellington Lima Cristiano, Zuleide Maria de Fátima Pontes.